



Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Manuel Joaquim Pisco Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Serviço Municipal de Bibliotecas e Museus, do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, no âmbito da Divisão de Fiscalização e Apoio Jurídico, do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Sem prejuízo de no tempo certo, e caso a Sra. Presidente queira responder no Período da Ordem de Trabalhos sobre esta matéria por mim tudo bem, mas vou só fazer a pergunta muito simples: se a APSS deu ou não resposta à recomendação que foi enviada pela Câmara em 02/07/2018. Se a Sra. Presidente quiser responder no respetivo ponto compreendo perfeitamente.

**Sra. Presidente** – Vamos responder no ponto que está agendado.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Tenho três questões e uma tem a ver com o novo *site* do Município que já está online há algum tempo, mas de alguma forma estive a explorá-lo. Está muito mais apelativo em termos de imagem sem dúvida alguma e em termos de informação das atividades municipais, no entanto detetei duas falhas que penso que é fácil de serem supridas. Tem a ver nomeadamente com a área do Urbanismo e penso que devia ser acessível ao público as minutas, requerimentos, etc., e não consta. É a prática corrente noutros municípios, mas penso que facilitava muito o acesso a esta informação. Na parte das Finanças do município existem as pastas, mas depois a informação não aparece, tal como é no caso das dívidas a fornecedores em que clicamos e aparece em branco. Não há dívidas eventualmente, mas se existe a pertinência de pôr um ícone das dívidas a fornecedores depois a informação devia lá estar. Tenho de dar os parabéns, porque o *site* está muito mais interativo e apelativo.

Tenho uma questão com duas obras que estão em curso neste momento e que estão a provocar um grande constrangimento de trânsito em Setúbal, em especial na hora de ponta. Refiro-me à obra que interrompe a Avenida Rodrigues Manito, e à que interrompe a Avenida Álvaro Cunhal. Gostaria de perceber até quando o constrangimento de trânsito vai durar nestas artérias, porque especialmente em hora de ponta é muito complicado atravessar a cidade. Quem vai, por exemplo, levar os miúdos ao Liceu às 08h25, ou quem quer atravessar para o ciclo ou para a baixa, para a Escola Comercial há um grande ponto de tensão, e a obra já dura há vários dias ou semanas. Gostava de saber qual é a data para a Rodrigues Manito ficar liberta. Quanto à Avenida Álvaro Cunhal hoje estava mesmo cortada, no sentido nascente/poente, e estava uma fila também muito medonha. Pergunto quando é a data exatável para que a obra termine, no sentido de se repor a normalidade no trânsito. Também e já agora em relação à Avenida Álvaro Cunhal nós recebemos, penso que no mandato anterior, um PowerPoint com algumas intervenções que o município tinha intenção, mas nunca recebemos o projeto do que ali ia acontecer em definitivo. Peço se nos pudessem fazer chegar também a informação, porque não conhecemos realmente o que ali vai acontecer.

O terceiro ponto tem a ver com a Estrada de Santas. Na reunião de 18 de abril de 2018 levantei esta questão de haver a absoluta necessidade de ser intervencionada. Na altura penso que foi o Sr. Vereador Carlos Rabaçal que disse que era uma prioridade do município a intervenção naquela estrada. Penso que até houve um concurso que ficou deserto, aliás foram dois, mas já se passou seis meses e a intervenção ficou por se realizar. Se era uma prioridade absoluta do município pelo menos em seis meses não há obra no terreno. Gostava de perceber em que pé está a intervenção.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Gostaria de levantar algumas questões e uma delas prende-se com a situação de Pinhal de Negreiros que tive a oportunidade de trazer a reunião em 06 de junho deste ano. Quero saber qual tem sido o acompanhamento que tem vindo a ser dado pelo executivo camarário às situações que foram levantadas em reunião de câmara pela associação de moradores e pelos interessados. Tanto quanto compreendi foi pedido através da câmara que os moradores fizessem o levantamento das várias propostas e projetos que tinham em mente para a sua região. A reunião penso que aconteceu em julho e tanto quanto sabemos os vereadores recebem informações por *email*, mas não houve posteriormente qualquer ação nem acompanhamento. Tive oportunidade de passar por lá e

4

as situações são as mesmas que estavam a ser levantadas, relativamente ao perigo de ramos a cair ou os lixos que ficaram depois do corte de pinheiros e sobreiros. Sei que da parte da câmara há neste momento o cuidado de reunir com os moradores e perceber. Vi que as propostas dos moradores são interessantes e sei que a Câmara, à partida, está com vontade de as concretizar e por isso gostaria de saber neste momento qual o *timing* e o plano, porque é uma situação que acompanho de perto e gostaria de perceber como é que pode ser resolvida.

Saliento de uma forma positiva que se celebrou no último sábado o Dia Mundial dos Cuidados Paliativos e o que se passou em Setúbal. É a minha área de eleição na área de especialidade, gosto muito de trabalhar nessa área e acho que precisamos cada vez mais de ter mais e melhores cuidados de saúde, nomeadamente nos cuidados paliativos. Saliento positivamente que no nosso município ocorreram dois eventos importantes a nível nacional. Um foi a conferência realizada pela AMARA do “Viver a Vida”, no Politécnico de Setúbal, que coincidiu com o Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, nos dias 12 e 13 de outubro. Também houve uma exposição que está ainda patente na Casa da Baía pela equipa de suporte dos cuidados paliativos do ACES Arrábida. É a exposição do artista João Leonardo com “Ainda uma valsa”. Isto honra a todos pelo trabalho feito, apesar de ser muito difícil fazer no atual panorama de investimento que tem sido sempre complicado em áreas difíceis como a da saúde. Que isto aqui sempre se encontre tão forte e que este executivo continue a apoiar desta maneira.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Hoje assinala-se o Dia Internacional de Erradicação da Pobreza e queríamos deixar este registo de que a pobreza em Portugal não é apenas uma estatística, é uma realidade. Existem quase 2 milhões de portugueses a viver no limiar da pobreza e muitos deles são irabalhadores. Passados dois dias da entrega do Orçamento de Estado para 2018 deste governo do Partido Socialista e da sua gerigonça, temos também de dizer que muito tem sido feito para anular muitos dos fatores de pobreza na sociedade: a recuperação do emprego, a restituição do poder de compra e dos rendimentos das famílias, um maior investimento, e sobretudo no Serviço Nacional de Saúde e na Educação. Isto faz parte dos documentos entregues para o orçamento de 2019 e não podemos deixar de assinalar esse facto dizendo também que o combate à pobreza é um combate de todos: é transversal, é do governo, é das autarquias e é de todos nós.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Sobre a questão de Pinhal de Negreiros levantada pela Sra. Vereadora Teresa Andrade não é por não termos ainda reunido com a população que nada aconteceu. Aliás, pelo contrário, nós na última reunião com a população para além da questão daquelas limpezas que foram feitas e a maioria dos sobreiros foram tirados, o nosso compromisso foi o de irmos estudar soluções para podermos apresentar àquele grupo de trabalho. Depois em plenário com essas soluções e projetos e com ações já bem fundamentados podemos ver com a população em relação a todas essas prioridades que foram definidas como é que depois vão ser programados os trabalhos. Sabemos que do levantamento que foi feito há muitas áreas para fazer e tratar e não vamos conseguir fazer tudo de uma vez, e nem é esse o intuito. Aquilo que fizemos durante estes meses de verão tem a ver com uma das maiores preocupações daquela população e tinha a ver com a reflorestação da área ardida no incêndio de 2017 e com o abate de algumas árvores que estavam em situação que conflituava com aquilo que está na lei de gestão de combustível. Portanto, aquilo que fizemos foi um projeto paisagístico para a reflorestação daquela área. Esse projeto foi submetido a um programa que se chama “Floresta Comum” a que a câmara concorreu, portanto, o projeto teve uma janela de oportunidade de cerca de um mês e meio o que permitiu desenvolver o projeto e apresentá-lo à “Floresta Comum”. É um projeto a nível nacional que tem como parceiros a Associação de Municípios, a QUERCUS e uma outra entidade que agora não recordo e que tem a ver com a questão do aproveitamento das roilhas de cortiça. Submetemos este projeto e estamos à espera da resposta. Era um pouco prematuro irmos ter com a população e dizer que estávamos a fazer o projeto porque eles já

sabiam que estávamos a fazê-lo e à procura de uma solução para a florestação. Neste momento julgamos ter as condições reunidas e já foi marcada reunião com o grupo de trabalho para posteriormente analisar este conjunto de soluções que a câmara apresenta, e vai ser feito o plenário. Portanto, não foi um tempo em que não houve nada a acontecer, aliás, houve muita coisa a acontecer porque este projeto ainda é significativo, porque estamos a falar de uma área ardida também significativa. É de tentar neste projeto incorporar algumas das soluções e sugestões que os moradores nos tinham deixado em plenário. Em relação à limpeza dos terrenos ainda ontem a nossa equipa da Higiene Urbana e dos Espaços Verdes, em conjunto com a junta de freguesia, esteve a visitar o local, porque as pessoas continuam a se queixar de alguns ramos e pinhas que têm vindo a cair. É muito difícil proceder à apanha daquilo, estamos a falar de pequenos ramos e o nosso trator já passou e já fez aquilo que podia fazer em relação a limpezas. O que estamos a avaliar é o aluguer de uma máquina que faz a recolha de pequenos sobrantes para podermos fazer uma limpeza mais fina em relação à limpeza que já foi feita. Contudo, grandes molhos de sobrantes, como tínhamos no final de junho e que eram decorrentes daqueles trabalhos já não estão no local. A junta de freguesia também fez uma grande intervenção na passada semana de corte de ervas na própria urbanização, o que é o normal. Neste momento o que poderá estar por fazer será realmente uma limpeza mais fina dos terrenos onde houve o abate e não propriamente na urbanização. Não tem a ver com a resposta a nenhum vereador, mas penso que era interessante colocar isto que tem a ver com a questão de que o é que se faz, do que é que não se faz e do que foi feito e eu queria dar aqui uma nota, porque foi promovida uma sessão de apresentação na Escola das Laranjeiras em relação às questões da eficiência energética no concelho e como não tivemos o prazer de ter um vereador na sessão, dava nota. No dia 4 de outubro houve uma sessão na Escola das Laranjeiras em que foram convidados a população. em geral, os presidentes de junta e algumas das entidades que trabalham connosco nesta área para ficarem a conhecer aquilo que tem sido o trabalho do município e as medidas que tem tomado em relação à eficiência energética. Ao longo dos últimos anos temos vindo a efetuar um conjunto de intervenções, quer na iluminação pública, quer em edifícios e equipamentos, quer na utilização de painéis fotovoltaicos para a produção de energia e para a instalação de sistemas de aquecimento de águas através de painéis solares. Escolhemos a Escola das Laranjeiras, porque neste momento e após a intervenção naquela escola conseguimos albergar todas as necessidades energéticas e estamos a caminhar para uma redução muito grande na fatura energética e para soluções limpas de energia. Por isso é que escolhemos aquela escola para fazer a apresentação. De igual modo na cidade foram instaladas mais de 800 lâmpadas LED que substituíram lâmpadas incandescentes na semaforização. Deixámos de ter lâmpadas de 100 e 70 volts e passámos a ter lentes LED's de 9 e 3 volts. Só neste mandato já procedemos à substituição de mais de 1.100 luminárias de vapor de sódio por luminárias LED num investimento de 350 mil euros que obteve um financiamento de cerca de 50% do custo global. De realçar que algumas destas luminárias serviram a urbanização de Pinhal de Negreiros que neste momento já está servida com LED's. Destas medidas que tomámos resulta uma redução de 60% nos consumos das zonas intervencionadas. Também estas luminárias têm particularidades especiais, têm telegestão e o município consegue saber numa aplicação e em tempo real se elas têm algum problema, ou se estão apagadas, e conseguimos controlar qual é que é melhor hora para acender e regular o fluxo de energia. Foi também apresentada uma candidatura ao Plano de Promoção de Eficiência no Consumo, vulgo PPEC, para a iluminação do Edifício Sado, do Quartel de Bombeiros Sapadores e para a substituição dos restantes semáforos que ainda têm lâmpadas. Neste momento já está aprovada, mas estamos em face de procedimentos administrativos. Recentemente também apresentámos nova candidatura ao PPEC tendo em vista a substituição da iluminação da Escola Básica da Bela Vista, do Pavilhão das Manteigadas, Pavilhão João dos Santos, Mercado do Livramento, campos de ténis da Bela Vista e campo de futebol da Bela Vista. Aguardamos neste momento a decisão da entidade gestora. Num investimento superior a 30 mil euros procedemos à substituição da iluminação das Piscinas de Azeitão onde incluímos um sistema de gestão do fluxo luminoso otimizando ainda mais as possibilidades de redução



de consumos naquele equipamento. Também na Escola Básica da Azeda se encontra em curso a substituição da iluminação interior com um sistema de gestão de fluxo luminoso agregado. Esta ação penso que foi comparticipada em 85% pelo Fundo de Eficiência Energética. De referir que também neste momento na Escola do Bairro 1.º de Maio toda a iluminação exterior já está em LED's. Ainda no âmbito das intervenções realizadas no nosso parque escolar foram instaladas cinco unidades de produção e autoconsumo, cinco sistemas solares térmicos com termossifões de 300 litros e que vão servir para aquecimento das águas sanitárias. Estamos neste momento em processo e penso que até já foi instalado no Quartel de Bombeiros Sapadores e nos Viveiros das Amoreiras um sistema de solar térmico que serve até 200 litros. No caso concreto da Escola das Laranjeiras, como já tinha dito, foi substituída toda a iluminação interior e exterior para tecnologia LED. Foi instalado um solar térmico com termossifão de 300 litros que substitui o anterior termoacumulador de 2800 volts e foi instalada uma unidade de autoconsumo num investimento global de 13.120 euros, estimando-se obter uma poupança média de 60% na fatura energética. É nosso objetivo continuar a investir nestas medidas de eficiência energética pois só assim será possível reduzir os custos tanto da fatura como os custos da pegada ecológica indo assim ao encontro dos nossos compromissos no Pacto de Autarcas e com os municípios de Setúbal.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Para dar nota em relação ao andamento das obras pois a questão foi colocada, mas antes disso e em relação ao Pinhal de Negreiros só para dar uma nota complementar ao que disse a Sra. Vereadora. Para além do plano de reflorestação de que ela falou, e muito bem, há um outro aspeto que é um plano de ordenamento urbano de toda a urbanização. Esse projeto está concluído e vamos discuti-lo com os moradores e tem que ver com as áreas pedonais, com zonas de lazer, com zonas verdes, com zonas de estar, com um circuito de manutenção, com a ligação do Pinhal Negreiros à Quinta do Conde onde vai nascer um parque urbano. Há um conjunto de ações que depois vão ser planeadas e programadas e que envolvem também problemas de estacionamento e soluções de passeios com lajetas partidas, junto aos prédios. Há já uma empreitada para isso e uma série de coisas que estão a ser pensadas para Pinhal de Negreiros. Entretanto houve o período de férias, mas há que organizar as coisas e preparar o trabalho. Ainda hoje agendámos dez reuniões com dez urbanizações distintas e vamos convocá-las. Uma das questões fundamentais a fazer em Pinhal de Negreiros e noutros espaços é o planeamento e a priorização das ações de acordo com os interesses expressos dos moradores e também encontrar as soluções dentro de um painel de soluções tecnicamente exequíveis nas soluções que vão mais ao encontro, àquilo que é a sensibilidade dos moradores. É disso que se trata e em Pinhal de Negreiros também, e a ideia é prosseguir. Não estamos a trabalhar "para a semana", há intervenções novas que irão ser feitas neste mandato e outras são feitas no próximo mandato, não conseguimos fazer todas neste mandato, mas trata-se de intervir e identificar com os moradores um plano de ação que seja coerente e que vá de encontro dos seus interesses em cada uma das urbanizações.

Em relação às obras da Rodrigues Manito, vamos manter ali constrangimentos de trânsito durante mais de 15 dias, é o que precisamos e depois acaba. Aquela intervenção é histórica e muito relevante, é uma intervenção tecnicamente complexa visto que estamos a ter perfurações subterrâneas e intervenções especiais em paralelo. A obra está a decorrer de uma forma muito célere e muito eficaz e o empreiteiro está a fazer um trabalho notável. A perturbação é necessária, ou inevitável, mas vai-nos permitir que na Várzea dentro de pouco tempo não haja esgoto. Tivemos durante muito tempo esgoto na Ribeira do Livramento e noutras linhas de água na Várzea. Com a obra nos Pinheirinhos desapareceu o esgoto substantivo que vinha de outros sítios que não da zona da Várzea e que praticamente acabou. Ainda há lá esgoto e água da chuva acumulada, mas aquilo já não tem qualquer significado. Em relação às vivendas e outras habitações na zona limite dos Ciprestes, há uma vivenda e uma oficina que ainda não ligaram, mas todos os outros já ligaram. Esse emissário que passa na Rodrigues Manito e que vai à elevatória do Bonfim vai cumprir esse papel histórico da limpeza de esgoto da Várzea.

Em relação à Avenida Álvaro Cunhal dentro de 23 dias acaba a obra e vai ainda ter constrangimentos de trânsito. Hoje teve um constrangimento muito grande, porque tivemos camiões de alta capacidade a descarregar terras e foi necessário cortar para se fazer o trabalho. Vai ter cortes totais, mas muito curtos. Vai-se manter os cortes e é um esforço necessário que pedimos às pessoas, mas vai ficar muito bonito. Vai ter novos acessos da parte de Monte Belo Norte e vai ter um passeio integral do lado de quem desce e que hoje é uma berma estranha. Vai ter ciclovia completa do lado oposto e requalificação da passagem pedonal superior, vai ter duas novas passagens pedonais com passarela específica a atravessar a Antero de Quental, e vai ter uma placa central lindíssima numa alteração profunda.

Em relação à Estrada de Santas teve dois concursos desertos, porque defendemos os fundos públicos e fizemos um projeto que valoramos para o concurso num certo valor. Ficou deserto porque ninguém conseguia fazer naquele valor, mas estamos a falar de há 3 ou 4 anos e, entretanto, a vida mudou, os custos de construção aumentaram drasticamente e há aqui quem saiba bem disto. Dinamizou-se vida económica na área da construção e o país não está preparado para a construção que há por fazer. Deixou de haver empresas e trabalhadores, e as poucas empresas que existem têm poucos trabalhadores. O que está a acontecer é que os preços subiram bastante e então fizemos um novo concurso com um valor superior e ainda assim não deu e fizemos um segundo concurso que já deu. Neste momento foi adjudicada a obra e penso que em novembro já podemos começar. Agora a obra tem duas partes, uma que tem a ver com o passeio e com a drenagem pluvial que é feita na empreitada, mas aquilo é uma estrada muito grande com centenas de metros, e depois há uma parte que será feita por administração direta e são os nossos serviços a pavimentar.

Já repararam que há uma obra no Convento de Jesus com uma vedação muito grande em redor e outra nas traseiras do Convento. Isto quer dizer que a obra de requalificação, quer da cerca grande, quer no largo, vai arrancar, pois, está a ser montado o estaleiro que acompanha a obra também dentro do próprio convento. Neste ano a obra deve acabar a segunda fase, e depois há uma terceira. Inicialmente tínhamos pensado começar as obras pelo parque de estacionamento traseiro, porque interessava-nos muito criar estacionamento, mas o problema é que precisamos da zona posterior para fazer estaleiro. Assim vamos fazer primeiro o largo e depois a parte posterior. Vamos promover no dia 25 uma sessão e convidar as pessoas afetadas daquela zona para explicarmos os constrangimentos, as medidas de segurança, a circulação, e estamos a falar com os comerciantes para encontrar linhas específicas para abastecimento, etc., já que a obra vai ser bastante impactante naquela zona. A obra é para 8 meses o que não quer dizer que esteja sempre assim, mas vai estar assim bastante tempo. A nossa ideia é planear para que se faça o Largo de Jesus e depois a parte de trás para se libertar o largo, mas só será liberto de acordo com as condicionantes e as necessidades do andamento da obra. O que posso dizer é que os 18 meses fazem parte do conjunto da intervenção da obra do Largo de Jesus na parte posterior. Como iam perguntar deixo já a explicação. Vamos fazer nesta sala aquilo que fizemos com os moradores e comerciantes da Avenida Daniel de Sousa e da Avenida dos Combatentes em que foi possível explicar. Como se pôde ver apesar dos condicionamentos não houve problemas e sempre que houve alguma questão que esta ou aquela pessoa entendeu que funcionou menos bem telefonou para nós, conversámos e resolvemos e a obra está a decorrer normalmente.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Agradeço as respostas, mas em relação à extensa descrição da Sra. Vereadora Carla Guerreiro era importante fazer-nos chegar, ou aqui dizer, não em termos quantitativos no sentido de dizer que substituímos 1.100 luminárias. Isso corresponde a um universo de quantas mil lâmpadas para termos uma noção de que percentagem estamos a falar? Pode ser muito, pode ser normal, pode ser pouco. Quais os objetivos de substituição das luminárias que o concelho tem também no médio prazo em termos percentuais? Nós por norma, os vereadores do Partido Socialista, estamos sempre presentes nas iniciativas para as quais somos convidados. Confesso que não recebemos,

4

pelo menos, não tive indicação desse convite para estar presente na apresentação que a Sra. Vereadora aqui falou, mas acho que era importante ter realmente os termos percentuais. Isto para podemos acompanhar essa evolução e perceber realmente qual é a escala.

Só uma pequena adenda àquilo que é a obra do Convento de Jesus que vai provocar muitos constrangimentos especialmente na questão do estacionamento, porque serve equipamentos pesados naquela zona e nas traseiras: o edifício Sado, a Misericórdia, a Escola de Montalvão. Hoje já se sentiu e de que maneira esse problema. Podem não ser 18 meses, mas, se calhar, vai estar ali um ano, seguramente. A Academia Luísa Todí também está literalmente entalada entre o estaleiro. Não sei se esta solução será a melhor, porque realmente nota-se que há um défice muito grande de um dia para o outro de estacionamento naquela zona e que serve vários equipamentos. Não sei se será a solução definitiva, na minha opinião acho que não vai ser, ainda tem que ser acompanhada sem dúvida a situação face ao impacto que vai ter numa zona que ainda por cima tem um grande índice residencial.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Não quero adiantar a conversa com os moradores, mas de qualquer maneira está prevista uma alteração da mobilidade em frente da Academia Luísa Todí, deixa-se de andar para trás e vai-se sempre em frente. Vai haver reserva de estacionamento para a Academia e para o restaurante Carnes do Convento. Noutra lado e para outros há uma medida importante que vai ser tomada junto da Algodeia, junto ao heliporto. Já repararam que há ali uns pilaretes e vai ser feito um parque com mais de cem lugares o que é provavelmente mais do que temos ali. Esse parque vai provocar uma descompressão, as pessoas vão ter de andar mais um bocadinho, mas não é fácil encontrar uma solução distinta daquela que ali temos em termos de ocupação por causa da circulação dos carros pesados que vão literalmente destruir o Largo de Jesus e partir aquela pedra e levá-la. Se isto fosse feito pela Avenida 22 de Dezembro seria o caos total. Por isso tudo vai ser feito na rua em frente à Academia e não há outra solução. Não se pode encher a avenida 22 de Dezembro com camiões cheios de pedra e ir não sei exatamente onde. O que vamos ter ali é uma descarga desse equipamento lá atrás e depois vai ser despejado conforme as necessidades. Nas reuniões com os moradores isso vai ser explicado e vamos identificar as soluções que existem, a sua eficácia e outras sugestões ou opiniões que possam vir e que ajudem as pessoas, seja pontualmente ou permanentemente. Mesmo a iluminação vai ser reforçada e há muito coisa que tem de se ver ali. É uma obra de grande dimensão e emblemática no coração da cidade e onde não há espaço. É este o constrangimento que tem de existir e vamos ter de conviver com ele durante algum tempo e tentar que seja o menor possível, mas o que vai sair dali é uma coisa absolutamente fantástica. Vamos aguardar por isso com alguma calma nesta matéria. Vamos apresentar o projeto aos moradores no dia 25 com todos os pormenores e também para perceberem o que vai sair dali.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Gostaria de saber se esse estacionamento que foi criado e que penso que abriu ontem se é definitivo ou provisório. Digo isto porque está junto do heliporto que acho que felizmente nunca funcionou, porque não houve essa necessidade, mas também não sei se o estacionamento tem condições para funcionar em pleno, sendo que está junto do monumento municipal que são os Arcos.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação ao estacionamento a questão é em imediato ser provisório, mas pode tornar-se definitivo e vamos ver isso porque os Arcos estão cheios de carros. Vamos fazer uma intervenção na Rua dos Arcos que vai alterar completamente a rua e o estacionamento da mesma e esse espaço não conflitua com o heliporto, temos a avaliação disso por quem de direito que diz que não há problema e nem há risco porque os locais estão separados por pilaretes. Neste momento é uma necessidade objetiva e imediata e identificamos o espaço como importante e interessante, mas tendo em conta os constrangimentos que existem, e vão existir, apesar dos 200 estacionamentos que vão ser criados na parte detrás do convento, mesmo assim vai haver necessidade de outros estacionamentos. Aquele espaço está completamente desaproveitado onde havia as Festas

de São Julião e que depois deixaram de se fazer. Está inútil e não é usado por ninguém. É um espaço que pode corresponder a uma necessidade muito importante da cidade e que é o estacionamento, portanto, a tendência é tornar-se definitivo.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Como o Sr. Vereador tinha dito temos um novo portal no novo *site* e estamos a carregar muita informação que muito em breve vai ser disponibilizada. A título muito particular temos 23.417 luminárias no concelho e o que eu disse é que este ano foram substituídas 1.100, mas penso que já vem desde 2010 a substituição de LED's. Não tenho presente aqui, mas posso assegurar que foi um número muito substantivo as que foram substituídas. Depois poderei disponibilizar essa informação se for necessária.

**Sra. Presidente** – Eu ia só a complementar com algumas informações que os meus colegas já disseram e começo pelos LED's. Em muitas ruas do concelho as lâmpadas têm sido substituídas por LED's, desde 2010, e vocês conhecem algumas. Podemos começar aqui pela Avenida 5 de Outubro que já é uma avenida toda LED. Podemos passar pelo Bonfim que já é um jardim todo LED, podemos passar por alguns jardins como o de Algodoeira e que já é um jardim todo LED e por aí fora. Todas as escolas estão a ter intervenção e tiveram-na em anos recentes e já estão quase todas. As que tiveram intervenção agora estão a passar todas para LED e as outras também vão passar. Portanto, todos os nossos edifícios estão a ser passados para LED com os responsáveis dos próprios edifícios. Cada edifício municipal tem um responsável pela manutenção e quando são coisas simples são os próprios responsáveis que já vão passando para LED. Neste edifício só faltava um bocadinho no rés-de-chão para ser todo LED e o Sr. Amantino já estava a acabar esse trabalho esta semana nos gabinetes restantes. Temos feito um consumo muito importante e pagamos cerca de 5 milhões de euros por ano em eletricidade. Lembro que até ao ano de 2002 havia muitas ruas neste município que nem candeeiros de rua tinham, quanto mais lâmpadas de LED. Não havia candeeiros simplesmente, portanto, é preciso ter memória. Temos vindo a requerer muitos candeeiros novos e temos feito a substituição. Estamos neste momento com muitas requisições novas, mas há um atraso substancial ao nível da própria EDP na contratualização dos serviços com as empresas que lhes prestam serviços, a EDP Comercial ou Distribuição e que não cumprem com os prazos. Chegamos a estar um ano à espera de orçamentos para a colocação de novos candeeiros e depois quando vêm os orçamentos estamos mais um ano à espera que sejam colocados. A Sra. Vereadora já disse, nós temos um portal novo que ainda está cheio de coisas para acertar. Foi também quase um ano a fazer este portal, tínhamos muitos *sites* e havia muita necessidade de divulgar aquilo que cada uma das divisões fazia. Portanto, decidimos criar um portal para depois através do mesmo ser mais fácil a informação de acesso aos diversos *sites*. Há muita coisa a retificar e agradeço ao Sr. Vereador Paulo Lopes que chamou à atenção destas retificações, mas há muitas mais e, portanto, são os serviços ainda que estão todos os dias com os nossos serviços de comunicação a acertar ainda os elementos. Não falta elementos só no Urbanismo, se calhar é o que diz mais diretamente respeito à atividade profissional do Sr. Vereador Paulo Lopes, mas ainda há outro tipo de documentação que é uma extremamente importante que seja disponibilizada e que esteja *online* neste portal e ainda não está. Agradecemos a todos os munícipes essas informações, o que é um complemento e é uma forma também de melhorar o nosso trabalho. Em relação ao Convento de Jesus então o PS vem agora dizer que está preocupado com o estacionamento? Nós também estamos, criámos cerca de 200 lugares de estacionamento nos Arcos. Como disse o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, e bem, em princípio, não está nada definitivo até vermos como é que aquilo funciona, porque primeiro temos que ter ali algum tempo de experiência. A obra foi acabada ontem e hoje vi com os serviços de comunicação que faltavam alguns *oudoors* a indicar que havia ali o parque. Falta a sinalética na Avenida 22 de Dezembro e junto àquela rotunda dos CTT ou perto do Vitória, mas tem de haver ali sinalização para dizer os lugares que aquilo disponibiliza e a dizer que é um parque gratuito. Estamos a fazer 47 parques de estacionamento gratuitos. Vai começar penso que segunda-feira o outro grande parque de estacionamento com quase 300 lugares gratuitos no Monte

L

Belo Sul. Na parte de cima da Escola Luísa Todi vai começar já com as máquinas do exército que começaram a trabalhar novamente connosco, o Regimento de Engenharia vai começar a fazer a terraplanagem num terreno que é nosso e assim vai ficar já definitivo. O terreno é perto da Delícia Latina, porque assim é mais fácil identificar. A Engenharia vai fazer a terraplanagem e nós vamos fazer o asfaltamento. São 47 parques gratuitos que resultaram do levantamento do “Ouvir a População, Construir o Futuro” do início do mandato, e é para se fazer até ao fim do ano. Alguns são pequeninos e estão já a ser preparados com as próprias juntas de freguesia e connosco. Alguns vão ter paralelepípedos e pedra mais grossa e por isso vão ser mais rápidos de fazer.

Voltando ao Convento de Jesus “tenho este feitio” e alguma imprensa diz “lá vem ela com o feitio”, mas quem deixou cair esta obra manuelina e quem nunca quis saber não é o Sr. Vereador Paulo Lopes, que não acredito que não quisesse saber, mas são os governos que passaram pelo País, o partido do Sr. Vereador Paulo Lopes e o partido do PSD. Deixaram cair aquilo e deixaram destruir o monumento do Século XV e foi preciso a Câmara Municipal de Setúbal chegar-se à frente e dizer que pagava uma parte da obra com os impostos dos setubalenses. Foi preciso isso tudo e agora está preocupado com o estacionamento. Eu também estou preocupada com isso e antes de começaram com as vedações, ontem estava pronto o estacionamento dos Arcos. Estamos preocupados porque ali há uma escola e há uma série de serviços. Pedimos desculpa pela falha nossa e pedimos já desculpa, mas não fomos a tempo de falar com os restaurantes e com a escola, como deveríamos ter ido. Hoje já andei a falar com alguns à hora do almoço, mas deveríamos ter feito uma sessão com essas pessoas. As pessoas não estão chateadas e aquilo causa incómodo a qualquer um, mas dali vai sair uma coisa muito boa. Ficaram um bocadinho aborrecidas por não serem informadas como deveriam ter sido e pedimos publicamente as nossas desculpas. Está já marcada uma reunião com as pessoas para falar dos prazos, como é que vai decorrer e onde é que vão ter bolsas de estacionamento além dos Arcos. Estamos a preparar mais bolsas perto destas obras e uma delas poderá ser perto da Escola Secundária Sebastião da Gama. Estamos a preparar isso tudo para que as pessoas possam ter o mínimo de perturbação que for possível. No Convento de Jesus aquela pedra foi posta pelo executivo do Partido Socialista, o que é uma aberração e é um atentado histórico. Há que devolver a dignidade àquele edifício, isso é outro facto e temos todos que sofrer um bocadinho para ver se fazemos a reposição que aquele edifício merece e o conforto e a qualidade que as pessoas que estão atrás do convento também merecem. Isto com um estacionamento condigno que sirva as pessoas que vão ali. Muitos deles são trabalhadores da Câmara, muitos são professores daquelas escolas, utentes e trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia, etc... Acho que vale a pena o transtorno que ali vai acontecer. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal explicou aqui as obras, e bem, com o que vai acontecer à Avenida Rodrigues Manito. É extremamente importante e as obras vão continuar mais à frente, preparem-se. Vai ser ali construído um hotel que já está em aprovação e é junto à bomba de gasolina, está só para levantar a licença de construção. Por força disso vai continuar assim e vamos ter que sofrer mais um bocadito porque a Rodrigues Manito vai por ali acima e a meio do percurso vamos ter mais um corte com a Avenida de Moçambique.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Mas a construção de um hotel vai promover a interrupção da Avenida Rodrigues Manito?

**Sra. Presidente** – A obra vai continuar para cima e agora está para baixo. Depois vamos explicar no projeto, a interrupção é numa das faixas.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Não falei de parque de estacionamento nem do Convento de Jesus, apenas reforcei uma intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

**Sra. Presidente** – Então não falou disto por causa das obras?

4

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Apenas reforcei a ideia, porque o Sr. Vereador disse que ia haver constrangimentos.

O trânsito fica totalmente parado na Rodrigues Manito tem sido assim para quem utiliza a via entre as 08h00 e as 09h30 e a partir das 17h00 e durante a tarde. Se a Sra. Presidente diz que vai haver a construção de um hotel que vai interromper fico preocupado.

**Sra. Presidente** – Mas vai estar outra via aberta.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Antes do empedrado do Partido Socialista havia um lamaçal nas placas centrais como havia na Avenida Luísa Todi, é do meu tempo e lembro-me. Ainda bem que a cidade faz o seu caminho, mas não podemos é querer reescrever a história aos dias de hoje.

**Sra. Presidente** – Essa é muito boa... Na Estrada de Santas como o Sr. Vereador disse o concurso já por duas vezes ficou deserto, mas já está adjudicado e está a começar a obra. Em relação ao Pinhal de Negreiros isto já foi informado pela Sra. Vereadora.

Temos umas informações em relação a duas notícias que vieram nos jornais. O Sr. Vereador Nuno Carvalho fez uma declaração ao jornal "O Setubalense" e ao "Diário da Região", em 21 de setembro, face às minhas ausências na Assembleia Municipal. Respondo-lhe aqui e que é onde isto deve ser respondido e depois dou aos jornais, a qual passou a ler:

*"O senhor vereador Nuno Carvalho, na sua qualidade de eleito pelo PSD no executivo municipal, dirigiu-me, no passado dia 21 de setembro, no jornal "O Setubalense", uma carta aberta em que a principal preocupação manifestada incide sobre as minhas ausências nas reuniões da Assembleia Municipal.*

*A carta surge dois dias depois de, na minha qualidade de presidente da Câmara Municipal de Setúbal, ter expressado, em reunião de câmara, o meu desagrado pela ausência do senhor vereador do PSD ou de representantes oficiais deste partido nas comemorações do Dia de Bocage e da Cidade. Manifestei tal posição porque, como expliquei na altura, o mínimo que se espera de um eleito municipal é que participe nas comemorações do dia do município e que, assim, honre o voto de todos os que o ajudaram a eleger.*

*Em 17 anos nunca faltei às comemorações oficiais do Dia da Cidade (desde 2001 até hoje).*

*Poderá parecer pouco importante a alguns participar nas cerimónias deste dia, mas, na verdade, importa afirmar que estas são as mais importantes comemorações do concelho e aquelas em que celebramos o que é Setúbal.*

*Para mim, e creio que para os restantes membros do executivo municipal, a participação nestas comemorações é de tal importância que a impossibilidade de estar presente obriga, naturalmente, à apresentação de justificação em tempo ou a que nos façamos representar.*

*Nem uma coisa nem outra aconteceu com a ausência do senhor vereador, como já é hábito.*

*Com esta carta aberta, a que agora respondo, o senhor vereador pretende menozar e ocultar a sua falha e o peso simbólico que tem a sua ausência e a do partido que representa nas cerimónias do Dia de Bocage e da Cidade.*

*Para o fazer, utiliza a velha tática de criar um outro facto político para ocultar a própria falha, no que os especialistas de comunicação política chamariam "spinning", termo que em bom português se pode traduzir por "dar a volta".*

*Porém, neste caso não há volta a dar.*

*O senhor vereador Nuno Carvalho faltou às comemorações do Dia da Cidade, não justificou a ausência e nem se fez representar, o que faz com que, objetivamente, não tenha havido representação oficial do PSD, um dos partidos com assento no executivo municipal, nestas comemorações nem em todas as outras iniciativas que se realizaram na cidade ao longo deste primeiro ano de mandato.*

*O senhor vereador, na carta aberta que me dirigiu, alega que as questões que aborda no texto são institucionais e não partidárias, o que é, no mínimo, duplamente contraditório. Em primeiro lugar, porque, ao invés de escolher o fórum institucional mais adequado para as colocar, que seria a reunião de câmara, onde todos os vereadores estão presentes e*

*promovem o necessário debate sobre a vida da cidade e os assuntos camarários, escolheu um jornal local que nada tem de institucional; depois, é contraditório porque diz que as questões não são partidárias, mas fala em nome de um partido. Esta é, aliás, uma prática corrente do senhor vereador quando confrontado com posições e ações do seu partido que se revelaram bastante nocivas para o desenvolvimento do nosso concelho. O eleito do PSD demarca-se, sistematicamente e quando lhe dá jeito, do partido que o elegeu, como se não tivesse sido eleito pelos eleitores que escolheram aquela sigla, como se não fizesse parte dos órgãos nacionais daquela formação política.*

*Finalmente, falemos da questão das minhas faltas às reuniões da Assembleia Municipal.*

*Nunca falaria aqui desta matéria com o detalhe com que o vou fazer se não tivesse sido obrigada a tal pelo senhor vereador.*

*O eleito do PSD, embora não me acuse diretamente de faltar frequentemente às Assembleias Municipais, sugere-o com a linguagem uma recheada de insinuações, própria dos políticos que pensam que são habilidosos.*

*Esclareço, então, no local institucional adequado – e não num jornal local – que, desde que fui eleita como vereadora em 2001, e durante seis anos, a única vez que tive de faltar a uma assembleia municipal foi quando estava já dentro da sala de sessões e recebi a notícia de que o meu pai acabara de falecer. Após 27 de outubro de 2006, dia em que decorreu a primeira Assembleia Municipal em que participei como presidente da câmara, realizaram-se 75 reuniões deste órgão, ou seja, uma média de 6,25 reuniões por ano. Destas 75, estive presente em 57 reuniões, o que significa que, em média, faltei a menos de duas reuniões por ano nos 12 anos em que sou presidente da câmara. As faltas que dei foram naturalmente justificadas e, na esmagadora maioria das vezes, estive ausente para representar o município nas mais variadas iniciativas no concelho ou mesmo no estrangeiro, por doença e ainda porque tenho direito a estar nos aniversários dos meus familiares mais diretos e do meu próprio.*

*Reconheço, contudo, que a preocupação com a assiduidade dos autarcas nas reuniões da Assembleia Municipal ou nas reuniões do executivo municipal é absolutamente legítima e normal em democracia. Por isso mesmo, informo que, entre 17 de outubro de 2017, data da primeira reunião pública de câmara do presente mandato, e o passado dia 22 de agosto, quando se realizou a vigésima reunião deste órgão, o senhor vereador Nuno Carvalho faltou a seis, ou seja, a quase um terço destas reuniões (só num ano!). Não creio que esta seja uma informação vital, mas quando se faz o escrutínio da assiduidade alheia para fins políticos é expectável, e normal, que esperemos que se faça o escrutínio da nossa própria assiduidade.*

*Acresce ainda o facto de, no que me diz respeito, não receber lições desta natureza, porquanto tenho ainda direito a mais de 100 dias de férias que não gozei. Além disso, foram raros os fins de semanas que tive e pratico um horário de 12 a 14 horas quase diariamente, o que pode ser atestado por funcionários do município e por registo documental.*

*Os setubalenses e todos os habitantes do concelho sabem que assim é. Posso dizer que a minha assiduidade na vida do concelho, das suas associações, das suas instituições ou nas necessidades de representação municipal é total e permanente.*

*Infelizmente, esta não é postura do senhor vereador do PSD, a julgar pela sua ausência no dia da cidade e de muitas outras iniciativas de grande importância para o concelho.*

*Relativamente aos requerimentos e pedidos de informação que nos são dirigidos, conforme refere na sua carta aberta, estamos plenamente empenhados em dar respostas ao que nos é solicitado, embora, por vezes, e assumo-o com total clareza, não sejamos capazes de cumprir os prazos, muitas vezes por manifesta falta de pessoal e do muito que há a fazer, fruto de políticas restritivas impostas pelos governos do PSD.”*

*Relativamente, também, à menção, à preocupação de este ser o meu último mandato e que, por isso, estava a abrandar a atividade e que fizemos muito pouco. A oposição diz que fizemos muito pouco. O PSD disse que estávamos a abrandar, que estamos a abrandar. Podem ter a certeza que vai ser até ao último segundo, sempre em turbo.*

*Mas, já agora, como o Partido Socialista está, também, preocupado que nós fizemos pouco durante um ano, nem sei por onde é que hei-de começar. Temos, aqui, 33 folhas só de um*

ano, 33 folhas que nós fazemos questão de dar a todos os vereadores e à comunicação social. Mas, das mais importantes, e passou a ler:

**“CULTURA e DESPORTO**

*Após um ano de mandato temos trabalho feito, projetos desenvolvidos, apoio às estruturas locais efetuado, ciclos programáticos dos equipamentos culturais de grande diversidade e de forma regular, apropriação do espaço público com animação de rua nos principais locais da cidade.*

O **CICLO PROGRAMÁTICO** teve como fator fundamental a dinamização e o apoio de projetos nas mais diversas disciplinas artísticas, nomeadamente:

- *Dinamização do Coro do Município Afina Setúbal*
- *Grande Filarmónica Setúbal*
- *Concurso de Fado de Setúbal*
- *Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal*
- *Festival de Música de Setúbal*
- *Fado em Setúbal*
- *Festival de Bandas Filarmónicas*
- *Eurovision Live Concert*
- *Comemorações do Dia Mundial da Música*
- *Festival Círculo de Jazz*
- *Concertos regulares no Largo da Ribeira Velha*

Na área do **TEATRO**:

- *Levamos as companhias locais às escolas do concelho*
- *Mantivemos o apoio grupos de teatro amador e profissional do concelho e, acima de tudo, lutámos ao seu lado pelo justo apoio da DGARTES*
- *Promovemos as Comemorações do Dia Mundial do Teatro*
- *Investimos financeira e logisticamente, com grande envolvimento dos serviços da CMS, no Festival Internacional de Teatro*
- *Demos espaço ao projeto Tá na Rua - Festival de Artes de Rua e ao Bambolinices*

Na área da **DANÇA**:

- *Impulsionámos projetos de sensibilização e formação para a dança, com o Clube de Tango de Setúbal:*
  - *espetáculos de dança temáticos*
  - *comemorações do Dia Mundial da Dança, Dance Soul*
  - *Salsa Experience – Festival de Salsa de Setúbal*
  - *STB Dance AllStars*
  - *Festival de Dança Desportiva e Gala Dança para Todos*

Na área do **CINEMA** e do **AUDIOVISUAL** demos força a um conjunto de projetos na área do cinema e audiovisual:

- *Set’Curtas - sensibilização e formação para o Cinema e Audiovisual*
- *Apoio à produção cinematográfica*
- *sessões cinematográficas diárias no Charlot*
- *Sessões semanais na Casa da Cultura e no Fórum Municipal Luísa Todi (este último tem procurado divulgar o espólio de Lauro António)*
- *Festa do Cinema Italiano*
- *Festa do Cinema Francês e o Dia + Curto*

Na área das **ARTES PLÁSTICAS E VISUAIS**, a ilustração ganha espaço permanente na Casa da Cultura e existe uma grande aposta na Festa da Ilustração e, no final de 2017, nasce uma nova obra de arte com o painel em azulejo “Maria Conserveira” Ricardo Crista/Polí no túnel da ladeira de S. Sebastião.

Continuámos a apostar num conjunto de **PROJETOS E AÇÕES MULTIDISCIPLINARES**, nomeadamente:

- *Comemorações do Aniversário de Luísa Todi*

- *Projeto Gralha*
- *Carnaval*
- *Grande Marcha de Setúbal*
- *Animação cultural da STB Urban Market*
- *Comemorações do 25 de Abril*
- *Comemorações do aniversário de Sebastião da Gama*
- *Comemorações da elevação de Setúbal a Cidade*
- *Marchas Populares de Setúbal*
- *Comemorações Bocageanas*
- *Setúbal Fashion Weekend*
- *Comemorações do aniversário de São Francisco Xavier*
- *Concertos de Natal*

Na área de **APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO**, continuamos a dar força à identidade e tradição e prova disso mesmo são o apoio às Marchas Populares de Setúbal com um enorme envolvimento das associações, bem como dos serviços da autarquia, dada a dimensão financeira e logística necessária para que este evento ganhe cada vez mais dimensão e projeção além do concelho.

Este ano é já altura de projetar os próximos meses e anunciámos o grande evento **EXIB MÚSICA – EXPO IBERO AMERICANA DE MÚSICA**, com objetivo promover a difusão cultural da América Latina, bem como fomentar o diálogo intercultural com a Europa, incentivando a circulação artística e um melhor conhecimento da diversidade musical e cultural da região ibero-americana, o que nos permitirá ser a Capital da Música Latino-Americana em 2019.

#### **EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

Ao longo dos últimos anos o investimento em equipamentos culturais é notório, permitindo que o concelho disponha de uma oferta que cobre a maioria das artes, como o cinema, a música, o teatro, a dança e as artes plásticas.

O **FÓRUM MUNICIPAL LUÍSA TODI** dispõe de uma oferta cultural ímpar com uma taxa de ocupação bastante elevada e uma assinatura única, com os maiores nomes da música clássica, como a Orquestra Metropolitana de Lisboa, que permitiu à autarquia desenvolver um protocolo anual para atuar várias vezes no concelho.

A **CASA DA CULTURA**, com toda a sua programação de vanguarda com forte investimento da procura do sentido crítico e pensamento sobre a atualidade, tem procurado definir um caminho na área do serviço educativo através de uma programação dirigida também aos mais novos, pois estes serão os motores da cultura num futuro próximo. Fez-se forte investimento num programa de excelência no aniversário da Casa que, neste ciclo de primeiro ano de mandato comemorou o seu 5º e 6º aniversários de forma marcante, diversificada e criativa, culminando, no ano atual, com a criação da nova imagem comunicacional e lançamento do jornal trimestral “Guarda-Rios”.

O **CINEMA CHARLOT** continua com uma oferta regular de cinema além de acolher muitos eventos culturais locais, nomeadamente, teatro, encontros temáticos e congressos.

O **AUDITÓRIO JOSÉ AFONSO** tem sido palco de eventos de grande dimensão e destaque.

#### **BIBLIOTECAS**

Atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento:

- *Obras da II fase do Convento de Jesus*
- *Inauguração da Biblioteca de Azeitão*
- *Festa da Ilustração*
- *Conjunto de Exposições, destacando-se a “Reflexos” em parceria com a Galeria Ratton*
- *Estudos para implementação de outros espaços Museológicos:*
  - *Núcleo Museológico das Marcas*
  - *Casa da Memória de Joana e Sebastião da Gama*
  - *Casa Luísa Todi*
  - *Edifício Anexo Casa do Corpo Santo*

4

- Casa das Imagens – Biblioteca/Arquivo Lauro António
- Lançamento de livros
- *Projetos educativos com as Escolas – visitas dos Serviços Educativos dos Museus e das Bibliotecas, com deslocação a Escolas, Polos e no território do Concelho*

## **DESPORTO**

### • **EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**

- Colocação Relvado Sintético do Polidesportivo “NRD Ídolos da Praça”
- GOArrábida – Centros de Apoio ao Visitante em Rede (Setúbal e Azeitão)

### • **EVENTOS / AÇÕES**

- III OriTrail/Rogaine Jogos do Sado
- “Treino Funcional” PUA (Fitness)
- VII Setúbal Bike Tour
- 3ª Prova Taça Regional BMX
- Taça Jogos do Sado em Patinagem Artística
- Campeonato Nacional de Jiu-Jitsu
- 8º Setúbal Cup Kayak Polo
- VII Campeonato Ornitológico Costa Azul
- “Caminhada na Serra” PUA(Caminhada)
- Regata a Dois – Vela de Cruzeiro
- DuraTrail Internacional Setúbal
- Taça Escolar Jogos do Sado
- 4º Seminário de Gestão do Desporto e Turismo - Percursos e Perspetivas
- Jogo Seleção - Portugal x Moldávia
- 12º GP Arrábida
- Corrida do Vitória - 107º Aniversário
- Concentração de minibasquetebol
- Rali Cidade de Setúbal
- Torneio de Natal de Kayak-Polo
- São Silvestre do Sado
- “Manhã Ativa e Solidária” PUA(Fitness)
- Trilhos do Javalí 2017
- GOP Futsal Winter Cup
- Jornada Nacional do Campeonato de Ténis de Mesa Adaptado
- Gala do Desporto de Setúbal
- Olimpíadas da Corrida
- 2ª Etapa da Liga de Inverno de Remo Olímpico / Regata Primeiras Remadas
- Campeonato Regional de Tumbling e Duplo Mini Trampolim
- Taça Regional de BMX Setúbal/Lisboa – 1ª etapa
- Olimpíadas dos Saltos
- Campeonato Regional de Infantis Natação
- Caminhada do Dia da Mulher
- Clássica da Arrábida Liberty Seguros - Ciclismo
- Granfondo da Arrábida 2018
- Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos
- Olimpíadas dos Lançamentos
- Azeitão Andebol Fest
- Setubal Triathlon 2018
- Passeios Pedestres Escolares
- Caminhadas com História
- Promoção Escolar de Atividades Náuticas e de Montanha
- Manhã Ativa e Saudável
- Taça de Portugal de BMX, #3 e #4
- Taça Regional de Saltos

- *Corrida do 25 de Abril*
- *Palestra: "A importância do exercício físico na prevenção das doenças cardiovasculares"*
- *Atividades Fitness*
- *Campeonato Nacional de Kayak-Polo*
- *Trail Jogos do Sado*
- *Ativamente em Família - Caminhada na Serra*
- *3.ª Prova Troféu Regional de BMX Lisboa-Setúbal*
- *Corrida dos Miúdos Alegre*
- *Alegro Meia Maratona de Setúbal - Caminhada*
- *Alegro Meia Maratona de Setúbal - Corrida*
- *Olimpíadas da Família*
- *Torneio de Basquetebol em Cadeira de Rodas*
- *loga para a Pais e Filhos*
- *24H a Correr pela Deficiência*
- *Supertaça AFS - Futsal*
- *Final da Taça de Portugal de Rugby*
- *loga para a Família*
- *Regata Jogos do Sado em Vela de Cruzeiro*
- *Torneio de Escolas de Natação*
- *Torneio de Beach-Volley*
- *Ateliers de Expressão*
- *XIX Raid Bicasco Sadocat*
- *Family Challenge*
- *Gala Municipal de Boccia Sénior*
- *Marcha dos 3 Castelos*
- *Camp. Nacional de Canoagem de Mar*
- *Camp. Nacional de Catamarans*
- *FINA Marathon World Swim Series 2018 – Open Challenge*
- *FINA Marathon World Swim Series 2018*
- *6º Torneio Centenário Futsal GMDUP*
- *Rogaine Jogos do Sado*
- *Projeto + Desporto ≠ : Ação de Formação e Torneio de Polybat*
- *3º Encontro de Jiu Jitsu Fusitour*
- *Aquatlo de Setúbal*
- *Campeonato Nacional de Ténis Sub-16*
- *Campeonato Nacional de Ténis Sub-16 (Equipas)*
- *Marginal do Rio Azul*
- *Campeonato de Infantis e Absolutos de Lisboa*
- *28º Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade*
- *Copa Atlântica da Juventude*
- *Torneio Internacional do Sado*
- *Gala de Patinagem*
- *Camp. Regional Absolutos*
- *Campeonato Nacional de Ténis Sub-14 (Individual)*
- *Camp. Regional Absolutos*
- *Festival Patinar ao Luar – Feira Santiago*
- *Descida do Rio Sado / Moinho da Mourisca - PUA*
- *Volta à Anicha/Circuito Nacional de Mar*
- *Volta à Anicha*
- *Volta a Portugal em Bicicleta - Prólogo*
- *IV Torneio de Corbillon Cidade de Setúbal*
- *V Open Baía de Setúbal – Ténis em Cadeira de Rodas*
- *4.º Campeonato de Exóticos*

- Torneio do Bocage – Padel
- Arrábida SwimRun
- Campeonato do Mundo de Pesca Embarcada
- Regata de Banheiras e Insólitos
- 27.ª Rampa da Arrábida Lighthouse Properties
- 1RM Games 2018
- Setúbal Custom Weekend

## **EDUCAÇÃO**

- Programa Receção à Comunidade Educativa
- Programa Municipal de complemento da Ação Educativa
- Programa PORLISBOA 2020 – medidas:
  - 10.05 - 2ª fase. Requalificação de seis escolas: Instalações sanitárias, cozinhas e refeitórios, espaços de recreio e campos de jogos, apetrechamento com mobiliário escolar e de refeitório, material didático e equipamento informático
  - 10.1 - 1ª fase. Candidatura com quatro ações – Observatório da Educação, (Re)Ação Positiva, Campanha de Sensibilização e Valorização da Educação e Conferência Anual de Educação. Elaboração da candidatura 2ª fase com o Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais
- Rede Internacional Cidades Educadoras:
  - Comemoração do dia Internacional das Cidades Educadoras
  - Participação nos Encontros Nacionais da Rede Territorial Portuguesa
  - Candidatura Congresso Internacional das Cidades Educadoras
  - Participação no Boletim Trimestral da rede nacional
  - Candidatura ao Prémio Cidades Educadoras 2018
- Conselho Municipal de Educação
  - Processo da nova constituição do órgão para o novo mandato
  - Reuniões ordinárias e da comissão permanente
- Portal da Educação
  - Elaboração dos conteúdos da educação para o novo site
- Programa de Educação Alimentar
  - Supervisão do serviço de refeições escolares e implementação de projetos de educação alimentar com as escolas
- Programa Comemorações 25 de Abril
- Congresso Internacional Ciências da Educação e Desenvolvimento: organização em parceria com as Universidades de Granada e do Minho
- 3ª edição E- TECH – feira tecnológica: organização em parceria
- Representações nos Conselhos Gerais de agrupamentos e escolas não agrupadas
- Setúbal Mais Bonita
- Festival de Música de Setúbal.
- Festa de Ilustração
- Teatro na Escola
- Núcleo Museológico Urbano
- Há Festa no Parque.
- Kid's Guernica (AMRS)
- Carnaval
- Semana do Mar
- Participação nos 2 encontros da COSAP (Federação Concelhia das Associações de Pais)
- Colaboração da organização do Encontro Nacional Professores de Geografia.
- Colaboração na organização das Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental



- *Ação Social Escolar*
  - *Serviço de refeições escolares (gestão, supervisão e faturação)*
  - *Transportes escolares*
  - *Oferta de livros de atividades/fichas a todos os alunos do 1º ciclo*
  - *Programa da Fruta Escolar*
  - *Atribuição de verba aos agrupamentos para material escolar*
  - *Visitas de estudo e despesas de funcionamento*
- *Dia DIEDU: encontro dos trabalhadores da DIEDU*
- *Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*
  - *Constituição de grupo de trabalho CMS com as EB da Bela Vista e Manteigadas*
- *Processo de recrutamento de novos trabalhadores assistentes operacionais e técnicos superiores*
- *Educação pré-escolar*
  - *Gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família, Acordo de Cooperação*
- *Conservação e manutenção das escolas*
  - *Articulação com DOM, juntas de freguesia e agrupamentos de escolas*
- *Contratos de manutenção dos equipamentos informáticos e de reprografia das escolas*
  - *Elaboração de procedimentos concursais e gestão dos pedidos de assistência*
- *Aquisição de novos equipamentos informáticos e de reprografia em regime de outsourcing*
  - *Elaboração de procedimentos concursais e gestão dos pedidos de assistência*
- *Formação profissional*
  - *Dinamização de workshops e ações de formação para os trabalhadores afetos às escolas*
- *Visitas a todas as escolas do 1º ciclo e jardins de infância*

#### **APOIOS A PROJETOS**

- *Projeto Escola Azul, Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage*
- *Setúbal, Terra de Peixe.*
- *Projeto Ciência na Nossa Serra, Agrupamento de Escolas de Azeitão*
- *Intercâmbio EB Fonte do Lavra / EB Monchique*
- *Batismo de voo, EB Sº Gabriel*
- *Instrumentos musicais Agrupamentos Luísa Todi e Barbosa do Bocage*

#### **PROJETOS CMS / ESCOLAS**

- *Rede de Bibliotecas Escolares.*
- *Animarq*
- *Serviços Educativos Museus e Bibliotecas*
- *Educar no Mar*
- *Desporto nas Escolas.*
- *Nosso Bairro, Nossa Cidade.*
- *Eco Escolas*

#### **INCLUSÃO SOCIAL**

- *Intervenção Territorial na Anunciada - Bº do Grito do Povo e dos Pescadores: Oficinas Colaborativas*
- *Programa Rede Social - CLAS - Conselho Local de Ação Social*
- *GAAISSS - Grupo de análise, avaliação e intervenção em situações sociais e de saúde*
- *Grupo Interinstitucional EnvelheSeres*
- *Séniore em Cena*
- *Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas*
- *Setúbal, Território Intercultural - Plano Municipal de Integração de Migrantes*
- *'Maio, Diálogo Intercultural'*
- *Plano Municipal de Intervenção com a População Idosa*

4

- *Comemoração dos Santos Populares e do Piquenício Concelhio*
- *Grupo Interinstitucional EnvelheSerres - Séniores em Cena*
- *Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas*
- *Grupo Concelhio para as Deficiências*
- *Semana Temática da Deficiência*
- *Programa InComun – Atividades Ocupacionais na Comunidade*

#### **JUVENTUDE**

- *Fórum da Juventude de Setúbal - Novembro 2017*
  - *Em processo de revisão das normas de participação.*
- *Ciclos de Debates Temáticos nas Escolas Secundárias*
  - *Entre novembro de 2017 e janeiro de 2018 debates em nove escolas secundárias e profissionais do concelho, envolvendo mais de dois mil alunos e oito coletivos juvenis*
- *m@rço.28 - Mês da Juventude*
- *Mostra de Cursos e Formação*
- *Programa de Voluntariado “Atitude Positiva – Desperta a Tua Vocação!”*
- *Divulgação do Cartão Jovem EURO<26 do Município de Setúbal*
- *Campos de férias nos meses de Verão, em parceria com instituições locais*
- *Intercâmbios juvenis entre cidades geminadas com Setúbal*
  - *Apoio a intercâmbios juvenis desenvolvidos pela Experimentáculo - Associação Cultural.*
- *Incentivos à criação artística de jovens talentos através do apoio a projetos apresentados no âmbito do Programa Setúbal mais bonita, da Meia Maratona Fotográfica, da bolsa de apoio a ensaios e gravação musical, da participação na Feira de Santiago, Festa da Ilustração, concurso de criação de imagens GAJUVE, Escolas com Talento*
- *Newsletter da Juventude*
  - *Primeiro número em julho de 2018*
- *Apoio a projetos apresentados por organizações juvenis formais e grupos informais de jovens*
  - *Entre outubro de 2017 e setembro 2017 foi apoiada a realização de cerca de cinquenta atividades desenvolvidas pelo Movimento associativo juvenil formal e informal do concelho (campanhas de limpeza urbana e de praias, festivais de tunas, intercâmbios, projetos escolares, exposições, ensaios, concertos...)*
- *Ações e projetos na área do emprego e empreendedorismo jovem*
  - *Em processo de parceria com o IEFP, que prevê acompanhamento técnico vocacional e de inserção profissional na Casa do Largo e formação certificada a jovens na área de animação de campos de férias*
- *Dinamização da Casa do Largo/Pousada da Juventude*
  - *Entre outubro de 2017 e setembro de 2018 realizaram-se de cerca de oitenta atividades*
    - *12 exposições*
    - *11 concertos*
    - *16 workshops*
    - *12 atividades de cariz diverso (aulas abertas, debates, spoken word, tertúlias, stand up comedy, etc)*
    - *apoio a 33 atividades movimento associativo formal e informal dinamizadas na Casa do Largo*
- *Música à Mostra*
  - *mostra de jovens projetos musicais locais e nacionais (veio suceder ao anterior Concurso de Bandas de Garagem) trinta candidaturas, 16 projetos aprovados e à mostra no Largo José Afonso*

- *Acolhimento de estágios de alunos do ensino secundário, profissional e superior*
- *Criação de Passatempos nas redes sociais, promovendo espaços culturais municipais e incentivando ao consumo cultural juvenil*
  - *cerca de vinte passatempos e 86 convites individuais a jovens até trinta anos.*
- *Ativação das redes sociais com o intuito de ampliar a comunicação e aproximar o Gabinete do seu segmento: Facebook + Instagram*
  - *Mais 815 novas publicações (de janeiro e setembro 2018)*
  - *Mais sete mil novos seguidores (de janeiro 2017 e setembro 2018)*
- *Noite Jovem FMLT - integrada nas Comemorações do Dia Mundial da Música - Concerto tripartido: Loosense, Sequin, Noiserv*
- *Stick it - concurso de criação de autocolantes GAJUVE*
- *EDP Galeria na Caixa*
  - *Intervenção artística em 32 armários EDP, mediante concurso. Patrocínio EDP*
- *Escolas com Talento: mostra de jovens artistas*
  - *participação direta de mais de cinquenta jovens e o envolvimento indireto de mais de 1500 alunos em sete escolas*

#### **TURISMO**

- *Feira De Sant'iago,*
- *Setúbal Summer Fridays,*
- *Observanatura*
- *Fins de Ano Azuis*
- *Semana do Mar*
- *Setúbal Terra De Peixe - Festivais Gastronómicos E Colóquio " Gastronomia Do Mar"*
- *Setubal Wine&Flavours*
- *Sabores da Baía*
- *Candidatura 7 Maravilhas à Mesa*
- *Projeto "Setúbal Acessível"*
- *Candidatura Linha Turismo Acessível*
- *Código ColorADD*
- *Projeto "Percurso pedestres do concelho de Setúbal."*
- *Valorização das praias e orla costeira - Comissão VALPRAIAS*
- *Plano de atividades de promoção ambiental*
- *Galardões turismo sustentável*
- *Protocolos com a Comunidade Académica IPS e EHTS - Setubal Brand Management, Target*

#### **RECURSOS HUMANOS**

##### **SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO(SHT)**

- *Comemoração, no dia 28 de abril, do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho – inauguração da exposição fotográfica itinerante (Somos CMS, Somos Segurança) nos Paços do Concelho e realização de um seminário no dia 24 no qual foram debatidos temas como os riscos psicossociais, o regulamento municipal de prevenção do trabalho sob o efeito do álcool, estupefacientes e substâncias psicotrópicas e a intervenção da assistente social no acompanhamento dos trabalhadores*
- *Rastreios (solar, respiratório, nutrição), sessões de ginástica laboral, Chi-Kuang, Quick massagem em vários locais*
- *32 acolhimentos de CEI's -Contratos de Emprego e Inserção, com ação de formação em SHT*
- *11 ações de formação em sala, sobre procedimentos de segurança e acidentes de trabalho aos encarregados/chefes de equipa do DOM e DAAE, ergonomia e movimentação manual de cargas e higiene e segurança no trabalho em ambiente escritório*

- 11 auditorias aos locais de trabalho pela equipa multidisciplinar do GSO/SMT nomeadamente ao Museu do Trabalho, Loja Coisas Setúbal, Posto de Turismo/ Tesouraria/DIGEF/SECONT/SMCI, DIHU/Vanicelos, DCED/DICUL/Cinema Charlot, DURB/DIPU/GAMOT, DAFRH/DIGEF/SAP, DCED/SMBIM/Biblioteca Municipal
- Acompanhamento e elaboração de um flyer com informações técnicas (3) sobre os balneários da DIHU na Rua Camilo Castelo Branco, monitorização das condições do pré-fabricado nos viveiros das Amoreiras, cafetaria do Forte S. Filipe
- Continuação do Plano de Auditorias aos locais de trabalho realizadas pela equipa multidisciplinar constituída por uma técnica superior de segurança no trabalho, pela médica do trabalho, por um enfermeiro e pelo chefe de divisão da DIRH -Auditorias à Casa da Baía e à DISOC
- Elaboração de informações técnicas – Projeto de obra das instalações sociais do Mercado da Conceição (balneário e refeitório)
- Abertura de concurso público para fornecimento contínuo de EPI – Equipamento de Proteção Individual e Fardamento
- Realização do estudo da sinistralidade laboral referente ao ano 2017

#### **SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO(SMT)**

- Avaliações através de consultas de serviço de enfermagem a 918 trabalhadores
- Avaliações em consultas médicas e requisição exames médicos a 1025 trabalhadores
- Reposição de material em 139 Kits de primeiros socorros, distribuídos pelos diversos serviços da Câmara Municipal
- Participação no rastreio de cardiologia, integrada nos 7 Dias com o coração
- 46 patologias certificadas pelo DPRP - Departamento Proteção de Riscos Profissionais
- 25 novas participações obrigatórias ao DPRP

<b>MOBILIDADES INTERCARREIRAS/INTERCATEGORIAS - 2017</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 38 - 1/12/2017 (CBSS)</li> <li>• 02 - 1/06/2017</li> <li>• 17 - 1/03/2017</li> </ul>					
<b>CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADES INTERCARREIRAS/INTERCATEGORIAS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 49 mobilidades consolidadas</li> </ul>					
<b>PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE VÍNCULOS PRECÁRIOS - 2018</b>					
<b>Carreira/categoria</b>	<b>Posto de trabalho</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Admitidos</b>	<b>EPS - Entrevista Prof. Seleç.</b>	<b>Observações</b>
TS- Administração autárquica, contabilidade, finanças e gestão	3	12	3		
TS-Jurista	4	5	4		
TS-Nutricionista	2	6	2		
TS-Turismo	1	6	1		
TS-Design	1	5	1		
TS-Animação cultural	2	8	2		
AT-Construção civil	1	2	1		
AT-Topógrafo	1	1	1		
AO-Eletricista de automóvel	1	1	1		

AO-Serralheiro mecânico	1	1	1		
AO-Mecânico de automóvel	1	1	1		
AO-Canalizador	1	1	1		
AO-Asfaltador	1	1	1		
AO-Pintor	2	2	2		
AO-Pedreiro	6	6	5		1 lugar não preenchido
AO-Carregador	3	3	2		1 lugar não preenchido
TS-Comunicação social	2	10	3	sim	
AO-Cozinheiro	2	2	2		
AO-Serviços gerais	5	6	5		
TS-Arquiteto	5	8	5		
TS-Engenheiro agrónomo	2	2	2		
TS-Engenheiro mecânico	1	1	1		
TS-Engenheiro civil	5	9	5		
TS-Engenheiro do ambiente	1	4	0		
TS-Engenheiro de recursos hídricos	1	1	1		
AO-Limpeza de espaços públicos	1	8	7	sim	
AO-Serviços administrativos	5	8	6	sim	
AO-Vigilância	2	5	4	sim	
AO-Turismo	15	24	22	sim	
AT-Apoio administrativo	26	58	29	sim	
AO-Ação educativa	10	25	20	sim	
AO-Motorista de pesados	2				
AO-Jardineiro	12				
TS-Engenheiro agrónomo	1				
	<b>129</b>	<b>232</b>	<b>141</b>		

**Obs.** No âmbito deste PREVP, já ingressaram, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 28 trabalhadores através de procedimentos concursais comuns.

A abertura de procedimentos concursais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTFPTI) depende da verificação e confirmação de que as atividades a desenvolver, correspondentes aos postos de trabalho, tenham natureza permanente e não transitória.

4

Assim, com este modelo de gestão privilegia-se:

- A celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
- A estabilidade de emprego para os trabalhadores, a qual permitirá maior motivação no desempenho das suas competências
- A contenção de despesas pelo não pagamento da indemnização compensatória, prevista pela caducidade dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo

#### **PROJETO SOMOS CMS**

- Grupo de Teatro (Em)Cena (Ensaios 2017/2018)
- Fora da Caixa/Aprendizagens Colaborativas 2017: Alongamentos
- Fora da Caixa/Aprendizagens Colaborativas 2017: Como ajudar os nossos filhos a estudar
- Fora da Caixa/Aprendizagens Colaborativas 2018: Fotografia
- Conhecer a nossa casa 2017: Casa da Cultura, Paços do Concelho e Biblioteca
- Conhecer a nossa casa 2017: Fortaleza de S. Filipe
- Conhecer a nossa casa 2018: Museu do Trabalho Michel Giacometti
- Conhecer a nossa casa 2018: Centro histórico
- Conhecer a nossa casa 2018: À descoberta dos 3 Bairros
- Conhecer a nossa casa 2018: Visita noturna entre museus
- Conhecer a nossa casa 2018: Fortaleza de S. Filipe
- 6 Passeios temáticos Maravilha do Sado 2017/2018 (voucher)
- Reunião anual de trabalhadores
- Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores
- 8º Baile de Máscaras
- Dia da Mulher/Mês das Nossas Mulheres: Conferência
- Dia da Mulher/Mês das Nossas Mulheres: Jantar Convívio
- Dia da Mulher/Mês das Nossas Mulheres: Concerto Vozes com atitude
- Dia da Mulher/Mês das Nossas Mulheres: Tertúlia Ser Mulher em Março de 18
- Dia da Mulher/Mês das Nossas Mulheres: Exposição Somos Mulheres CMS
- Somos CMS, Somos Segurança: 2ª Seminário de Segurança no Trabalho
- 3ª Exposição de Artes Plásticas dos Trabalhadores da CMS "Entre Nós"
- Homenagem aos trabalhadores aposentados: Cerimónia
- Homenagem aos trabalhadores aposentados: Passeio Maravilha do Sado

#### **MERCADOS**

- Obras e resolução de anomalias nos diversos mercados (prestadores de serviços)
- Requalificação e reorganização dos exploradores no Mercado da Conceição / Construção de novos espaços de venda de peixe
- Implementação do plano de Decoração do Mercado 2 de Abril
- Mudança do gabinete da fiscalização e veterinário para o 1.º piso do Mercado do livramento
- Fiscalizações aos terrenos dos produtores do ML
- Instalação de uma Produtora de Gelo no Mercado 2 de Abril
- Esplanadas no exterior do ML
- Atividades Culturais no Mercado do livramento
- Comemoração dos Aniversários do ML e Mercado 2 de abril
- Mercado Biológico de Setúbal

#### **CEMITÉRIOS**

- Auditorias às instalações dos Cemitérios com o GSO
- Aumento da venda de sepulturas Anaeróbias no Cemitério da Nossa Sr.ª da Piedade
- Notificações para conservação dos talhões privativos no Cemitério da Piedade
- Arrecadações e parque para viaturas dos trabalhadores no Cemitério da Paz
- Requalificação dos talhões da entrada no Cemitério da Paz

4

- *Aumento das exumações para encurtamento do Cemitério da Paz*
- *Cobrança da Receita associada ao Contrato de Concessão e Exploração do Crematório*
- *Abertura de 2 postos de atendimento no SCEM*

#### **DINAMIZAÇÃO DA BAIXA COMERCIAL**

- *Setúbal Fashion Weekend*
- *Feira OUTLET*
- *Festa da Flor*
- *Verão na Baixa*
- *Natal na Baixa*

#### **DINAMIZAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA**

- *Semana do Mar e do Pescador*

#### **PROTEÇÃO CIVIL**

- *9 simulacros nas escolas e empresas*
- *Elaboração de 16 planos de coordenação e de segurança*
- *Exposição riscos aprender e evitar em 9 locais*
- *2 ações de formação*
- *Lançamento da conta oficial de Twitter do SMPCB*
- *Candidatura e aprovação da ação de comunicação e sensibilização em cenários de risco associados às alterações climáticas*
- *3 reuniões do Conselho Municipal de Segurança*
- *3 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil*
- *2 declarações de alerta para o território municipal*
- *Participação na assembleia geral do Fórum Europeu de Segurança Urbana com eleição para o Comité Executivo*
- *Emissão de 11 newsletters mensais*
- *8 projetos e medidas de autoproteção para edifícios municipais, escolares e de associações culturais e desportivas*
- *1344 notificações aos proprietários para limpeza de terrenos*
- *Aquisição do simulador de riscos tecnológicos*
- *Desenvolvimento de estudo de viabilidade económica do projeto CIGE*
- *Reuniões com unidades locais de proteção civil – freguesias do concelho*
- *Reuniões com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e órgão de gestão do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida*
- *Aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) de Defesa da Floresta Contra Incêndios*
- *Acompanhamento das obras da Fortaleza de São Filipe*
- *Acompanhamento das obras da Rua Óscar Paxeco*
- *Acompanhamento das obras de consolidação da orla costeira do Portinho da Arrábida*
- *Reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil*

#### **ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- *Iluminação da Igreja de S. Julião*
- *Instalação de 22 luminárias KIO na Rua da Escola Técnica*
- *Instalação de iluminação LED com sistema IOT, no âmbito do PPEC 2017/2018 na Quinta do Freixo e Quinta do Tavares, Bairro Salgado, Quinta de Santo António, Quinta Alves da Silva, Pinhal de negreiros e Jardins e parques Verdes Bela Vista, Lanchoa, Manteigadas, Monte Belo e lanternas hexagonais na Baixa comercial e Fonte Nova (1116 luminárias)*
- *Instalação de iluminação na passagem pedonal da Rua da Alfarrobeira, no Grelhal*
- *Instalação iluminação pública no logradouro anexo aos prédios da Rua Miradouro do Sado - Bairro de S. Francisco, 6 candeeiros com luminárias LED*
- *Remodelação da iluminação pública decorativa no Largo Dr. Francisco Soveral*

4

- *Instalação de iluminação no túnel da Praceta dos Arcos*
- *Instalação de 22 luminárias LED na Rua da Escola Técnica*
- *Instalação de 6 lanternas LED na Rua Dr. Estevam de Vasconcelos*

## **AMBIENTE**

- **ECO-ESCOLAS**
  - *Encaminhamento dos diversos pedidos de apoio que chegam ao sector por parte das escolas*
  - *Participação nos conselhos Eco-Escolas (agrupamento de escolas Luísa Todi e EB Barbosa du Bocage)*
- **NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE**
  - *Visita aos bairros inseridos no projeto*
  - *Reuniões com os moradores*
  - *Preparação de uma campanha de sensibilização ambiental que vai atuar em 3 níveis conforme as necessidades de cada bairro analisado. As ações englobam ações porta-a-porta previstas para Novembro de 2018*
- **PACTO DE AUTARCAS**
  - *Elaboração de um ponto da situação das intervenções e certificações energéticas feitas desde 2012 a 2017*
  - *Preparação de um resumo sobre o ponto de situação do Pacto de Autarcas que foi apresentado no Fórum Dirigentes*
- **SEMANA DA MOBILIDADE**
  - *Organização das iniciativas durante a semana da mobilidade;*
  - *Articulação com a escola básica participante na iniciativa;*
  - *Articulação com o serviço de comunicação e divulgação dos eventos.*
- **CANDIDATURAS**
  - *Abril: Elaboração de uma candidatura ao Funco Ambiental com o tema “Valorização ambiental das ribeiras do concelho de Setúbal”*
  - *Entre Abril e Junho: Preparação e submissão da candidatura do município ao Programa ECOXXI 2018*
- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS**
  - **Piscina de Azeitão:**
    - *Substituição de todo o sistema de iluminação existente, bem como a implementação de um sistema de monitorização de fluxo luminoso, (empresa Isgreen)*
  - **EB/JI do Montalvão:**
    - *Substituição de todo o sistema de iluminação exterior (campo de jogos) existente por tecnologia LED*
  - **Parque escolar:**
    - *Implementação de cinco unidades UPAC e Solar Térmico (termossifão de 300 litros) EB do Viso, Casal das Figueiras, Brejos Clérigos, EB/JI do Montalvão e EB Montalvão (2ª fase)*
  - **Mercado do Livramento/Pavilhão das Manteigadas/Pavilhão João Santos/ Mercado Livramento:**
    - *Substituição de todo o sistema de iluminação existente*
  - **EB/JI do Montalvão:**
    - *Substituição de todo o sistema de iluminação existente por tecnologia LED*
  - **Edifício Sado:**
    - *Substituição de todo o sistema de iluminação existente, por iluminação LED, no quinto piso*
  - **Quartel CBSS:**

4

- Implementação de sistema de circulação forçada de 2000 litros, com apoio de solar térmico para AQS
- EB/JI da Azeda:
  - Substituição de todo o sistema de iluminação existente, por iluminação LED candidatura aviso 21
- Viveiros da DIEV:
  - Implementação de sistema solar térmico 300 litros, para AQS
- Semáforos LED, 2ª fase
- Substituição da Iluminação em Edifícios Públicos

#### **JARDINS E ESPAÇOS VERDES**

- Plantação de 305 árvores em arruamentos, parques e jardins
- Arranque de 30 cepos com vista a novas plantações, por prestação de serviços externa
- Rebaixamento de 165 cepos (caldeiras para fechar / jardins)
- Abates de 291 árvores secas e /ou em risco de queda em arruamentos, parques e jardins através de meios internos e no apoio à Proteção civil
- Poda de 3217 árvores de pequeno, médio e grande porte, situadas em arruamentos, parques e escolas, através de meios internos
- Poda de 1055 árvores de grande porte, situadas em arruamentos, parques e escolas, através de prestação de serviços externa
- Obra na Rua Forte da Bela Vista – Plantações de árvores
- Comemorações do dia da Árvore, incluiu a plantação de várias árvores no Parque Urbano de Albarquel e na Escola Básica das Amoreiras
- Iniciativa Jardineiro por um dia, incluiu plantações de árvores em escolas básicas: Escola Básica de Gâmbia e EB da Azeda
- Iniciativa Jardineiro por um dia, incluiu plantações de árvores no Bairro da Bela Vista e no Bairro da Quinta de Santo António
- Iniciativa “Férias no Bairro”, incluiu plantações de árvores na Av. da Bela Vista, Rua do Antigo Olival, Rua do monte e Av. Francisco Fernandes
- Ações conjuntas de apoio técnico e operacional com a Proteção Civil
- Gestão de combustíveis no povoamento florestal de Pinhal Negreiros – acompanhamento técnico
- Tratamento de 668 palmeiras em espaço público, para controlo da praga “escaravelho da palmeira”
- Tratamento de 589 pinheiros em arruamentos, parques, jardins e escolas básicas, para controlo da praga “processionária do pinheiro”
- Controlo biológico na luta contra pragas de afídios “piolhos” em arvoredos, através de largadas de auxiliares
- **Construção de espaços verdes e outros:**
  - Av. Portela - Requalificação de canteiro da árvore classificada
  - Padel de Vanicelos – construção de canteiros e sementeira de relva na envolvente dos campos
  - Parque de Vanicelos – Construção de caminho e requalificação da envolvente junto ao campo de rugby
  - Parque de Vanicelos – Construção da envolvente à zona de manutenção (junto ao poço) no âmbito de “Setúbal mais bonita”
  - Rua Afonso do Paço – Construção de espaço verde
  - Urbanização Colinas de S. Francisco - Construção de espaço verde no talude da entrada da Urbanização
  - Ecoparque do Outão Fase II – Limpezas/recuperação das manchas arbustivas existentes
  - Envolvente do Restaurante do Ecoparque do Outão
  - Instalação de floreiras e respetivas plantações no Museu Sebastião da Gama

- *Cemitério da Paz – Construção de espaços verdes na entrada*
- **Requalificação de espaços verdes:**
  - *Praceta Quinta do Paraíso – Requalificação de espaço verde*
  - *Urbanização Colinas de S. Francisco (UFS) – Recuperação/requalificação dos espaços verdes de toda a Urbanização*
  - *Rua do Mormugão – Requalificação de canteiros no âmbito do “Setúbal mais Bonita”*
  - *Praça do Brasil - Plantação das floreiras no âmbito do “Setúbal mais bonita”*
  - *EB S. Gabriel – requalificação de canteiro no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *EB Azeda – requalificação da sebe no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *Rua José Viana (UFA) – Requalificação do espaço verde no separador de via*
  - *Rua Padre Vicente de Campos (UFA) – requalificação de canteiros*
  - *EB Gâmbia – requalificação de canteiros no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *EB Faralhão – requalificação de da sebe no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *EB Pinheirinhos – requalificação de canteiros no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *EB Bairro Afonso Costa – requalificação de canteiros no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *Parque de Santiago – requalificação de talude e ornamentações*
  - *Av. D. João II – requalificação de sistema de rega e relvados*
- **Construção e Manutenção por empresas privadas:**
  - *Construção de espaços verdes/outras infraestruturas e Apoio Técnico Furo de captação de água no Jardim das Escarpas de S. Nicolau*
  - *Jardim Multissensorial das energias*
  - *Espaço confinante com a Rua dos Comediantes e a Av. Bento Gonçalves – construção de relvado e canteiros arbustivos*
  - *Taludes e separador central da Av. Álvaro Cunhal*
  - *Espaço verde junto à Rua Padre J Nunes da Silva – construção de prado regado e canteiros arbustivos*
- **Acompanhamento na manutenção de espaços verdes**
  - *Av. Luísa Todi e PUAlbarquel*
  - *Pista de Atletismo*
  - *Cemitério de Algeruz*
  - *Espaços verdes na freg. S. Sebastião*
  - *Parque Verde da Bela Vista, Vale de Cobro, Escolas Primárias e Piscinas Manteigadas*
  - *Espaços no ECOPARQUE do Outão*
  - *Espaços verdes na envolvente ao “Shopping Alegro”*
  - *Apoio Técnico a obras das JF’s*
  - *Espaços envolventes ao Parque Infantil da Qta da Amizade*
  - *Urb Brejoeira 3ª fase*
  - *Escola D. Manuel Martins – construção de canteiros no âmbito de “Jardineiro por um dia” e “Setúbal Mais Bonita”*
  - *Av. Jaime Cortesão - requalificação de canteiros no âmbito de “Jardineiro por um dia”*
  - *Apoio técnico quando solicitado pelas JF’s – Sistema de rega em Azeitão, Gâmbia e S. Sebastião*
- **Atualização dos Protocolos de Descentralização entre a CMS e as JF’s no âmbito da manutenção de espaços verdes**
- **Viveirismo, Hortas Urbanas, Floreiras e outros:**
  - *Hortas Urbanas das Amoreiras*
    - *Participação na iniciativa Setúbal mais bonita, com pintura de muro, com cerca de 375 m2 com motivos alusivos às hortas, inspirado no*

artista “Henri Matisse, composition les velours”, manutenção do mobiliário existente (2 mesas com bancos e 4 bancos com costa, mais o painel informativo)

- Comemoração do 2.º aniversário das HUA 2.ª fase, através de um almoço convívio
- Comemoração do dia da floresta autóctone com a criação de um canteiro de aromáticas e espécies autóctones
- Visitas intermunicipais a hortas comunitárias/urbanas de outros concelhos (Sintra e Sesimbra)
- Manutenção da Linha d’água que atravessa as hortas e Viveiro, com seleção de espécies ribeirinhas existentes
- Controlo biológico na luta contra pragas principais em plantas hortícolas, nomeadamente contra lagarta, afídeos e formigas (área aproximada de 4200 m2)
- Melhoramento dos caminhos principais, através da execução, nivelamento e delimitação de caminhos principais
- Instalação de mobiliário (8 Abrigos horta 300\*250, 2 mesas com bancos e 4 bancos com costas)
- Viveiro Municipal das Amoreiras
  - Controlo biológico na luta contra pragas principais em plantas ornamentais, nomeadamente contra lagarta, afídeos e mosca branca (área aproximada de 3200 m2)
  - Produção de plantas ornamentais (herbáceas e arbustos) – 34 234 unidades
  - Floreiras
  - Ornamentação e remoção de floreiras no âmbito do “Ouvir a População”
  - Conservação e manutenção de 500 floreiras - através de prestação de serviços externa
  - Conservação e manutenção de 200 floreiras - através de prestação de serviços externa
- Festa da Flor - Organização do evento

#### **HIGIENE URBANA**

- Instalação de 18 ilhas para RSU e 18 ilhas para seletivas;
- Instalação de 6 mollocks;
- Colocação/substituição de 301 contentores de 800 lts;
- 8686 lavagens de contentores de 800 lts;
- Apoio a 99 eventos;
- Venda de 1978 Big Bag's;
- 35 Limpezas especiais;
- 137 cães capturados e 24 entregues
- 103 cães adotados e 21 levantados pelo dono
- 240 gatos capturados e 43 entregues
- 83 gatos adotados, 5 levantados pelo dono e 216 esterilizados e libertados
- 291 pombos capturados
- 70 ações de limpeza/remoção de graffitis
- 1026 Desbaratizações
- 620 Desratizações
- 113 Desinsetizações
- 83 autos levantados

#### **HABITAÇÃO**

- Constituição do Grupo de Interlocutores da Bela Vista / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”

4

- *Comemoração do 25 abril pelos interlocutores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Comemoração do Dia da Mulher pelos moradores da Alameda das Palmeiras e Bela Vista / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Festejos Natalícios e Instalação de Presépio no espaço público da Alameda das Palmeiras / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Festejo Carnavalesco e Enterro do Entrudo no espaço público da Alameda das Palmeiras / Programa “Nosso bairro, Nossa Cidade”*
- *Construção do “Espaço da Quinta” pelos moradores da Quinta de Santo António com apoio da Autarquia / Programa “Nosso bairro, Nossa Cidade”*
- *Constituição do grupo de moradores com atividades económicas (40 moradores) e participação destes nos projetos municipais: Feira de Sant’lago, Mercado de Natal e Baía Flash Market*
- *Colaboração com o Auchan e o IPS/Escola Superior de Ciências Empresariais numa formação sobre negócio a moradores com atividades económicas*
- *Criação das Equipas Comunitárias de Higiene Urbana do Forte da Bela Vista e da Manteigada e eleição das respetivas Comissões de Acompanhamento*
- *Realização da Festa Popular do Bairro Afonso Costa, organizada pela Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa*
- *Constituição da Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa*
- *Publicação do Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Pública Municipal*
- *Constituição dos dois primeiros condomínios no bairro 20 de julho*
- *Constituição de sete condomínios no bairro 2 de abril (total de 20 condomínios em 46 edifícios)*
- *Assinatura do novo contrato de arrendamento em reuniões coletivas de moradores, em todos os bairros municipais*
- *Empreitada de reposição do revestimento dos edifícios do Bairro Afonso Costa*
- *Empreitada de conservação de fachadas dos edifícios n.ºs 6 e 8 da Rua das Amendoeiras; n.ºs 8, 10 e 12 da Rua das Piteiras*
- *Empreitada de impermeabilização de coberturas dos edifícios n.ºs 6 e 8 Rua das Amendoeiras*
- *Realização do 4º Encontro de Moradores/ Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” e aprovação de 86 propostas para serem concretizadas pelos moradores com o apoio da Autarquia*
- *Constituição de 33 grupos de trabalho para o desenvolvimento das 86 propostas do 4º Encontro de Moradores, nos quais estão envolvidos 98 moradores*
- *Realização de 10 reuniões gerais de moradores com a presença do Sr. Vereador Carlos Rabaçal nos bairros municipais de habitação pública, para análise do trabalho desenvolvido no mandato anterior e perspetivas de trabalho a desenvolver no atual mandato*
- *Participação de moradores de grupos de trabalho de projetos e ações do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” nas reuniões gerais de bairro realizadas com a presença do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, com a apresentação do trabalho realizado pelos moradores e seus compromissos de trabalho futuro*
- *Atribuição do Prémio Cidades Educadoras a Boas práticas de Educação Cidadã através da Participação, ao Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Participação da comissão d’ “A Nossa Casinha” na IV Conferência Anual de Educação – Setúbal*
- *Apresentação do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal na IV Conferência Anual de Educação – Setúbal*
- *Apresentação do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” na Semana da Animação Sócio Cultural da Escola Superior de Educação do IPS*

4

- *Apresentações internacionais do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Articulação com as Escolas Básicas do 1º ciclo da Bela Vista e Manteigada para aprofundamento da relação entre a escola e a comunidade, através da estratégia de organização e participação de moradores*
- *Continuidade das reuniões de prédio para acompanhamento e aprofundamento da organização de moradores na limpeza das partes comuns e melhoria de relações de vizinhança*
- *Continuidade do projeto “Saúde no Bairro”: regularidade da medição arterial a moradores, feita por moradores formados e acompanhados pelo ACES Arrábida; realização da campanha de vacinação da gripe e comemoração do Dia Mundial da Saúde*
- *Continuidade de atividades desportivas no Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, com regularidade semanal numa caminhada e aula de zumba*
- *Continuidade de Festas Populares, organizadas por moradores, nos bairros do território do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Continuidade do “Festival Mudar o Olhar” organizado por jovens da Bela Vista*
- *Dinamização regular de ateliês nos espaços “Nosso Bairro, Nossa Cidade” da Manteigada, Bela Vista e Alameda das Palmeiras: culinária, trabalhos manuais, costura, tricot, colagens, etc.*
- *Projeto de Estudo Acompanhado para crianças no bairro da Alameda das Palmeiras, com professora voluntária*
- *Articulação com IPS para colaboração no Projeto de Estudo Acompanhado em todos os bairros do território do / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, através de alunos voluntários*
- *Cedência de espaço para ateliê de costura ao estilista Euclides Soares / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Continuidade do projeto local GARRRGAGE (recolha, recuperação, donativo e venda de mobiliário desperdiçado) / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Continuidade do trabalho de acompanhamento da Comissão Organizadora do Encontro de Moradores (realizadas 11 reuniões) / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*
- *Consolidação e ampliação do Projeto “Férias no Bairro” / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”: aumento do número de monitores (92 moradores voluntários), aumento do número de participações de crianças (353 crianças inscritas com 1.544 participações) e aumento da colaboração de parceiros institucionais na cedência de espaços, monitores e dinamização de atividades*
- *Formação SAPANA- Talentos em Livre Trânsito para capacitação de competências na procura de emprego, para moradores do território do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”,*
- *Participação de moradores nas campanhas “Setúbal Mais Bonita” e “Seja Jardineiro Por Um dia”*
- *Campanha de vacinação de animais na Alameda das Palmeiras*
- *Continuidade do acompanhamento da higiene urbana dos bairros do / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, através das Comissões das Equipas de Higiene Comunitária*
- *Continuidade da participação dos moradores no projeto “Descobrir em Comunidade”*
- *Participação de jovens do território do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” no Encontro de Jovens do ACM/YNCA*
- *Visita do Exmo. Sr. Presidente da República ao Forte da Bela Vista e posterior ida das crianças dos bairros ao palácio de Belém a convite do Exmo. Sr. Presidente*
- *Colaboração da Tuna do IPS na comemoração das janeiras na Alameda das Palmeiras / Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*

4

- *Articulação com a PSP para melhoria da relação com a comunidade da Manteigada e designação de moradores para contato*

#### **OBRAS MUNICIPAIS**

##### **CONCLUÍDAS NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO**

- REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DAS ALDEIAS DA PIEDADE, PORTELA E SÃO PEDRO (AZEITÃO)
- REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE FARALHÃO PONTES - 2ª FASE – SISTEMA DE PONTES
- REABILITAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DO SISTEMA CARRASCAL CREIRO - 3.ª FASE
- REQUALIFICAÇÃO DO TRAÇADO VIÁRIO/PEDONAL E DEFINIÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA RUA DE S. GONÇALO - BREJOS DE AZEITÃO
- INFRAESTRUTURAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA JARDIA - BREJOS DE AZEITÃO - (RUA DO BEM ESTAR)
- REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA URBANIZAÇÃO DA BREJOEIRA - ZONA POENTE 3ª FASE
- TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO NO PAVILHÃO MUNICIPAL JOÃO SANTOS - BAIRRO DO VISO
- RECUPERAÇÃO DE CAIXAS DE ESCADAS DO EDIFÍCIO E2A - RUA MOINHO Nº 9 - BAIRRO DA BELA VISTA
- RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE ESCADAS DO EDIFÍCIO E2A - AV. DA BELA VISTA Nº14 - BR. DA BELA VISTA
- EDIFÍCIO E2A - REPARAÇÃO DE REBOCOS E BETÃO ARMADO DAS FACHADAS, BAIRRO DA BELA VISTA
- DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE ENSINO EM SETÚBAL (ESCOLA EB1/JI DOS ARCOS, EB1/JI MONTE BELO, EB1 FONTE DO LAVRA, EB1 PINHEIRINHOS E EB1/JI S.GABRIEL)
- INFRAESTRUTURAS NA RUA I DO BAIRRO SANTOS NICOLAU (PEDU-PAICD03)
- BAIRRO SANTOS NICOLAU - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E PLUVIAIS E DAS REDES DE ÁGUAS E ESGOTOS DOMÉSTICOS DA INTERSEÇÃO DAS RUAS FRANCISCO BISCAIA E RUA GOMES CARDIM/MONARQUINA
- OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE FOGOS NA AV. DA BELA VISTA, RUA DO CERCAL, RUA JOÃO AUGUSTO ROSA, RUA DOS SOBREIROS E ALAMEDA DAS PALMEIRAS
- ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES ENTRE A BANDA POENTE DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DO BAIRRO GRITO DO POVO (1.ª FASE) (PEDU-PAICD01)
- COLOCAÇÃO DE NOVA COBERTURA COM DESEMPENHO TÉRMICO - RUA DO ANTIGO OLIVAL Nº7
- BENEFICIAÇÃO DA AV. ALVARO CUNHAL (1ª FASE)
- JARDIM MULTISSENSORIAL DAS ENERGIAS
- PAVIMENTAÇÃO DO LOTEAMENTO QUINTA DA AMIZADE - 1ª FASE
- REQUALIFICAÇÃO DE UM TERRENO EXPECTANTE ENTRE AS RUAS MÁRIO SACRAMENTO E PADRE JOSÉ MARIA NUNES DA SILVA - 2ª FASE
- NOVA REDE DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA AO Nº1 DA RUA EMA GRILL
- DEFINIÇÃO DO TRAÇADO DA REDE VIÁRIA E INFARESTRUTURAS DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA CABO DAS TORMENTAS, JARDIA
- REPERFILAMENTO DA ROTUNDA DO LARGO MIGUEL BOMBARDA
- MUSEU SEBASTIÃO DA GAMA/POLO BIBLIOTECA MUNICIPAL
- ECOPARQUE DO OUTÃO - RESTAURANTE
- OBRAS DE PINTURA GERAL DAS FACHADAS DOS EDIFÍCIOS B4, A6, A7, A8 E A9 DO BAIRRO DA ALAMEDA DAS PALMEIRAS



- CONSTRUÇÃO DO REFORÇO DO MURO DE SUPORTE DE TERRAS DA ESCOLA BÁSICA EB Nº 12
- PAVIMENTAÇÃO DA RUA PROJETADA À RUA DA ESCOLA TÉCNICA
- REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE MOINHO DO FRADE - 2.ª FASE - RUA GERTRUDES LIGEIRO
- ECOPARQUE DO OUTÃO - CONSTRUÇÃO DE DECK, REVESTIMENTO DE FACHADAS E VEDAÇÃO EM MADEIRA
- TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO NO PAVILHÃO DO VISO
- REQUALIFICAÇÃO PEDONAL NA RUA FLOREX
- REABILITAÇÃO DO BALNEÁRIO 2 DO ECOPARQUE DO OUTÃO
- REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO EXTERIOR NA RUA I, BAIRRO SANTOS NICOLAU
- RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PRAIA DA FIGUEIRINHA - 1ª FASE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA E INFRAESTRUTURAS INERENTES - VALE DE MULATAS
- OBRAS DE CARATER PONTUAL E EMBELEZAMENTO DA PRAÇA DE TOUROS CARLOS RELVAS
- REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA RUA DE BRANCANES
- REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA ESTRADA DO VALE DA ROSA
- REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA AVENIDA SÃO FRANCISCO XAVIER E ADJACENTES
- REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO VALE DA RASCA E LAMEIRAS DE CIMA
- REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA AVENIDA DOS COMBATENTES
- OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA CONCLUÍDAS NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO
  - *Recuperação das coberturas nos edifícios do Bairro da Bela Vista – Platibandas, isolamento de caleira e pinturas*
  - *Recuperação de paredes nos edifícios no Bairro da Bela Vista – Rebocos e pintura*
  - *Paços do Concelho: Remodelação da sala de sessões – Soalho novo, pinturas, bancada, eletricidade*
  - *Rua Tenente Valadim: Reabilitação do edifício – Remodelação de IS, pinturas interiores, telheiro exterior*
  - *Instalações Municipais de Poçoilos:*
    - *Nova oficina de canalização – Execução de oficina completa, coberturas, interiores, redes*
    - *Pintura exterior de todos os edifícios*
    - *Execução de vedação nova com as antigas grades do Jardim do Bonfim*
    - *Execução de armazéns para a SMTVIC: estrutura, coberturas, pinturas, redes;*
  - *Edifício Sado: Impermeabilização das coberturas*
  - *Piscina de Azeitão: diversos trabalhos de reabilitação da piscina – pinturas, paredes, canalização;*
  - *Piscina da Manteigada: Diversos trabalhos de reabilitação da piscina – pinturas, paredes, canalização;*
  - *Praias: diversos trabalhos de reparação e implementação do Arrábida sem Carros*
  - *Feira de Santiago: diversos trabalhos de alteração na feira e montagens*
  - *Iluminação: Diversos trabalhos de iluminação de rotundas e espaços públicos*
  - *Av. Alvaro Cunhal: apoio à empreitada, remoção de RAILS*
  - *Fontes: manutenção e reabilitação de fontes – REFER, Musas, Praça Bocage*

- *Outras intervenções de manutenção em edifícios municipais, edifícios escolares, habitação, social, eventos, coletividades, obras diversas – cerca de 2500 ações*

### **INFORMÁTICA**

- *Substituição de 95 Computadores Novos, 15 Surface Novos e reaproveitados os substituídos (Pc's e Surface) – Melhoria contínua*
- *Migração/Portabilidade de Linhas telefônicas de diversos operadores para um único operador*
- *Reestruturação da rede Informática em diversos pontos melhorando o acesso à infraestrutura*
- *Melhorias nos equipamentos de gestão da rede e infraestrutura (atualizações e reconfigurações de software e upgrade de hardware dos servidores, reconfigurações dos equipamentos ativos de rede e reestruturação da metodologia de backups)*
- *Rede Wifi de acesso público à internet*
- *Rede WIFI PONTO A PONTO para melhoria de ligação à infraestrutura de rede do município de diversos edifícios (Forte S. Filipe, Casa da Baía e Casa do Largo – em curso), poupando em custos com operador de comunicações e velocidade de acesso muito superior (10Mbps vs 300Mbps)*
- *CRM GAJUV*
- *Apoio a Guia de Eventos*
- *Nova Aplicação Serviços Sociais*
- *Nova Aplicação para os Ateliers de Verão*
- *Nova Intranet*
- *ARU*
- *Apoio projeto SIG*
- *Apoio projeto SIGE*
- *Aplicações Internas*
- *Aplicações Externas*
- *CRM*
- *ERP*

### **URBANISMO**

- *Acompanhamento e elaboração dos trabalhos técnicos relativos à conclusão da Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, nomeadamente nas componentes:*
  - *Estrutura Ecológica Municipal*
  - *Mapas de Ruído*
  - *Carta de Riscos*
  - *Carta da Reserva Ecológica Nacional*
  - *Carta de ordenamento*
  - *Regulamento*
  - *Relatório do Plano*
  - *Revisão do quadro SWOT do Concelho e acompanhamento de trabalho de delimitação das Áreas de Edificação Dispersa e sistematização da informação sobre as condicionantes*
- *Alteração ao PDM de Setúbal por adaptação, transposição das normas vinculativas dos particulares dos POAP para o PDM*
- *Alteração ao PDM relativamente aos espaços culturais e naturais / Áreas de Quintas de Setúbal e Azeitão; nomeadamente (Quinta dos Arcos e Quinta de Santo António do Galvão)*
- *Conclusão da proposta técnica do Plano de Pormenor da Salmoura*
- *Acompanhamento dos trabalhos relativos ao Plano de Pormenor da Mitrena*
- *Conclusão da proposta do Plano de Pormenor da Frente Norte da Avenida Luísa Todí*

- *Acompanhamento dos trabalhos do processo de Revisão do Plano de Ordenamento de Orla Costeira Sintra-Sado*
- *Participação na revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*
- *Aprovação da Operação de Reabilitação Urbana da ARU de setúbal, documento estratégico da ARU*
- *Aprovação do Loteamento do Bairro da Liberdade*
- *Alteração as especificações do Loteamento Municipal Grito do Povo.*
- *Alteração as especificações do Loteamento Municipal da Praça de Portugal.*
- *Elaboração de proposta de ocupação urbana para áreas a reestruturas - Bairro Dias, Monarquina e Moinho do Frade.*
- *Estudo de ocupação urbana da frente ribeirinha, Estabelecimento de medidas preventivas.*
- *Elaboração de termos de referência para a concessão do aproveitamento urbanístico da 7ª Bateria do Outão*
- *Acompanhamento da regularização das atividades económicas ao abrigo do regime legal excecional instituído pelo D.L. Nº 165/2014 – Preparação de elementos relativos à Quinta do Alcube e à Quinta da Califórnia, Resilimpa Comércio de Metais, Ldª, Valorset, Refrige*
- *Elaboração, com APSS, de termos de referência para lançamento de concurso público para contratação de serviços de consultoria para a elaboração do caderno de encargos do Concurso Público Internacional de Concessão. Construção e Exploração da Marina de Setúbal*
- *Implementação das ações consideradas no plano de mobilidade sustentável de Setúbal*
- *Participação, no seio da AML, dos estudos necessários à implementação do Regime Transitório do Novo Regime Jurídico de Transporte de passageiros no concelho de Setúbal.*
- *Preparação da época balnear 2018 – Implementação da Estratégia Municipal para uma mobilidade acessível, segura e sustentável para todos às Zonas Balneares de Setúbal;*
- *Proposta de Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha.*
- *Abertura do parque TIR e apresentação de proposta de REGULAMENTO de funcionamento do parque TIR*
- *Acompanhamento do projeto e candidatura da interface multimodal da Praça do Brasil, tendo em vista o reforço da utilização do transporte público.*
- *Colocação de novos postos provados de carregamento elétrico na cidade no âmbito do programa MOBI.E*
- *Lançamento do GeoPortal portal Externo do Município com novas funcionalidades que permite a consulta de informação georreferenciada no âmbito do Urbanismo e outros consulta do PDM em vigor e emissão das plantas de localização.*
- *Acompanhamento de proximidade com as comissões administrativas das AUGI's com vista à conclusão dos processos.*
- *Acompanhamento diversos projetos, no âmbito do RJUE, promovidos por empresas ou particulares*
- *Acompanhamento técnico do projeto Wake Cable Park. Elaboração de parecer sobre a avaliação de conformidade do EIA no âmbito do procedimento de AIA. Elaboração de contributos para o Aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental."*

Portanto, isto, num ano, acho que não está mal. Está aqui tudo nas 33 folhas, as coisas mais em pormenor. Tivemos dificuldade em fazer este resumo para as 33 folhas, por que todos os

4

serviços nos deram um molho de folhas que excediam as 33 páginas, agora, aqui, resumidas, por cada um dos serviços.

Portanto, é só para que fique, aqui, registado que não é justo aquilo que... Nós compreendemos que o Partido Socialista diga isto. Percebemos que é uma orientação, provavelmente nacional, porque vimos, na imprensa, outros municípios com o mesmo tipo de argumentos. Deve ser uma orientação nacional. De qualquer modo, a resposta de Setúbal tem que ser feita. Os outros municípios que façam a sua resposta.

No que diz respeito à solidariedade, no passado dia 3 de outubro embarcou no porto de Lisboa, com destino a Quelimane, um contentor de 40 pés, contendo diversos bens, resultado de uma campanha que se revestiu de um grande êxito, considerando a enorme aderência que recebemos da parte das instituições sociais, colégios de crianças, organismos e população, em geral, materializado na oferta de roupa de homem, mulher, criança e bebés, material escolar, brinquedos, material didático.

Portanto, foram largos milhares de livros, desde o 1.º ao 12.º ano de escolaridade, para cinco postos administrativos de Quelimane, que cobrem um universo de 50 mil crianças. Foram expedidos diversos materiais hospitalares de higiene materno-infantil e medicamentos, numa ação conjunta que promovemos e que se destinam a um projeto que mantemos com o Hospital Central de Quelimane.

Dizer que este contentor tem mais de 23 toneladas de carga angariada, com mais de 800 caixas que a autarquia embalou, e vai chegar ao seu destino no início do mês de dezembro. Lá voltaremos ou alguém do município lá estará, para entregar, em dezembro, estes contentores, diretamente a quem destes bens necessita.

Penso que, de dia 2 de outubro de 2017, dia em que começámos este mandato, até ao dia 2 de outubro de 2018, não está mal.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Confesso-lhe que aquilo que é a opinião que a Sra. Presidente tem sobre mim e aquilo, até, que podia ser um debate político ou, até, quase de perfil político, entre aquilo que é a senhora e aquilo que eu sou, está muito próximo do 100% desinteressante para a maior parte das pessoas que o fossem ouvir, portanto, não o vou alimentar.

E não o faço porque, pura e simplesmente, nós não somos comparáveis. Eu não estou na autarquia a tempo inteiro, como e muito bem, algumas pessoas estão, porque têm que estar e cumprir essa missão. Acho muito bem que assim seja, mas eu não estou. Eu não estou com pelouro, eu não tenho um salário, o meu salário vem de outro sítio, que nem sequer é o setor público. Não havia mal que fosse, mas não é, nunca foi, nunca estive em nenhum governo.

Portanto, se eu penso pela minha cabeça e, às vezes o partido não gosta, o partido pode-me dizer isso à vontade. Se eu estou nos órgãos nacionais e, às vezes não gosta, também me pode dizer isso à vontade, mas dá-me essa liberdade para poder dizer isso quando quero e bem entendo, desde que obviamente mantenha o respeito pelas pessoas. Por isso, não vou alimentar isso. Não me leve a mal. Isto não tem interesse nenhum.

Mas acho que nós temos aqui uma oportunidade de dignificar esta reunião da Câmara e vou fazer uma proposta, que pode naturalmente, ser democraticamente não aceite, que é passar o último ponto, que, provavelmente, é o ponto que mais trouxe aqui as pessoas, que tem a ver com a recomendação.

Portanto, faço essa proposta. Não consumo mais tempo e ponham esse ponto mais para cima. Se não quiserem, não estou a dizer que é mais importante do que outra coisa qualquer, do que está aqui proposto.

Todos os vereadores têm o seu mérito e eu percebo o ordenamento que aqui está feito, é do partido mais votado para o partido menos votado, mas essa é a proposta que faço, porque se mais de 500 pessoas se manifestaram sobre isto e na comunicação social, a nível nacional e local, este foi o tema que foi debatido, acho que ele merece ser aqui debatido, também, de uma forma diferente. Portanto, não vamos cair nesse erro.

Já ando cá há muitos anos. Sei que nós podemos levar três, quatro horas, até chegar a esse ponto. Se assim for, assim é, mas, se o quiserem fazer de uma outra forma, é a minha

sugestão. Não há cá nenhuma insinuação nem nada. Os senhores têm o direito de fazer e discutir o ponto no último lugar da ordem de trabalhos, que é o ponto 34. Têm o direito de ocupar o período de antes da ordem do dia com os temas que acharem e bem entendem.

Estou a sugerir. Não vou ocupar mais e faço esta proposta, para discutir em primeiro lugar, caso queiram. Se não quiserem, a democracia é assim que funciona. Isto é um órgão democrático.

Portanto, passar o ponto 34 para entre os primeiros pontos, na discussão da ordem de trabalhos, é, apenas, uma proposta que deixava, sem mais nenhum comentário de momento.

**Sra. Presidente** – O Sr. Vereador Nuno Carvalho teve toda a liberdade para expor onde quis a minha assiduidade nas assembleias municipais e eu tenho toda a liberdade para expor no órgão institucional onde ela deve ser colocada, a minha assiduidade, e já agora confrontarmos. Assim é que é a liberdade, confrontarmos a liberdade de cada um.

O senhor expôs e eu expus no sítio onde entendi que é correto. Não tinha importância nenhuma, mas o senhor entendeu que era correto no jornal. Tinha mais visibilidade, não era, Sr. Vereador?

Em relação à proposta do Sr. Vereador, quero lembrar o seguinte: O Sr. Vereador traz aqui, em forma de proposta, uma recomendação que, por acaso, já veio à Câmara e que foi lida, como recomendação, logo no princípio lembra-se?

Não era a mesma recomendação? Era mais ou menos? Eu não estava cá. Tenho direito a férias, também. Sei que eu não estava, estava aqui o Sr. Vice-Presidente. Sei que houve uma recomendação e, disseram-me agora – que eu por acaso não fui comparar – que a recomendação foi transformada agora, em proposta. Não é a mesma?

Portanto, uma vez que agora, as recomendações e as moções já não são votadas, os senhores vereadores pediram que as propostas que têm de moções ou de recomendações passassem a ser votadas. Para isso, vinham em forma de proposta e foi o que fizeram. É o que vem aqui, duas propostas do PSD e uma proposta do PS.

Nós temos isto na ordem do dia e vamos fazer a discussão nessa ordem.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Sra. Presidente, o Partido Socialista regista com agrado aquela que foi a atividade da Câmara Municipal neste ano, porque essa é, efetivamente, a função do executivo municipal.

**Sra. Presidente** – Dizer que o Instituto Nacional de Estatística publicou os dados sobre a evolução das dormidas dos estabelecimentos hoteleiros e dizer que Setúbal, com menos um hotel - o Hotel do Bonfim esteve fechado desde março e abriu já este ano -, com menos essas camas, registou uma subida de dormidas, cerca de 14%, face ao ano anterior. O ano de 2016 registou 273.637 dormidas e este ano (2017) registou 313.000 dormidas.

Em relação à capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, houve esta diferença de 2.304 camas, o que é importante sem um hotel, o que quer dizer que este ano devemos continuar a subir, o que é extremamente importante para a nossa cidade.

Já agora, também informá-los de que, como sabem, a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pôs uma ação de usucapião sobre o Balneário Paula Borba. É para vos dizer que nós tínhamos a certeza que isto era uma ofensa, sabendo a Santa Casa da Misericórdia quem é o proprietário, e, por usucapião, é preciso alegar que não se sabe quem é o proprietário. Naquele caso, até era a Direção-Geral do Património.

Na transposição deste bem para a Câmara de Setúbal, veio, também, o Balneário Paula Borba e, portanto, a Câmara Municipal pôs uma ação de cancelamento dessa tentativa. Ganhámos essa ação, recorreram e, agora, veio o acórdão do Tribunal da Relação de Évora, dando razão à Câmara Municipal de Setúbal e fazendo registar que o Balneário Paula Borba está, neste momento, em posse da Câmara Municipal de Setúbal e não da Santa Casa da Misericórdia.

4

Leu o voto de pesar pelo falecimento de João Vicente, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 10:

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de João Vicente, presidente da direção da Associação Intervenção Democrática e deputado na Assembleia Municipal de Setúbal.*

*João António Vicente, de acordo com uma nota emitida pela associação de que era presidente, era Engenheiro-Técnico Agrário formado pela Escola Agrícola de Santarém. Desde muito novo integrou a luta de resistência ao regime fascista, aderindo ainda jovem às estruturas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de oposição ao fascismo, integrando posteriormente o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) herdeiro daquela estrutura após a Revolução de Abril de 1974.*

*Integrou a Associação Intervenção Democrática – ID em 2001, vindo a ser eleito Presidente da Direção da Associação em 2017, cargo que exerceu até ao seu falecimento.*

*Era, igualmente, Diretor Executivo da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, integrando a Direção daquela organização, depois de ter passado também pela sua Presidência.*

*Enquanto democrata, militante e ativista político, João Vicente foi candidato em representação da Associação Intervenção Democrática e integrando as listas da Coligação Democrática Unitária, a diversos cargos políticos, assumindo atualmente o mandato de Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Setúbal, eleito nas listas da CDU em outubro de 2017.*

*A Câmara Municipal associa-se à manifestação de condolências divulgada pela Associação Intervenção Democrática dirigida a toda a Família de João Vicente, inúmeros amigos, e todos os democratas portugueses, “afirmando nesta hora de luto e dor a mais profunda solidariedade e amizade, na certeza de que, partindo fisicamente do nosso convívio, permanecerá para sempre entre nós o espírito, a coragem e a determinação que João Vicente sempre colocou na luta pela construção de um mundo melhor e mais fraterno para todos os Homens e Mulheres na Terra.”*

**Sr. Vice-Presidente** – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Rui Paixão, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 11:

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Rui Paixão, sindicalista que dedicou, incansavelmente, a vida a defender os interesses e os direitos dos trabalhadores.*

*Rui Paixão deixa a memória de um sindicalista exemplar, sempre empenhado na procura de mais e melhores direitos laborais para todos os que trabalham. Graças a homens como ele, as sociedades progridem e tornam-se melhores lugares para todos os que lutam por uma vida melhor.*

*Pertenceu, de acordo com um comunicado da União do Sindicatos de Setúbal, aos quadros dirigentes da CGTP-IN de 1986 a 2012. Foi eleito membro do Conselho Nacional da CGTP-IN no V Congresso realizado em maio de 1986, órgão de que fez parte até 2012, e integrou a sua Comissão Executiva de 1991 até 2012.*

*Foi eleito Delegado Sindical da Lisnave em abril de 1976, membro do Secretariado da Comissão Intersindical da Lisnave desde setembro de 1976 e seu Coordenador de 1977 até 1981.*

*Em 1981, passou a integrar a Comissão Diretiva e a Direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.*

*Em 1982, passou a coordenar o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, a integrar o Conselho Nacional da FEQUIMETAL (depois FIEQUIMETAL) e o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal.*

*Em 1990, foi eleito coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, tarefa que manteve até 2012, a par da sua militância no PCP.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada, à União dos Sindicatos de Setúbal e à CGTP-IN sentidos pêsames.”*

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Obviamente que os vereadores do Partido Socialista se associam a esta homenagem, tanto a Rui Paixão como a João Vicente. Mais, enquanto responsável do Partido Socialista de Setúbal, também, institucionalmente, queria, em nome do Partido Socialista, à CGTP, à União dos Sindicatos de Setúbal e ao PCP, também endereçar as nossas mais sentidas condolências.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Na mesma linha, em nome do PSD, e, também, como vereador desta Câmara Municipal, queria associar-me aos votos de pesar, naturalmente, às famílias, em primeiro lugar, mas também a todos os amigos e companheiros que estiveram ao lado destes dois distintos munícipes. Associamo-nos aos votos de pesar.

Fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

### **Índice**

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia***
  - 1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).***
  - 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.***
- B) *Período da Ordem do Dia***
  - 1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de setembro de 2018.***
  - 2. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de setembro de 2018.***
  - 3. *Deliberação n.º 285/18 – Proposta n.º 16/2018 – GAP – Aceitação de doações para a campanha “Um gesto em troca de um sorriso – Setúbal ajuda Quelimane”.***
  - 4. *Deliberação n.º 286/18 – Proposta n.º 17/2018 – GAP – Retificação da Deliberação n.º 268/18 – Alteração ao Regimento das Reuniões da Câmara Municipal.***
  - 5. *Deliberação n.º 287/18 – Proposta n.º 18/2018 – GAP – Aceitação de doações para a construção de uma escola primária em Quelimane.***
  - 6. *Deliberação n.º 288/18 – Proposta n.º 74/2018 – DAFRH/DIGEF – 11.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 10.ª ao Plano de Atividades Municipais e 10.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.***
  - 7. *Deliberação n.º 289/18 – Proposta n.º 75/2018 – DAFRH/DIGEF – Consulta de financiamento no âmbito do IFRRU 2020 para a obra: Substituição e reforço da estrutura da cobertura do Edifício dos Paços do Concelho – Setúbal.***
  - 8. *Deliberação n.º 290/18 – Proposta n.º 39/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida da ocupação do espaço público para campanha de informação e sensibilização.***
  - 9. *Deliberação n.º 291/18 – Proposta n.º 40/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela emissão de autorização de utilização.***
  - 10. *Deliberação n.º 292/18 – Proposta n.º 41/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por ocupação da via pública.***
  - 11. *Deliberação n.º 293/18 – Proposta n.º 42/2018 – DURB/DIPU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Setúbal.***
  - 12. *Deliberação n.º 294/18 – Proposta n.º 43/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentido único do troço da Rua das Águas compreendido entre a Praceta da Primavera e a Avenida dos Ciprestes – União das Freguesias de Setúbal.***

4

13. *Deliberação n.º 295/18 – Proposta n.º 44/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização vertical de “Zona de Velocidade Máxima de 40km/h” no Bairro da Varzinha – União das Freguesias de Setúbal.*
14. *Deliberação n.º 296/18 – Proposta n.º 45/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de “Paragem e Estacionamento Proibidos” na Rua Luísa Todí (lado Norte) – União das Freguesias de Setúbal.*
15. *Deliberação n.º 297/18 – Proposta n.º 46/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de “Paragem e Estacionamento Proibidos” no troço abrangente ao número 388 de polícia da Avenida Luísa Todí – União das Freguesias de Setúbal.*
16. *Deliberação n.º 298/18 – Proposta n.º 47/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de sentidos proibidos na Praceta Domingos Roque – Freguesia de São Sebastião.*
17. *Deliberação n.º 299/18 – Proposta n.º 48/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização vertical de “Trânsito Proibido a Veículos com Peso Total Superior a 5,5t”, complementada com o adicional “Exceto Cargas e Descargas / Tomada e Largada de Passageiros”, na Estrada dos Campinos – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
18. *Deliberação n.º 300/18 – Proposta n.º 49/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudos de circulação e estacionamento automóveis nas urbanizações do Vale Ana Gomes e da Serralheira – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
19. *Deliberação n.º 301/18 – Proposta n.º 50/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal. RETIRADA.*
20. *Deliberação n.º 302/18 – Proposta n.º 71/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 5/2018 – DAFRH/DIRH/GC contra Álvaro Maurício de Sousa Oliveira.*
21. *Deliberação n.º 303/18 – Proposta n.º 72/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 10/2018 – DAFRH/DIRH/CM-GC contra Luís Miguel Ferreira Leão.*
22. *Deliberação n.º 304/18 – Proposta n.º 73/2018 – DAFRH/DIRH – Lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro - Regularização extraordinária dos vínculos precários - Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para 2018 - Aditamento.*
23. *Deliberação n.º 305/18 – Proposta n.º 06/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”*
24. *Deliberação n.º 306/18 – Proposta n.º 16/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro 2 de Abril – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, n.º 4 – 3º C.*
25. *Deliberação n.º 307/18 – Proposta n.º 17/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro 2 de Abril – Largo Valentim Adolfo João, n.º 1 – r/c C.*
26. *Deliberação n.º 308/18 – Proposta n.º 18/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro da Bela Vista (PIS) – Rua do Forte da Bela Vista, 10D – E26.*
27. *Deliberação n.º 309/18 – Proposta n.º 19/2018 – DOM – Empreitada “Terminal Interface de Setúbal” – Revogação da deliberação n.º 127/2018.*
28. *Deliberação n.º 310/18 – Proposta n.º 20/2018 – DOM – Empreitada “Terminal Interface de Setúbal” – Abertura de Procedimento de contratação pública – Concurso público.*
29. *Deliberação n.º 311/18 – Proposta n.º 102/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
30. *Deliberação n.º 312/18 – Proposta n.º 103/2018 – DCED/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2018 – Apoio financeiro.*

4

31. *Deliberação n.º 313/18 – Proposta n.º 16/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2018.*
  32. *Deliberação n.º 314/18 – Proposta n.º 2/2018 – GAV PS – Proposta de alteração à taxa de IMI 2018.*
  33. *Deliberação n.º 315/18 – Proposta n.º 1/2018 – GAV PSD – Recomendação à APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, sobre o Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal.*
  34. *Deliberação n.º 316/18 – Proposta n.º 2/2018 – GAV PSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público.*

**1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de setembro de 2018**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos, dos Srs. Vereadores Carlos Rabaçal e Teresa Andrade, por não terem estado presentes nesta reunião.

**2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de setembro de 2018**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos, dos Srs. Vereadores Paulo Lopes e Teresa Andrade, por não terem estado presentes nesta reunião.

**3. Deliberação n.º 285/18 – Proposta n.º 12/2018 – GAP – Aceitação de doação no âmbito da campanha de solidariedade para Quelimane/Moçambique**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 286/18 – Proposta n.º 17/2018 – GAP – Retificação da Deliberação n.º 268/18 – Alteração ao Regimento das Reuniões da Câmara Municipal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 287/18 – Proposta n.º 18/2018 – GAP – Aceitação de doações para a construção de uma escola primária em Quelimane**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

6. **Deliberação n.º 288/18 – Proposta n.º 74/2018 – DAFRH/DIGEF – 11.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 10.ª ao Plano de Atividades Municipais e 10.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

7. **Deliberação n.º 289/18 – Proposta n.º 75/2018 – DAFRH/DIGEF – Consulta de financiamento no âmbito do IFRRU 2020 para a obra: Substituição e reforço da estrutura da cobertura do Edifício dos Paços do Concelho – Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 290/18 – Proposta n.º 39/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida da ocupação do espaço público para campanha de informação e sensibilização**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 291/18 – Proposta n.º 40/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela emissão de autorização de utilização**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 292/18 – Proposta n.º 41/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por ocupação da via pública**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 293/18 – Proposta n.º 42/2018 – DURB/DIPU – Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**12. Deliberação n.º 294/18 – Proposta n.º 43/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentido único do troço da Rua das Águas compreendido entre a Praceta da Primavera e a Avenida dos Ciprestes – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD

**13. Deliberação n.º 295/18 – Proposta n.º 44/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização vertical de “Zona de Velocidade Máxima de 40km/h” no Bairro da Varzinha – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 296/18 – Proposta n.º 45/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de “Paragem e Estacionamento Proibidos” na Rua Luisa Todí (lado Norte) – União das Freguesias de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 297/18 – Proposta n.º 46/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de “Paragem e Estacionamento Proibidos” no troço abrangente ao número 388 de polícia da Avenida Luísa Todí – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 298/18 – Proposta n.º 47/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização de sentidos proibidos na Praceta Domingos Roque – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**17. Deliberação n.º 299/18 – Proposta n.º 48/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação de sinalização vertical de “Trânsito Proibido a Veículos com Peso Total Superior a 5,5t”, complementada com o adicional “Exceto Cargas e Descargas / Tomada e Largada de Passageiros”, na Estrada dos Campinos – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 300/18 – Proposta n.º 49/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudos de circulação e estacionamento automóveis nas urbanizações do Vale Ana Gomes e da Serralheira – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 44.

**Sra. Presidente** – Estão aqui uma série de plantas de um trabalho fantástico que foi feito pelo Departamento de Urbanismo e pela Divisão do Eng.º José Miguel Madeira e dos seus técnicos, trabalhadores fantásticos que lá estão e que fizeram todos estes estudos. Vêm aí mais e, portanto, agradecer também este trabalho que está aqui feito em pormenor, que poderá não estar 100% correto, mas é muitas vezes no terreno e com a ajuda dos moradores que se diz que isto fica melhor desta ou de outra maneira.

Para já este estudo foi feito com a participação dos moradores, com o consentimento deles, mas só depois na prática é que vamos ver como é que as coisas correm.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Antes de mais juntar-me, se me permite fazer, ao reconhecimento do trabalho aqui feito e muito importante sobre esta matéria, como disse e bem.

Tinha apenas uma pergunta, que porventura até nem tinha questão neste plano, mas é pertinente uma vez que se trata desta zona da cidade e do concelho. Estão previstos alguns redutores de velocidade, algum tipo de lombas ou algo que permita a redução de velocidade ou não?

**Sra. Presidente** – Acho que não. Mas o Sr. Eng.º pode explicar.

**Sr. Eng.º José Madeira** – Há muitos pedidos de redutores de velocidade por todo o concelho, se atendêssemos a todos, de facto, tínhamos, uma cidade cheia de lombas que nem se poderia circular.

Há que cumprir o que está definido no regulamento do Código da Estrada e aqui é uma urbanização com vias tão estreitas que isso já é uma ação para redução de velocidade. Não é uma opção que se tomou aqui e, se calhar, vamos colocar zonas com velocidade até 30, fazer um reforço de sinalização.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Foi falado numa reunião, no início de julho, com a população desta zona que também iriam ser efetuadas reformulação das duas rotundas, quem entra pela Quinta da Amizade, que obviamente não constam deste plano.

Gostava também de perguntar em que pé é que está esse processo, porque a questão da entrada foi identificada como um dos grandes problemas desta urbanização e daquelas rotundas que têm um desenho estranho, no mínimo, com a estrada da Quinta da Amizade e com a estrada de Algeruz.

4

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação a essas rotundas há um projeto que foi discutido com os moradores e foi já adotado, que vai para projeto de execução e depois veremos o seu desenvolvimento.

O que quero referir não é para falar do que já foi falado, mas do que não foi. O que ficou acordado com os moradores é que esta matéria da mobilidade na urbanização é apenas um elemento da intervenção dos moradores, isto é, a partir deste momento foi identificado o caderno de matérias que foram reconhecidas também no "Ouvir a população" que constitui uma listagem de assuntos que vamos debater um a um.

Vamos agora prosseguir e depois vamos apresentar esta deliberação final. Vamos evoluir para as rotundas que foi referido e depois vai-se evoluir para outros aspetos de organização de moradores e das necessidades existentes, para além da mobilidade, sendo esta talvez uma das mais sentidas.

Quero realçar o contributo dos moradores, a sua organização, a sua motivação e o conteúdo riquíssimo das suas propostas que vieram dar uma ajuda muito grande à nossa equipa técnica notável, como muito bem disse a Sra. Presidente.

Ainda para dizer que não se trata só deste assunto, trata-se de um processo que vai continuar na organização do grupo de moradores que está eleito pelos próprios moradores e de plenários de moradores para retificar as decisões e propostas que esse grupo vai encontrando com o município nos diferentes aspetos,

Falou-se também da questão das árvores e outros aspetos que vão ser avaliados em toda a temática que interessa a uma urbanização daquela dimensão e com aquela complexidade.

**Sra. Presidente** – Só por causa dos redutores de velocidade, das lombas, nós temos vindo a retirar algumas lombas e só em situação muito, muito conflituosa é que estamos a pôr lombas, porque temos tido muitas reclamações dos taxistas e dos bombeiros. Estes últimos, quando vão em marcha de urgência, referem que pode ser até fatal para quem lá vai dentro, a situação da lomba, mas em alguns sítios ajuda a evitar grandes acidentes. Temos vindo a tentar equilibrar e nestas ruas, como são estreitas, se tiver estacionamento de lado e se for só sentido único não dá para acelerar muito e com a ajuda da sinalização vertical em relação à velocidade permitida nas localizações, vamos tentar que seja mais calmo.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

#### **19. Deliberação n.º 301/18 – Proposta n.º 50/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal RETIRADA**

**Sra. Presidente** – Como os senhores vereadores sabem este plano de mobilidade já está feito há muito tempo, já teve apresentação pública no final do outro mandato, houve discussão pública e é um dos programas, um dos projetos que fazem parte do PDM que virá no final do ano. Estamos a acabar mesmo o regulamento, já estão todas as peças feitas e esta é uma delas, mas também é necessário aqui ser aprovado, porque no âmbito de uma candidatura que vamos fazer a um quadro comunitário ele tem que ser aprovado pelos órgãos. De acordo com a lei, ele só tinha que estar vertido para dentro do PDM, não tinha que ter esta aprovação, mas para os quadros comunitários é preciso esta aprovação.

Vocês sabem quais são os objetivos, têm que ver com um plano de circulação, temos dentro deste plano de mobilidade o plano de circulação, o plano pedonal, o plano ciclável, o plano de estacionamento, o plano da logística e dos transportes públicos.

O dos transportes públicos vai ter ligação com o que está em discussão na Área Metropolitana de Lisboa, já estão fechados e agora só se está a discutir na AML os custos de uma Rede Metropolitana de Transportes, os custos e quem paga os milhões.

Na adaptação do nosso município teve a contribuição das freguesias, houve discussão interna e, portanto, também as solicitações das várias freguesias e das necessidades que



existem especialmente nas freguesias dos extremos, estou a falar na Gâmbia, no Sado e em Azeitão.

Há muitos locais onde há ausência total de transportes e outros onde só há de manhã e à tarde e outros que têm problemas por causa daquelas coroas e os pagamentos de um bilhete extremamente caro só porque passa a coroa tal. Este debate de alteração de coroas já foi feito, isto já dura há um ano e tal, quase dois e estamos a afinar com o Governo Central.

De qualquer modo há alguns setores locais, estou-me a lembrar de uma intervenção muito interessante por parte dos moradores dos nossos bairros, no âmbito do projeto “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, os coordenadores de prédios reuniram-se e vieram apresentar um abaixo-assinado de mais de 1.500 assinaturas e de propostas em relação a horários e a algumas carreiras que não existem e que estamos a afinar com a Área Metropolitana para acrescentar. Existiam alguns sítios que não estavam ainda contemplados neste Plano de Transportes e outras coisas já estavam contempladas, mas umas específicas não estavam e para se fazer esta candidatura ou para pagarmos a operacionalidade da resolução de alguns transportes é preciso submetermos às candidaturas do Programa 2030.

Todos os municípios têm que levar este Plano de Mobilidade, porque sem isso não há fundos comunitários.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Senhora Presidente, nós já conhecíamos ou conhecemos o primeiro plano, ou, pelo menos, o plano que foi apresentado na Casa da Baía, julgo eu, onde estivemos presentes e onde fizemos algumas sugestões. Depois foi no Fórum Municipal Luísa Todi.

No entanto, recebemos o plano há cerca de 2, 3 dias em CD e assumimos aqui, porque não é problema nenhum, que não tivemos tempo de aferir se as nossas propostas sugeridas na altura estavam contempladas. Lembro-me que havia uma situação que propusemos e que até julgo que a nível verbal colheu alguma receptividade, que foi a questão dos corredores de emergência, e na altura o vereador do Urbanismo era o Dr. André Martins, que agora está ali e aproveito para o cumprimentar, e que também disse que era uma questão que poderia ser analisada, mas não sabemos se foi contemplada ou não.

Das duas uma, ou peço para retirar a proposta e vir à próxima reunião de câmara, porque tem que ir ainda à Assembleia Municipal e ainda vai a tempo, ou então o Partido Socialista irá abster-se e reserva-se depois na Assembleia Municipal no sentido de dar a sua votação final e aprovação em relação ao plano.

O plano não é uma coisa simples, é isto tudo que está aqui, convém ser bem visto, porque é um documento, como disse e bem, estratégico para o concelho.

**Sr. Vice-Presidente** – Esta proposta, de facto, não pode ser aprovada sem o maior relevo. Se houver tempo, reagendamos para a reunião de 31, para submeter esta proposta a partir da deliberação dessa reunião para a Assembleia Municipal. Deveríamos atender o pedido do Partido Socialista, porque a proposta deve ser devidamente observada, estudada, porque ela tem uma importância estratégica para o município.

Pelo que a Sra. Presidente já disse, é necessário para muitas coisas, mas é um instrumento de gestão estratégico do município que os setubalenses devem entender.

Já foram feitas duas apresentações para os eleitos e por isso podemos dizer que não está aqui nada de muito diferente daquilo que já vos foi apresentado, mas havendo oportunidade em termos de calendário, julgo que deveríamos então dar mais esse espaço de tempo, garantindo que ela vá à próxima Assembleia Municipal para não retardar a entrada em vigor. Se não houver objeções por parte dos calendários de algum projeto urbanístico que esteja aí, mas como tem que ir à Assembleia de novembro haverá tempo.

Mas a relevância desta proposta, desta deliberação é muito grande para a gestão urbana do município, é importante que os setubalenses a conheçam, como é que a cidade deve funcionar e como é que ela deve circular, como é que se deve andar na cidade em termos de ciclovias, em termos de rodovias, em termos de interface com os outros meios de transporte, isso deve ser apropriado aos cidadãos e, portanto, sugeria mesmo que houvesse com a

aprovação na câmara e após a aprovação em Assembleia Municipal alguma ação de divulgação pública desta campanha.

Em relação ao que a Sra. Presidente referiu, que é o aproveitamento que já se fez desses estudos, estes são prolongados e têm uma tecnicidade muito grande, mas para este estudo já tivemos aqui muitos elementos que permitiram a elaboração de propostas para completar a rede de oferta das carreiras nos Transportes Rodoviários.

E para pensar noutras intervenções, também no Plano da Circulação Intermodal, ligação com os transportes ferroviários, os mesmos têm a ver com o arranque da obra da estação intermodal na Praça do Brasil. Isso também resulta deste estudo e hoje ouvimos, após a reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa desta manhã, ouvimos com certeza, alguém já terá ouvido, o anúncio da aprovação da proposta de constituição da empresa Metropolitana de Lisboa que vai ser a plataforma de gestão de todo o sistema de transportes dos municípios e da Área Metropolitana a partir de 2019.

Vai gerir todos os sistemas de transportes e qual será o processo de gestão direta ou por concessão que vai ser depois lançado? Ouvimos também a confirmação de uma medida de grande impacto social que é a adoção dos passes sociais em dois valores únicos em toda a Área Metropolitana de Lisboa, 30€ dentro da área urbana e 40€ dentro das linhas interurbanas.

São medidas de impacto social muito grande que alguns municípios estimam e só esta medida tem mais impacto na bolsa dos cidadãos do que a diminuição do IMI. É uma medida social de grande relevo em que os municípios e a Área Metropolitana, estão empenhados e ainda, que esteja na fase de negociações, vai ter uma expressão concreta no Orçamento de Estado para 2019.

Atenção aos senhores do Governo na Assembleia da República, vai determinar em que medida a comparticipação do Governo para custear os passes sociais, se é maior ou menor, porque na medida em que ela for menor do lado do Governo vai ser maior do lado dos municípios. Esta negociação tem estado a ser feita nos bastidores, entre a Área Metropolitana e o Governo, mas agora vai passar à Assembleia da República com os valores que lá estão. É o apelo aos partidos que estão a discutir na Assembleia da República para que defenda os municípios, porque esta é uma antecipação à descentralização das competências que já vem de 2015 e este Governo não alterou o regime jurídico dos transportes, deixou os municípios com um problema nas mãos que em 2019 se efetiva em termos de responsabilidade total e financeira pela oferta de transportes.

O compromisso que há, neste momento, é de arrancar com um sistema que melhore, pelo menos em 20%, o acréscimo de linhas de carreiras de transportes urbanos e interurbanos. O valor que é pedido aos municípios é para aumentar em quantidade de resposta de carreiras e uma renovação de  $\frac{3}{4}$  da frota circulante.

Para concretizar isso é preciso que os partidos na Assembleia da República se empenhem e garantam as verbas e que deem a correspondente resposta a esta necessidade para a Área Metropolitana. Claro que a Área Metropolitana do Porto está a fazer o seu trabalho também e o resto do país tem também uma expressão que corresponderá a 15% do total destes custos.

Em relação a este Plano Estratégico de Transportes trago o trabalho de casa feito para podermos estar em condições de nos posicionarmos e negociarmos dentro da Área Metropolitana aquilo que devem ser as melhorias dos transportes coletivos urbanos e interurbanos para que a população possa ter melhores condições de circulação na cidade e entre as cidades a custos efetivamente comportáveis.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – É importante, sobre esta matéria que o Dr. Manuel Pisco mencionou, ter em mente antes de mais, indo de encontro àquilo que o vereador Paulo Lopes falou, se é possível adiar esta proposta ou a sua votação, o que seria benéfico, porque efetivamente o volume é grande e vocês são três vezes a presença do PSD, portanto, imaginem só quando é só um vereador, ainda é mais difícil.

Mas, não quero deixar de referir que sobre esta matéria é relevante também a discussão que, obviamente, vai ser feita quer do Governo com a Área Metropolitana de Lisboa, em sede das

4

definições, como o vereador Manuel Pisco aqui mencionou e bem, mas também acho que é extremamente relevante e como sabem esta matéria até é uma matéria a que dedico algum tempo, porque é efetivamente importante. É mais importante que a redução do IMI, é muito mais importante que a redução de IRS para muitas pessoas. Alguém que ganhe 600 euros e vai daqui para Lisboa, podemos imaginar o impacto que é, portanto, de essencial relevo, especialmente para o concelho de Setúbal e devemos estar inteiramente unidos sobre isto.

Por isso, 60%, que é o que está agora previsto, é importante ter atenção, 60% daquilo que é o bolo financeiro que vem do Governo para as autarquias a nível de cobertura de transportes e a nível da redução dos passes sociais. Os 60% têm que estar obrigatoriamente afetados à redução dos passes sociais e os outros 40% é que podem ser disponibilizados para a melhoria do serviço, quer pela frequência, quer pela abrangência geográfica.

Isto significará que, especialmente no concelho de Setúbal, que é um concelho da Área Metropolitana de Lisboa e dos que têm maior movimento interno, ou seja, dentro do próprio concelho, em que é importante a cobertura da rede de transportes, como disse o vereador Manuel Pisco e bem. Mas também porque é dos concelhos mais prejudicados a nível de disponibilidade de serviço do concelho de Setúbal para o fluxo maior que é para Lisboa. É crucial que dos 40% restantes seja dado uma prioridade a quem, neste momento, tem maior carência, como é o caso do concelho de Setúbal e outros. Caso contrário, quem tem mais disponibilidade de serviço atualmente vai beneficiar, porque tem transportes mais perto ou porque tem transportes mais vezes, porque tem esses transportes também mais baratos e quem não tem acesso ao transporte, porque é assim que é a solidariedade fiscal, está a financiar quem tem o transporte e não tem opção e tem que usar a viatura automóvel.

Como sabemos é a política fiscal genérica pelo mundo fora, é cada vez mais penalizado a utilização da viatura automóvel. Acho bem a economia circular, em vez da economia linear. Mais uma coisa que discordo do meu partido, por exemplo.

Sabe que os “elogios” trazem muitos problemas? Vou sempre lidando com essas questões, é o rio daqui, é o outro rio, vou sempre lidando com isso.

Agora, à parte dessa questão, é crucial, creio eu, ver se esses 40%, em sede de discussão da Área Metropolitana de Lisboa, verifica efetivamente de que forma é que nós podemos melhorar essa cobertura, senão nós arriscamos acentuar e muito aquilo que é a situação já muito desfavorável de muitos municípios do concelho de Setúbal e outros de outros concelhos que atualmente não têm essa cobertura de transporte.

**Sra. Presidente** – Acho que é inevitável o adiamento da discussão, porque temos tempo para a Assembleia Municipal.

Antes de mais, quero dar os parabéns, mais uma vez, ao Eng.º Miguel e agora também à Eng.ª Fátima que foi a peça fundamental na construção deste Plano de Mobilidade, trabalhou com uma empresa externa ao município, que foi quem fez este Plano de Mobilidade extremamente complicado, mas foi ela que assegurou todos os passos, muitos documentos escritos, toda a informação e, portanto, mais uma vez uma grande divisão. Muitos parabéns. Isto é preciso que se diga, porque se há muitos a dizerem que os funcionários públicos não trabalham e que não sabem fazer nada, estão muito enganados, e quando cá chegam dentro depois vêm. Isto é fundamental que se diga.

Depois, dizer que este é um documento de crucial importância, como dizia o vereador Manuel Pisco e o vereador Nuno Carvalho, e é mais importante que a redução do IMI, sem sombra de dúvida.

Não sei precisar se são 130€, porque felizmente não tenho que pagar esse passe, mas se reduzirmos o IMI num bocadinho pode dar por ano uns 20, 30 ou 40 euros, depende, mas mensalmente um trabalhador que está em Lisboa pagar o que passará de 130€ para 40€, é um grande benefício. Se for só este pacote, Fertagus-Metro, salvo erro, mas se tiver mais outro transporte é cerca de 150€. É um grande salto, um grande benefício na qualidade da vida das pessoas, porque é muito dinheiro que está aqui em causa.

Estamos a falar de 88 milhões de investimento em frota para os próximos 7 anos para a Área Metropolitana, quer dizer para os concelhos que não têm transportes próprios, como é o caso



do Barreiro e de Cascais que também está a tratar para ter e Lisboa que já tem a concessão da Carris. Tirando isso, para os outros restantes 15 municípios, porque são 18, pagarmos 88 milhões em 7 anos de frota é obra ou pagarmos a diferença entre o passe, que estamos todos de acordo, 30€ a 40€. Como estamos na ponta somos os dos 40€ e mesmo assim é muito dinheiro de diferença.

Não é fácil para o Governo, não é fácil para os municípios.

Estamos em processos de candidatura, estamos a negociar isto tudo, por isso há esta solicitação de aprovarmos cada um dos planos de mobilidade para entregarmos devidamente aprovados.

Amanhã tínhamos que dar esta resposta à Área Metropolitana, mas, como tem que ser aprovado por dois órgãos e falta a Assembleia Municipal, vamos explicar que precisamos ainda da aprovação da Assembleia Municipal, razão pela qual foi adiada hoje a discussão para o próximo dia 31, que será também uma reunião talvez longa, porque temos o orçamento, a reestruturação de serviços, mas esta merece ser vista com muita cautela.

São, de facto, assuntos de grande importância estratégica e há tempo para a Assembleia Municipal e então ficará para o próximo dia 31 e esta proposta agora é retirada.

Ausentou-se do Salão Nobre, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**20. Deliberação n.º 302/18 – Proposta n.º 71/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 5/2018 – DAFRH/DIRH/GC contra Álvaro Maurício de Sousa Oliveira**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria em minuta com 9 votos SIM e 1 voto NÃO.

Regressou ao Salão Nobre, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**21. Deliberação n.º 303/18 – Proposta n.º 72/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 10/2018 – DAFRH/DIRH/CM-GC contra Luís Miguel Ferreira Leão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria em minuta com 7 votos SIM, 2 votos NÃO e 2 votos em BRANCO.

Ausentou-se do Salão Nobre, o Sr. Vereador Fernando Paulino.

4

**22. Deliberação n.º 304/18 – Proposta n.º 73/2018 – DAFRH/DIRH – Lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro – Regularização extraordinária dos vínculos precários – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para 2018 – Aditamento**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Regressou ao Salão Nobre, o Sr. Vereador Fernando Paulino.

**23. Deliberação n.º 305/18 – Proposta n.º 06/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 306/18 – Proposta n.º 16/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro 2 de Abril – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, n.º 4 – 3º C**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 307/18 – Proposta n.º 17/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro 2 de Abril – Largo Valentim Adolfo João, n.º 1 – r/c C**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 308/18 – Proposta n.º 18/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação - Bairro da Bela Vista (PIS) – Rua do Forte da Bela Vista, 10D – E26**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**27. Deliberação n.º 309/18 – Proposta n.º 19/2018 – DOM – Empreitada “Terminal Interface de Setúbal” – Revogação da deliberação n.º 127/2018**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Percebemos inteiramente o conteúdo da proposta e o que não deixa de ser estranho, é isso que quero perceber, é como é que o processo se desenvolveu, como é que a câmara avançou para este procedimento não tendo ainda as recomendações das entidades que são vinculativas, porque se são vinculativas nunca poderia avançar o projeto ou, pelo menos, o procedimento da empreitada sem ter estas recomendações. Gostava de perceber o que é que aconteceu e já agora, quais são as alterações mais significativas que irão ocorrer no projeto.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – O IP – Infraestruturas de Portugal é que esteve na base desta alteração, havia um encaminhamento de um parecer do IP que depois não se concretizou nos termos em que se estava a encaminhar.

Houve alterações que têm que ver com um projeto de especialidade de geotecnia, estabilidade e as catenárias. Não são alterações muito profundas, mas são suficientes para fazer alterações noutras pequenas coisas. Por exemplo, essas alterações implicaram depois alteração do Plano de Segurança Contra Incêndios, alteração do Projeto de Indemnização, alteração do Sistema de Drenagem, alteração de alguns aspetos da memória descritiva, porquê? Vamos ver qual é o valor dessas alterações, são 3 mil e poucos euros, não é assim tanto, mas tiveram este impacto e obrigou a mexer em todos os projetos de uma forma cirúrgica.

Já agora que fala no parecer vinculativo do IP, é preciso que se saiba que se não fosse a Sra. Presidente da Câmara decidir utilizar o seu peso político para garantir que viesse o parecer, ainda estávamos à espera e perdíamos os fundos comunitários. É um processo muito complicado.

Cautelamente, e já tendo em conta o parecer do Tribunal de Contas e essas apreciações e posteriormente o próprio IP, em termos de acompanhamento, decidimos corrigir tudo, mexer tudo, alterar tudo e fazer duas alterações em cadeia ao pormenor. Não deu uma alteração financeira brutal, é pequena, mas é uma alteração financeira. Não podemos avançar com um procedimento cujo valor base foi mudado, tem que se fazer nova proposta.

Para nós foi uma grande inquietação na medida em que os prazos estão a correr e o IP levou um ano a fazer um parecer e com a pressão da Sra. Presidente levou uma semana. É só para terem uma ideia da realidade que é o IP, de ser um estado dentro do Estado, aliás como outras entidades que funcionarem a seu belo prazer, sem qualquer preocupação e nem respeito pelas necessidades dos municípios ou dos outros agentes que lidam com eles e pelos prazos que temos que cumprir obrigatoriamente.

É a explicação que posso dar.

**Sra. Presidente** – Relativamente ao processo, estamos a falar de prazos de candidatura muito apertados e estamos a falar de uma obra de 3 milhões e tal de euros, não nos podíamos desviar e nem adormecer um minuto para não perder esta oportunidade, o processo foi feito, os projetos foram feitos, vieram à câmara e foram para pareceres. É nessa altura que o IP diz que ainda tem que ser acertado aqui uma coisinha de nada. Sobre essa coisinha já o vereador explicou e, portanto, foi dando tempo demais a que estivéssemos outra vez à beira de perder esta candidatura que foi renovada duas vezes. Foi preciso chatearmos um bocadinho para o papel aparecer e esse bocadinho agora está retificado.

Vamos avançar agora com outro tipo de segurança e, como disse o vereador, teve que se mexer por causa daquele canto e teve que se mexer numa data de outras especialidades que tocavam com aquilo.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se do Salão Nobre, o Sr. Vereador Fernando Paulino.

**28. Deliberação n.º 310/18 – Proposta n.º 20/2018 – DOM – Empreitada “Terminal Interface de Setúbal” – Abertura de Procedimento de contratação pública – Concurso público**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 311/18 – Proposta n.º 102/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 312/18 – Proposta n.º 103/2018 – DCED/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2018 – Apoio financeiro**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 313/18 – Proposta n.º 16/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2018**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Regressou ao Salão Nobre, o Sr. Vereador Fernando Paulino.

**32. Deliberação n.º 314/18 – Proposta n.º 2/2018 – GAV PS – Proposta de alteração à taxa de IMI 2018**

O Sr. Vereador Paulo Lopes leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60.

4

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Basicamente o que estamos aqui a propor, a menos de um mês da apresentação do orçamento municipal, que irá ser apresentado na próxima reunião de câmara de 31 de Outubro, é algo que tem sido uma proposta reiterada do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal, desta vez com o suporte adicional, para quem como a CDU sempre defendeu que não era possível, de uma comunicação por parte do Senhor Secretário de Estado Autarquias Locais, que de uma forma clara e inequívoca, aliás, como ainda há uns meses atrás discutimos, quando se teve conhecimento desta carta, que foi assumido por todas as forças partidárias, que esta carta punha preto no branco para quem dúvidas tivesse, que era possível aplicar uma taxa diferente da taxa do IMI.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Serei muito curto naquilo que é apresentação desta proposta. Creio que a sua leitura a ocorrer ia ser mais maçadora do que propriamente esclarecedora. Só não queria deixar de referir 3 ou 4 pontos muito importantes no que respeita a esta matéria.

Seria incorreto não deixar de reconhecer que este município tem uma nova restrição no que diz respeito às suas receitas que ainda não está resolvida, referente à Taxa Municipal de Proteção Civil. Isso é importante que se diga, quando se fala em reduzir impostos.

É importante também que se diga que existem questões por resolver, no que diz respeito ao pagamento dos fornecedores, onde se procurou que fosse resolvido com empréstimos, locações financeiras, que o Tribunal de Contas recusou considerando que isso deveria ter origem em receitas correntes, porque são despesas correntes. Ainda assim existe esse problema de pagamento que merece os melhores esforços. Quando se fala em reduzir um imposto, fala-se em reduzir uma receita e fala-se em intensificar os problemas onde financeiramente a câmara tem a maior gravidade face inclusive a outros municípios. Contudo, tal como no passado, nós já aqui falámos nos valores e as quantificações naquilo que é a habitual estrutura do orçamento da Câmara Municipal de Setúbal, trata-se de uma decisão política. A decisão política é evidente que afeta e afetará sempre aquilo que é menor receita da Câmara Municipal. Essa menor receita da Câmara Municipal considero que é compensatório, porque não creio que a medida seja comparável com qualquer outra medida, a redução do IMI, seja ele do que for, transportes, IRS. O IMI é o IMI e é um imposto referente a quem detém um imóvel, é um imposto pago para quem tem imóvel, é um imposto muito específico sobre essa matéria. Quando nós olhamos para aquilo que é a zona da Área Metropolitana de Lisboa ou até mesmo do distrito de Setúbal verificamos que o município de Setúbal tem a taxa máxima e que todos os outros municípios não têm. A proximidade ou tentar aproximar aquilo que é o nosso contexto regional desta taxa aos restantes municípios, é algo que todos nós pretendemos. A opção política de o fazer ou não, em detrimento de outras coisas, é uma opção política. Não é necessário estarmos a repetir um debate sobre a sua possibilidade, nós já o tivemos e não vou esgrimir novamente esse argumento, até porque queria repetir aquilo que o próprio vereador Paulo Lopes disse. Não é necessário que não estejamos à volta de outros argumentos que não tenham em consideração, quando se fala sempre em reduzir receita. Essa decisão política vale a pena, especialmente, porque em Setúbal comparativamente aos restantes concelhos que estão à nossa volta, que estão no distrito de Setúbal, somos os únicos que têm a taxa máxima, e se reduzirmos 0.4 tal como eu proponho, continuamos a ter as taxas mais altas, por isso a justiça da medida impõem-se por aí, por uma questão também de equidade.

**Sr. Vice-Presidente da Câmara** – O vereador do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na oposição sofrem da mesma doença, que normalmente sofrem todos os representantes políticos na oposição. Excelentes a aumentar a despesa e exigir mais investimento, excelentes a exigir a redução da receita. Acontece que quem impôs, a coluna vertebral da receita dos municípios foi com a última Lei das Finanças Locais de 2013, num Governo do PSD, na qual construíram a base das receitas dos municípios. Como sabem o critério da Lei de Finanças Locais assenta na conjugação de fatores do território e dos habitantes, que dá uma desvantagem muito significativa ao município de Setúbal, que tem

4

uma área territorial não habitada muito grande, com reservas naturais de que beneficiamos e não nos queixamos por isso. Temos uma taxa de concentração da população residente muito grande e isso dá-nos vantagens na lei da repartição, daí que seja de 78,6% o índice de independência financeira do município. Esta independência financeira significa que, se não cobra as receitas em impostos, elas não vêm por transferências do Orçamento de Estado, na realidade é uma fatia muito pequena que vem do Orçamento de Estado. Isso é o que tem que ser sempre ponderado.

Quanto à fundamentação, o senhor vereador Nuno de Carvalho já nem se preocupa em grandes fundamentações e considera ser uma opção política. A nossa opção política é respeitar o quadro legal que nos colocou no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, que nenhum outro município da península de Setúbal ou da Área Metropolitana tem como condicionante.

Diz o Partido Socialista, *“Estamos fundamentados no parece que”*. No *“parece que”* do senhor Secretário de Estado das Autarquias. Os senhores fundamentam uma proposta no *“parece que”*. *“Parece que”*, de quem? O *“parece que”* do mesmo senhor Secretário de Estado que ainda há bem pouco tempo também lhe *“parecia que”* a lei da descentralização 50/2018, afinal não era para cumprir como lá está escrito, era para cumprir como ele interpreta, *“Afinal podem optar por uns setores e não por outros”*. Este senhor tem uma tendência para as interpretações dos *“parece que”* muito interessante, ele parece ter uma capacidade de leitura direta das normas legais. O senhor não é capaz de ler a direito. Esta aqui é muito evidente, parece claro que o município não estava nem está legalmente vinculado às reduções das taxas máximas de IMI. A última grande decisão do Tribunal de Contas sobre aquele empréstimo de saneamento financeiro, vem dizer precisamente o contrário do *“parece que”* e diz *“Não senhor, os senhores estão sujeitos ao regime do reequilíbrio financeiro”*. Recorde-se que foi em 2004 que o fizemos, que decorre de um plano de equilíbrio durante cinco anos, mas os encargos desse reequilíbrio financeiro prolongam-se no tempo e enquanto os empréstimos daqui a mais três ou quatro anos acabarem de ser pagos o Tribunal de Contas continua a considerar que não estamos livres desse compromisso. Como não fomos a PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, não fomos ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, como não fomos a outros regimes intermédios. O Tribunal de Contas que é a autoridade máxima, diz que nós estamos sob o regime que obrigava as taxas máximas de derrames e de impostos. No dizer do senhor vereador Nuno de Carvalho é uma opção política e nós fazemos isto porque queremos. Na realidade nós queremos sim, cumprir as normas legais que obrigam à gestão do município que está sobre o reequilíbrio financeiro. Paciência, é a nossa interpretação! A vossa não é, porque estão na oposição, se não estivessem na oposição outra seria. Há um, *“mas”* muito grande, foi por causa da nossa discussão prolongada em Setúbal que começámos a atirar para o geral. Se a discriminação negativa, alguém a fez em relação à população de Setúbal no pagamento das taxas de IMI, foi o Governo que determinou a realização patrimonial, foi o Governo que pôs em execução e foi o Governo que não permitiu o abaixamento das taxas gerais como nós propusemos. Foi preciso numa certa altura, pós geringonça, que nós conseguimos passar dos 0.50 para 0.45 a taxa de IMI. Quanto é que nós queríamos? Nós queríamos 0.40, significa que a nossa proposta era ainda mais baixa. Quem é que se opôs? O PSD e o PS. Os senhores na Assembleia da República não aceitaram uma proposta mais baixa de redução do IMI, porquê?

Beneficiavam todos sem discriminação, mas não quiseram! Hoje temos uma taxa bastante mais baixa e no município de Setúbal baixou bastante. A senhora Presidente tem alguns dados que vos pode dar, agora as pessoas pagam muito menos IMI e só não pagam ainda muito menos da redução que tiveram, porque os senhores do PSD e do PS não quiseram. Agora vêm para aqui virgens no assunto, dizer que *“você é que escolhem que as pessoas paguem mais”*. Isso não é verdade! Vocês sabem que não pode ter outro desfecho e querem fazer o papel de bonzinhos na festa. Ao longo de vários mandatos em que temos discutido isto, toda a gente já entendeu que o que está em causa e percebem perfeitamente que é uma proposta a quem não podemos dar aceitação. Nós não deixaremos passar esta proposta, porque o quadro não se alterou e nós temos que respeitar o interesse público das pessoas e gerir o melhor possível, mas dentro das normas que existem, que não fomos nós que as

4

fizemos, nós tentámos melhorar, mas os senhores do PS e do PSD não permitiram. Só em Setúbal é que se pode melhorar as taxas de IMI, no país e na Assembleia da República não se pode?

A minha opinião sobre isto é que não tem aceitação nem fundamento legítimo a proposta que é apresentada pelo Partido Socialista e pela mesma razão a proposta do PSD também não merece aprovação.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Com tudo isto parece claro, temos mesmo a certeza que a CDU não vai aprovar esta proposta para reduzir o IMI.

**Sr. Vice-Presidente da Câmara** – Também desejo!

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Isso é retórica política senhor vereador! Isso é uma narrativa com alguma piada, que nós também registamos, porque é importante nestas reuniões desanuviar um pouco do ambiente, mas misturar alhos com bugalhos também não vale a pena, porque o parecer do Tribunal de Contas tinha a ver com contração de mais dívida, não tem a ver com o IMI. Querer misturar situações que são completamente distintas. Isso é baralhar e dar de novo.

Entendemos que não há vontade política, como nunca houve, por parte da CDU, em reduzir a taxa de IMI, como nós propusemos desde sempre. Estamos a discutir os argumentos essencialmente políticos, sob o ponto de vista de gestão política da CDU e dos restantes partidos que fazem parte deste executivo. Não vale a pena estarmos com esta discussão, que já foi feita durante o mandato anterior e que volta novamente a ser feita, mas por nós esta discussão não tem mais base para continuarmos a debater uma coisa que é clara e que está claríssimo num parecer do Secretário de Estado em que diz: “*podia e pode fixar*”. Não há aqui um “se”, ele é taxativo. Se o Secretário de Estado de vez em quando muda de opinião, isso está escrito e como tal é vinculativo.

**Sr. Vice-Presidente da Câmara** – É vinculativo para quem? Para ele?

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Não, para nós e para eles! Está escrito.

**Sr. Vice-Presidente da Câmara** – Quem diz uma asneira, vincula-se a si próprio!

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Isso serão as palavras do senhor vereador nunca serão as minhas palavras relativamente a um Secretário de Estado, a um Ministro, ou seja, quem for, essas são as palavras do senhor vereador. Esta discussão por nós está concluída, os argumentos estão em cima da mesa, cada um tem o seu. É a vontade política da CDU que não vai aprovar a proposta de redução da taxa de IMI para 2018.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Não vou discutir o que é que o Secretário de Estado disse, não é uma discussão que seja útil, porque não tenho dúvidas sobre possibilidade de reduzirmos o IMI. Andámos a discutir se o IMI a nível nacional na Assembleia da República que passou de 0.5 para 0.45 e depois de 0.45 para 0.4, vou-lhe colocar em perspetiva uma coisa que devíamos discutir em Setúbal também e que também se aplica.

No que diz respeito ao município de Setúbal, há sítios onde muito provavelmente temos uma concentração até do valor patrimonial em que pode ser tributado o valor dos imóveis e onde devia-se aplicar uma taxa máxima, porque as pessoas podem pagar os imóveis, têm essa característica, são bem servidos por infraestruturas e o rendimento das pessoas permite isso. Há outros sítios onde a taxa devia reduzir. Atualmente a lei já permite estes ajustes e atualmente diga-se que o município de Setúbal tem uma política de beneficiar a redução do IMI para quem recupere imóveis, mas é bem diferente daquilo que estou a falar. Porque reduzir o IMI de 0.5 para 0.45 como fizeram na Assembleia da República, significa que quem tem uma mansão, por exemplo a mansão do Ricardo Salgado agora paga 0.45 de IMI.

4

Grande justiça! Espetáculo! Tenham dó! Há sítios onde a taxa do IMI para certas pessoas deve ser mais alta, porque as pessoas podem pagar mais. Há outros sítios onde se deve pagar menos. Vou-vos dar um exemplo do distrito de Setúbal. Em todo o distrito à exceção de Setúbal a taxa é mais baixa, só em Setúbal é que é a máxima e reduzindo para 0.4 ainda seria a mais alta. Se quiserem aplicar esta regra do IMI de uma forma diferente estou disponível. Vamos tentar aplicar a redução do IMI por zonas, se o quiserem fazê-lo estou disponível ou então vamos olhar para aquilo que é o múltiplo, porque a maior parte da cidade de Setúbal está muito concentrada, é quase o centro da cidade, faz com que depois quando seja aplicada a taxa do IMI, aquelas multiplicações e aquelas equações complicadas das Finanças, tem um efeito maior, porque é considerado centro da cidade e o nosso centro é muito grande, vai até ao bairro do Liceu. Vamos discutir outras medidas para permitir que consigamos encontrar maior justiça e equidade.

Aprecio muito as intervenções do senhor Vice-Presidente Manuel Pisco, como sabe, digo-lhe isto e sublinho, mas falar daquilo que é o Tribunal de Contas e pôr em comparação ou em linha com aquilo que tem a ver com a taxa do IMI, é injusto não explicando uma coisa simples. O Tribunal de Contas disse (isto é um exemplo): *“os senhores têm uma receita de 70 e podiam pedir 30 de empréstados, e deveriam pagar os 30 em 5 anos”* o que o Tribunal de Contas está a chamar a atenção é que estamos a pedir 70, 110, 140 empréstados e estamos a tentar pagar mais para a frente possível. A minha filhota que está na barriga da minha mulher, se calhar ainda vai pagar isso. Quem sabe! Está a perceber a dimensão da questão? Por isso, falar do Tribunal de Contas é falar de uma realidade totalmente diferente, que tem a ver com o endividamento da Câmara Municipal e tem a ver com aquilo que são outro tipo de opções que nós discutiremos no Orçamento e não com a taxa de IMI, que do ponto de vista do nosso distrito, cobramos mais do que os outros. Do ponto de vista daquilo que são os concelhos mais próximos, cobramos mais do que os outros, do ponto de vista da competitividade de Setúbal na taxa do IMI, seria bom, para o nosso concelho termos um sinal diferente e reduzi-lo. Seria bom dizer *“assim não, mas talvez de outra maneira”* e não linearmente dizer que *“não”* como dizem. Para não ser acusado de não falar tudo aqui, é óbvio que o PSD se for recusada a proposta, vai continuar com esta batalha e vai continuá-la publicamente e nas ruas. Eu não vou esgotar aqui aquilo que é esta vontade, pelas razões que já vos disse. Que fique claro, que é para não dizerem que a conversa acaba aqui. Por isso é que também faz-me ser mais curto e terminá-la por aqui.

**Sr. Vice-Presidente da Câmara** – Só invoquei a decisão do Tribunal de Contas, porque fundamenta o parecer que dá sobre o empréstimo, pelo facto de estarmos sujeitos ao reequilíbrio financeiro contraído em 2004.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Não repetindo os argumentos do Vice-Presidente Manuel Pisco, quando o Tribunal faz um determinado enquadramento para uma determinada decisão, esse enquadramento é sobre factos, não é sobre interpretações. Não é sobre interpretações de Secretários de Estado, porque os Secretários de Estado não têm competência nem poder para determinar interpretações vinculativas da lei. Um Secretário de Estado ou um Ministro não pode fazer interpretações vinculativas de qualquer lei, há os órgãos próprios no país para o fazer, não são os membros do Governo e quando forem os membros do Governo a nossa democracia está em perigo. Com todo o respeito pelo que é uma opinião e um parecer, uma interpretação de um membro do Governo, continua a ser essa interpretação e não é outra. Quando um Tribunal que é o Tribunal de Contas tem a competência sobre a fiscalização das contas públicas, determina que para uma situação que o município de Setúbal solicita e que esteja num determinado enquadramento, esse enquadramento vale para essa situação e para todas as outras e não faz determinada interpretação só porque dá jeito, interpreta porque é o enquadramento legal em que coloca e a Lei do Orçamento do Estado, mas não refere aquele enquadramento da proposta que o Partido Socialista apresentou no Orçamento de Estado, que está em vigor.

Acho curioso referir-se, procurando algum sentido de justiça que a redução da taxa máxima do IMI de 0.5 para 0.4, como o PCP tem vindo a defender e como ainda há um ano atrás apresentou na Assembleia República, em passar de 0.45 para 0.4, que foi rejeitada pelo PS e pelo PSD, que permitia a redução do IMI para Setúbal, agora venham dizer que isso não interessa, que é uma injustiça, porque aquelas habitações, aqueles patrimónios muito elevados teriam um grande desconto. O que é que está aqui a ser proposto? O que é que estão a propor para Setúbal? Acham que em Setúbal também não há essas casas de milhões? Para uns dá jeito para outros não dá. Que eu saiba, a forma de diferenciar por território da taxa do IMI pode ser feita num quadro como Setúbal está a fazer, no quadro do Plano de Reabilitação Urbana que está a fazer, que prevê em determinadas situações a redução da taxa do IMI.

Há uma outra forma, que é na base da avaliação dos imóveis, mas quem tem essa ferramenta não é a Câmara Municipal de Setúbal, quem tem essa ferramenta é a autoridade tributária e isso já foi proposto e foi sempre rejeitado. Responsabilize-se quem tem que se responsabilizar sobre as injustiças que o sistema tem. A lei não permite fazer para além de como está feito.

Não sou mago, mas estou convicto de que essa proposta de redução de taxa máxima de IMI para 0.4 vai estar outra vez em cima da mesa, gostaria de ver como é que vai ser votado na Assembleia da República. Eu escuso de comentar esses comentários laterais, que são a base numa profunda hipocrisia que tem como base a demagogia e o populismo.

O mesmo argumento que o vereador Nuno de Carvalho usa para de alguma forma jocosa desvalorizar uma proposta séria de reduzir para todo o país a taxa máxima de IMI é a mesma argumentação que o senhor vereador Nuno de Carvalho utiliza para reduzir em Setúbal. Em Setúbal significaria que a compensação de receita que a Câmara Municipal teria que fazer era sobrecarregar nas outras taxas, sobre quem não tem imóveis. É isso que o senhor vereador Nuno de Carvalho está a propor ou que o Partido Socialista está a propor, na compensação de receita que o município estará obrigado no caso de utilizar as taxas máximas, porque terá que fazer compensação noutras taxas.

O critério da lei e do enquadramento legal que a Câmara Municipal de Setúbal está sujeita, não obriga, mas neste caso obriga.

Eu quero concluir com uma questão. O Partido Socialista refere que, *“A Câmara Municipal de Setúbal tem o dever de dosear a carga fiscal que de si depende, aplicando taxas consentâneas com as suas necessidades financeiras, mas que ainda assim não se consubstancia numa retirada de poder de compra das famílias setubalenses e azeitonenses, permitindo que estes injetem dinheiro na nossa economia local.”* Então porque é que não votam a favor de redução da taxa máxima de IMI de 0.45 para 0.4?

Consideram que o enquadramento legal coloca uma sobre tributação sobre os contribuintes? O enquadramento legal que é da responsabilidade do Partido Socialista e do Partido Social Democrata faz uma sobre tributação dos contribuintes e recusam-se a mexer na lei para a reduzir, depois como dá jeito no combate político em Setúbal vamos obrigar a reduzir. Por decoro político e por ética eu não digo na reunião de câmara qual a razão invocada pelo Partido Socialista para não baixar de 0.45 para 0.4.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Foi-me lançado o desafio, porque é que o Partido Socialista na Assembleia da República não votou a proposta do PCP para baixar a taxa máxima de 0.45 para 0.4. O PS apresentou uma proposta que foi aprovada, em que todos os municípios que estavam sob o PAEL e sob o FAM, não contemplava o Contrato de Reequilíbrio Financeiro ao abrigo da lei de 1980, que só o município de Setúbal e de Marco de Canaveses, possuem em termos de histórico, tendo havido uma clara intenção da parte do legislador em dizer, *“Todos os municípios que estão sob alvo de um resgate financeiro, podem aplicar a taxa máxima que entenderem desde que justifiquem e que provem claramente que a aplicação dessa nova taxa não ponha em causa a recuperação financeira do município.”* Foi isto que foi aprovado. A proposta do Partido Socialista apresentada na Assembleia da República foi muito mais além, porque não obrigava a que os municípios que estavam sob o FAM e o PAEL tivessem a



obrigatoriedade de aplicar a taxa máxima e isso não havia dúvidas. Aquilo que o PCP queria era que até no limite esses continuassem a pagar a taxa máxima limitada por 0.40, mas a proposta do PS foi muito mais além e diz, *“Quem define a aplicação dessa taxa é o próprio município, porque são eles que sabem as contas, são eles é que sabem o que é que podem ter como receita para as suas despesas.”* A proposta do PS foi muito mais vantajosa para a maioria dos municípios do país e como sabe existem muito poucos municípios no país que pagam a taxa máxima. Esta proposta foi muito mais além e foi essa a razão. Não nos compete defender as propostas e as votações da Assembleia da República, mas que fique claro que a proposta do Partido Socialista, que foi aprovada respeita a autonomia do município.

Perante o repto do vereador Ricardo Oliveira achei por bem intervir. Nós Partido Socialista partilhámos sempre duma visão, de que o município de Setúbal não estava obrigado à taxa máxima do IMI por via do Contrato Reequilíbrio Financeiro. Não é por agora vir um Secretário de Estado dizer de forma clara que podia e pode fixar a taxa, nós já muito antes que temos honrado essa coerência, porque desde o início sempre dissemos, quando foi assinado o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, ainda nem sequer existia o IMI, foi sempre o nosso argumento, foi esse o argumento também dos vários pareceres do IGF – Inspeção Geral de Finanças ao longo do tempo e agora também o parecer do Secretário de Estado das Autarquias Locais. O Partido Socialista enquanto entender que não está errado, e se provar que está errado só os burros é que não mudam de opinião, irá batalhar por esta decisão, que é uma decisão política. Os senhores costumam dizer que nós utilizamos muito esta bandeira e não ganhamos eleições, mas também quem votou em nós votou nesta bandeira e nós temos que honrar uma das promessas eleitorais, pelo que iremos continuar este debate, seja aqui ou noutros fóruns e na rua inclusivamente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Estamos a discutir isto, porque o Governo do PSD, seguido do Governo do PS fizeram uma avaliação do património absurda com critérios absurdos que fez disparar os custos do IMI a níveis nunca dantes vistos e mexa-se no que mexer nas taxas, a questão de fundo é a avaliação. Revejam-se os critérios de avaliação e reavaliem-se os prédios e a coisa está resolvida, porque em Setúbal se a taxa fosse não 0.45, mas 0.7 ou 0.8 com a reavaliação anterior as pessoas pagariam hoje muito menos. Baixou a taxa, mas aumentou o valor brutalmente dos prédios. Quem fez isso? O Governo do PSD, o Governo do PS, com critérios técnicos absurdos. É por isso que estamos nesta discussão, senão não estaríamos nesta discussão.

Porque é que o Governo podia ter baixado para 0.4 ou 0.35, mas não baixou? Porque sabe que criou um mecanismo, tal como disse o Vice-Presidente Manuel Pisco, o IMI é o suporte fundamental da economia do município em termos de financiamento e se baixasse muito o IMI tinha que compensar com outras verbas do Orçamento de Estado, caso contrário seria uma quebra na capacidade financeira dos municípios, logo não pode baixar o IMI. Se o PS não fosse Governo teria de baixar o IMI para o zero ponto qualquer coisa, mas como era Governo cortou e não está para aí virado. Há aqui um patamar da discussão deste imposto que é o patamar nacional que criou este problema e depois põe-nos todos aqui à conversa uns com os outros, nesta coisa sem grande saída.

Não tem grande saída em Setúbal, porquê? Se formos ver quanto é que recebe Setúbal de apoios do Estado Central? Em grosso modo recebe treze milhões de euros, dos quais não recebe tudo, porque uma parte é logo descontada para pagar o reequilíbrio financeiro que fomos obrigados a fazer pela dívida que o PS nos deixou. Vamos ver outros municípios cuja dimensão, não tem nada a ver connosco, não têm treze bairros de habitação pública, não têm toda essa problemática. Por exemplo, o município de Oliveira de Azeméis recebe catorze milhões de euros. O município de Odemira que é enorme no território, mas pequeno em número de habitantes, equiparado ao tamanho de uma das nossas freguesias mais pequenas, recebe praticamente dezasseis milhões de euros, o município de Mirandela recebe onze milhões de euros, o município de Seia recebe onze milhões de euros, o município de Sabugal recebe onze milhões de euros. O que disse o Vice-Presidente Manuel Pisco e muito

bem, Setúbal é altamente autónomo do financiamento do Estado Central e só é autónomo da forma como entidade pública pode ser autónoma, através dos impostos, não há outra maneira, ou então através de atividades económicas diversas de recolha financeira. Setúbal tem um problema que foi um buraco monumental de uma década atrás, que nos deixou sem infraestruturas básicas, em 2002 tínhamos infraestruturas do século anterior. Hoje há municípios da região de Setúbal e da região de Lisboa que têm “*superavit*”, têm dinheiro em banco, porque alguns desses municípios fizeram há 20/30 anos o que em Setúbal estamos a fazer agora, infraestruturas básicas, como é o exemplo do saneamento. Estamos a esburacar a cidade toda hoje para fazer as infraestruturas que todos fizeram há 30 anos. Porque é que não foram feitas? No entanto houve milhares de milhões de euros vindos da União Europeia na altura, para as infraestruturas básicas. Estamos agora a ir buscar os trocos dos fundos comunitários para resolver esses problemas. O município de Setúbal tem andado a correr atrás do prejuízo.

Como é que este município pode prescindir de receitas significativas? Não pode!

Os munícipes de Setúbal não nos perdoariam, apesar de toda esta guerra do IMI. Com o dinheiro que o município está a arrecadar estamos a transformar e a qualificar Setúbal como é do conhecimento de todos. Como é que isso se faz sem dinheiro? Não há hipótese nenhuma!

O resultado eleitoral das últimas eleições revelou que, apesar da campanha brutal em torno do IMI, que foi a bandeira quase única do PS e do PSD, a CDU em Setúbal não só não baixou em votos, como aumentou e entrou mais vereadores. As pessoas apesar do incómodo do IMI consideraram que o dinheiro que pagaram foi bem investido no município de Setúbal e é por isso que nós cá estamos.

Sem o dinheiro do IMI é possível fazer o Convento de Jesus?

Sem o dinheiro do IMI é possível fazer a requalificação que estamos a fazer na Várzea?

É possível fazer as intervenções de esgotos em Azeitão, na Gâmbia e na cidade? Não é possível, por isso essas propostas são para chumbar. O município pode calmamente analisar a situação financeira que vamos ter agora e poder avaliar como é que vai fazer a cobrança do IMI e de outros impostos. Tivemos uma quebra no IMT, porque alguém litigou e ganhou. Nós só soubemos quando as Finanças nos informaram que o dinheiro que era para nós já não vinha, porque alguém ganhou na relação com o fisco e esse dinheiro não vem para Setúbal. Há aqui um equilíbrio de contas das várias fontes de receitas e temos que tentar perceber como é que funciona. Tal como aqui foi dito e muito bem, o passe social é dez vezes o IMI, isso sim são medidas sérias. Mais importante do que estar a discutir o IMI é avaliar de que forma esse IMI e a receita municipal é investida para a requalificação da cidade, para o bem-estar e para a qualidade de vida dos setubalenses e não andar na demagogia dos trocos, porque mesmo que se baixe uma pouca percentagem do IMI, para a maioria das pessoas que pagam pouco IMI não tem grande significado, mas para quem tem um IMI grande serão significativas, mas quem tem o IMI grande é quem tem mais dinheiro. Há aqui uma questão que tem que ser bem pensada, bem avaliada e tendo como foco o seguinte, o dinheiro que está a ser cobrado é para ser utilizado a favor das pessoas deste concelho e que este concelho ao contrário de outros que têm “*superavit*” e têm dinheiro no banco, nós temos empréstimos e não temos condições de ter dinheiro no banco, estamos a gerir no limite das nossas forças, a nossa capacidade financeira para servir este município, por isso não há grandes condições para prescindir. Os outros municípios têm 30 anos de avanço em relação a várias coisas, seja em Azeitão, na Gâmbia, no Sado ou na cidade, não só de que é preciso fazer de novo, mas aquilo que tem que ser reabilitado, porque a cidade é um organismo vivo e tudo o que se faz tem de ser mantido, tudo o que é antigo tem que ser reabilitado, senão a cidade cai redonda e isso custa dinheiro. A qualidade custa dinheiro e este município elevou o patamar da sua qualidade a um nível muito elevado e temos que o manter para bem dos setubalenses. Essa discussão do IMI face ao que estou a dizer não faz sentido nenhum, porque nós precisamos é de mais dinheiro, de preferência que não venham dos bolsos dos nossos munícipes que estão subcarregados para fazer aquilo que é preciso fazer neste concelho, mas só para infraestruturas nós precisamos entre 50 a 100 milhões de euros e nem

1

em 20 anos o conseguimos fazer, no entanto precisamos de o fazer, senão o concelho torna-se uma coisa pouco qualificada, que não corresponde àquilo que os munícipes merecem e é nesse sentido que temos que olhar para o dinheiro que está a ser investido.

**Sr. Vereadora Carla Guerreiro** – Queria um esclarecimento em relação à intervenção do vereador Nuno de Carvalho, que ele me explicasse se era por freguesias, se era por bairros, se era por ruas que íamos fazer uma espécie de mapa por cores do concelho, para ver quem pagava mais IMI.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Está disponível senhora vereadora para tratarmos disso?

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Eu não estou, porque eu quero tratar os municípios todos da mesma maneira.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Então não vou ter essa conversa.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Apenas gostaria que o senhor vereador dissesse quais são as zonas.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Senhora vereadora está disponível para fazermos isso?

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Eu estou disponível para ouvir, não estou disponível para fazer, porque eu não quero pactuar com uma proposta destas, só queria perceber por exemplo, na minha qualidade de munícipe em que zona é que estaria, se era azul, verde, vermelha e quanto é que tinha que pagar ou não em função do sítio onde habito no meu concelho. Acho que é extremamente discriminatório dizermos que dentro do nosso concelho temos ruas onde o IMI é 0.45 e outras zonas em que o IMI será 0.35. Valia apenas o senhor dizer!

**Sra. Presidente da Câmara** – Com o devido respeito e até porque gosto muito deste Secretário de Estado que foi autarca, como tal, sente como os autarcas e decide muito como os autarcas, o que não quer dizer que não faça favor aos autarcas do seu partido. Certo? Não estou a reconhecer esta qualidade para o senhor Secretário de Estado dizer, "*parece que*". Quem é o senhor Secretário de Estado para dizer isto? Ele é a lei?

Alguns dias atrás estávamos numa reunião Metropolitana e pasme-se que sai um Decreto-Lei acerca dos transportes, era uma coisa complicada e aquilo que estava a dar tanta complicação até por parte das Câmaras do Partido Socialista, que estavam a votar contra a portaria do Governo do Partido Socialista e julgo que estava relacionado com a área da descentralização. Nessa altura vem um Ministro à pressa, com uma carta para todos os municípios (porque é assim que funciona o Partido Socialista) dizer que, "*Isso não é bem assim, façam a descentralização, porque isso não é bem assim*". Quem é o senhor Ministro para desobedecer a um Decreto-Lei? Nunca vi isto em país nenhum!

Temos um despacho por portaria que ainda não foi revogada. Foram feitos favores político-partidários nos governos do PSD e no Governo do PS.

Provem-me, porque não é o que o senhor Secretário de Estado, que se calhar percebe tanto de finanças quanto eu, pode escrever aqui. Provem-me lá!

Mas agora já nem é isso que está em causa, é a falta de honestidade política. Por tudo aquilo que já foi dito pelos meus vereadores e aproveito para dizer que tenho um grande coletivo de vereadores, com um "G" muito grande, de homens e mulheres. Por tudo aquilo que eles disseram eu gostava de saber qual é o problema, qual é a seriedade da coisa? Porque é que o Governo no meio disto tudo não faz aquilo que prometeu?

Vou relembrar o Governo, vou relembrar a geringonça, que nós dissemos que ainda não foi feita a alteração da Lei das Finanças Locais. Enquanto membros da geringonça podemos afirmar que vocês são governo, porque nós consentimos. Digo isto para não se esquecerem,

4

porque vocês esquecem-se muito depressa. Esquecem-se que tiveram Presidentes da República, porque nós quisemos e tiveram governos porque nós quisemos, mas rapidamente se esquecem e a ingratidão é das coisas que mais detesto.

Lembramos muitas vezes na Assembleia da República que ainda falta mexer na Lei das Finanças Locais. Não percebo porque é que não fazem alteração da Lei da Finanças Locais? Se fizessem alteração o problema estaria aqui resolvido. Aquilo que disse o vereador Carlos Rabaçal a propósito da injustiça, dando como exemplo, Oliveira do Hospital que recebe entre doze a treze milhões de euros, com dez mil habitantes, tem tudo pago e mais alguma coisa, sendo que a própria câmara já construiu nove lares para idosos, porque já não sabe o que é que há de fazer ao dinheiro. Estou a falar por palavras do meu colega, foi o próprio Presidente da Câmara que me contou, que já não sabe o que é que há de fazer ao dinheiro que tem no banco, por isso optou por fazer um grande festival, que leva milhares de pessoas à terra. Nós recebíamos onze milhões de euros e eles dez milhões de euros, agora que fomos aumentados eles recebem onze a doze milhões de euros e nós recebemos treze milhões.

Quem é que tem 123 mil e 800 habitantes, é Setúbal ou é Oliveira do Hospital? São todos aqueles municípios que o vereador Carlos Rabaçal acabou de enunciar ou somos nós?

Quanto é que recebe o município de Palmela? Ainda bem para ele que recebe tanto quanto nós. Assim como Santiago do Cacém recebe tanto como nós e tem cerca de 40 a 45 mil habitantes.

Porque é que a Lei das Finanças Locais não é mexida caros amigos?

Porque é que não há uma distribuição justa em função do número de habitantes e não em função da área ocupada?

Quando os membros da troika estiveram na câmara informei-os que não iria cumprir os fundos disponíveis, porque não tínhamos dinheiro para fazer cumprir os fundos disponíveis. Eles disseram, *“mas era só um esforço”* e eu disse, *“nós já fizemos muitos esforços, mas se quiser eu fecho as escolas da Bela Vista só para prejudicar só uma freguesia em vez de prejudicar cinco freguesias, fecho as escolas, a biblioteca, a piscina, os equipamentos desportivos etc., só para prejudicar uma freguesia. Se eu fechar isto num mês, eu cumpro os fundos disponíveis, mas depois vamos para o Terreiro do Paço com as pessoas todas daquela freguesia”*. Eles disseram, *“Não faça isso! Qual era a sua solução?”* e eu disse, *“Alterem a Lei das Finanças Locais”*.

Nós temos 13 bairros sociais, de iniciativa municipal, quantos bairros sociais tem Santiago do Cacém, Oliveira do Hospital, Palmela? Têm zero, e ainda bem para eles.

Que proposta é esta? Mas o que é isto? Vocês sabem quanto é que perdemos no abaixamento que tivemos agora? Perdemos quase dois milhões de euros. Com esse valor fazíamos quase uma escola, resolvíamos o problema do Bairro da Monarquina, e os problemas no Bairro Dias que ainda estão por resolver.

Sabem o que é que estamos a fazer no Bairro dos Pescadores, no Bairro Grito do Povo? Estamos a fazer algumas intervenções, porque precisa de muito mais intervenções que foram esquecidas durante sempre.

Estão a brincar com o quê, gostava eu de saber?

Este senhor Secretário de Estado é igual ao senhor Ministro que manda uma carta para os municípios e para a Associação de Municípios a dizer *“Não liguem a isso, façam que eu asseguro”* e o que é que eles asseguram?

O que é que assegurou o Secretário de Estado do Partido Socialista, quando Setúbal tinha uma autorização de oito milhões de euros para levantar no BAI e ele assina no dia a seguir a ter perdido as eleições (temos documentos que o provam), não autorizando que Setúbal levantasse os oito milhões de euros. Isto tem que fazer história e isto tem que ser divulgado.

Nós temos treze bairros sociais, temos ainda uma série de bairros que carecem de várias intervenções, sendo que muitas delas já foram feitas, fizemos dezenas e dezenas de ruas e estradas, quilómetros e quilómetros de passeios. Quando ganhamos as eleições deparámo-nos com muitas freguesias em que se podiam contar pelos dedos da mão os passeios que tinham, no entanto hoje estão quase todas com passeios, mas ainda faltam fazer mais passeios, ainda falta asfaltar mais ruas, etc.. Recuperámos o Quartel do 11 que não era

4

nosso, que estava a cair aos bocados, mas para isso tivemos que o comprar, porque não éramos do Partido Socialista. O Governo do Partido Social Democrata passou-nos o forte de Albarquel, que está agora em obras, a custo zero. O Governo do Partido Socialista vendeu-nos via ESTAMO por 2 milhões, 450 mil euro o Quartel do 11, para nós recuperarmos o monumento histórico. Pagámos mais de 90 milhões de euros da dívida do Partido Socialista. Se não tivéssemos pago isto...

Se calhar, já não tínhamos dívida e fizemos obra de mais de 300 milhões, mas falta fazer muito mais, estamos muito atrasados. E, agora, vêm-nos com esta bandeira? Nós percebemos isso tudo.

Já agora, eu proponha que o Partido Socialista, que está nos nossos amigos da geringonça, que faça, também, força para a alteração da Lei das Finanças Locais, que é escandalosa. Ninguém sabe explicar por que é que este recebe 11 milhões e aquele recebe 13. Dizem eles, que por causa do índice de ocupação. Mesmo que o município tenha uma casa aqui uma casa ali, está ocupado e podem ser 500 habitantes. Continuamos a não perceber por que é que, nos fundos comunitários, aqueles que recebem os 11 e os 13 e os 14 milhões, e que têm 10 mil, 20 mil habitantes, continuam a ter taxas de bonificação de 70%, 80%, 90%. Assim é fácil, faz-se tudo. Pode-se pôr dinheiro no banco. Ninguém sabe explicar.

Pois, meus amigos, mas nós continuamos a ser o município que mais cresceu no Distrito de Setúbal, mesmo como IMI mais alto. Somos o município que, pela primeira vez, na história de Setúbal, tem uma taxa de desemprego de 5%, e, ao nível nacional, a taxa de desemprego é de 7%, 5%. para Setúbal, é quase pleno emprego, mas temos a taxa do IMI mais alta. O PSD e o PS não quiseram, na altura histórica, aprovar, na Assembleia da República, os 0,4.

Tivemos uma promessa de um ministro. Por isso é que estão a ver as promessas dos ministros e aquilo que eles escrevem, a validade que isto tem. *“Vocês querem resolver o problema dos vossos bombeiros? Criem esta taxa”*. E, depois, daí a um bocado, assobiam para o lado que não têm culpa nenhuma, acabou a taxa. Vem o Tribunal e diz: *“A taxa não está correta. Acabou a taxa”*. Quem é que tem a culpa? Qual é a validade deste escrito? Foi um ministro que disse: *“Resolvam os bombeiros com a Taxa Municipal de Proteção Civil, por que nós, Governo, ficámos com o dinheiro dos seguros que era devido aos bombeiros”*. Percebem? *“Nós, o Governo, ficámos com o dinheirinho dos seguros que é devido aos bombeiros. Portanto, criem uma taxa. Querem resolver? Criem a taxa”*. E veio o Tribunal - esse sim, tem poder decisório - e diz assim: *“Isto não está bem. Isto não pode ser cobrado”*.

É uma boa notícia. Felizmente que está no Orçamento do Estado, se o Orçamento do Estado for aprovado, que a Taxa de Proteção Civil, afinal, pode ser cobrada. Está lá no Orçamento do Estado, mas nós temos uma grande sorte. Não está lá por que quiseram resolver o problema de Setúbal. Não está lá por que quiseram resolver o problema dos bombeiros municipais. Está lá por que estão lá municípios importantes, que, por acaso, não são da CDU. Estamos entendidos?

É assim que tem que se falar e é assim que tem que se dizer a verdadinha, verdadinha. É assim. Felizmente que estão lá estes municípios, senão estávamos feitos num oito. Não percebemos porque é que a Autoridade Tributária não tem poder para alterar o índice. Porque é que eu tenho que chegar à Aldeia da Piedade e tenho que ouvir um senhor, que ganha 300 e tal euros de reforma, a dizer: *“Eu pago um IMI de 300 euros. Quer dizer, no mês em que tenho que pagar o IMI não como, porque é o dinheiro da reforma”*. Mas, porquê? Porque Azeitão é chique e porque a taxa de indexação, a taxa do cálculo do IMI, é grande, porque é Azeitão. Mas o que é isto? É claro que o senhor vai ter que vir ter connosco. Não sabia que podia vir ter connosco, porque nós já ajudámos dezenas e dezenas de pessoas a resolver estes problemas. As pessoas não sabem que se tiverem insuficiência económica pode ser reduzido, que o município pode ajudar a isentar. Isentámos dezenas. Dezenas, todos os idosos que nós encontramos, mas venham ter connosco. Nós é que fazemos o requerimento, mandamos para as Finanças, pedimos às Finanças.

Portanto, temos que pagar, era como dizia o Vereador Nuno Carvalho. Temos que pagar a Taxa Municipal de Proteção Civil ou negociar, caso venha a ser aprovado, outra vez, a taxa, agora sim, em Orçamento do Estado.



Estamos a pôr, de uma forma ou de outra, para negociar com as pessoas. Temos que pagar a fornecedores, porque estamos a gastar 18 milhões de euros em obra. 18 milhões que têm que ver com escolas - quase quatro milhões -, escolas que estavam cheias de fibrocimento. Refeitórios, bibliotecas, salas escolares, pinturas, conforto das crianças, porque fizemos mais cinco novos pré-escolares, porque fizemos mais quatro novos centros para crianças com necessidades educativas especiais. Temos que gastar este dinheiro? Sim. Temos fazer o Convento de Jesus? Sim. Temos que fazer o Bairro dos Pescadores? Sim. Temos que fazer o Bairro do Grito do Povo? Sim. Temos que tratar dos nossos bairros sociais? Sim.

Temos equipas comunitárias a trabalhar e, hoje, acho que há muita gente, felizmente, que já não tem vergonha de dizer que mora na Bela Vista, o que nos dá muito orgulho, muito orgulho em que as pessoas que moram na Bela Vista tenham tanta satisfação em dizer: *"Eu moro na Bela Vista"* do que o outro, que mora no Bairro do Liceu, dizer: *"Eu moro no Bairro do Liceu"*, e ninguém ter vergonha de dar a sua morada para arranjar trabalho. Era disso de que eles tinham vergonha, de dar a sua morada para arranjar trabalho. Hoje, tenho muito orgulho em saber que eles não têm vergonha de dar a sua morada para arranjam trabalho, percebem? Portanto, estes 18 milhões, caros amigos...

Sim, alterem a Lei das Finanças Locais. Sabem quanto é que pagamos de salários? Era como o vereador dizia: "Nós somos quase autónomos, quase que vivemos só dos impostos". Sabem quanto é que pagamos de salários? Cerca de 25 milhões de euros. E não temos motoristas, para recolher o lixo, não temos pedreiros, não temos pintores, não temos eletricitas e bem os pedimos. Entraram 15 motoristas, entraram não, pusemos um anúncio para 15 de turistas, entraram quatro, daí a dois meses só cá estavam 2. Sabem porquê? Porque motoristas de pesados vêm receber - não podemos pagar fora da tabela - 600 euros. Um motorista de pesados vem receber 600 euros. É evidente que, no dia a seguir, se têm um convite para uma empresa de camionagem, a ganhar mil e tal, os homens têm que ir à sua vida, certo? Mas nós não temos pessoal, certo?

Mesmo assim, pagamos 25 milhões, o que quer dizer que esta lei tão justa que ninguém fala, a Lei das Finanças Locais, não chega para metade dos salários dos trabalhadores da Câmara de Setúbal, para fazer funcionar a máquina. Para fazer abrir as escolas, que já são 53 escolas, para dar comer àqueles miúdos, fazemos todos os dias 5 mil refeições, para pagarmos 5 milhões de eletricidade e por aí fora.

Acho que é isto que tem que se dizer. Isto é hipocrisia, amigos, ou é desconhecimento do que é o concelho e porque é que as outras coisas não mudam. Pois, se tivéssemos, se calhar, os tais 20 e tal milhões, se calhar, hoje podíamos dizer: *"Eu acho que sim, está na hora de começar a reduzir um valor percentual que ajude as famílias"*.

Não, estamos mais nesta do passe social. Estamos mais nesta do Bairro dos Pescadores e disto e daquilo, de pagar aos fornecedores, que nos incomoda não termos as contas em ordem, para fazer funcionar a máquina, como temos que fazer.

Eu queria saber porque é que os senhores vereadores que têm responsabilidades governamentais não perguntam ao Governo, porque é que o Governo retira dos municípios uma percentagem para o FAM, que era para ajudar. À Câmara de Setúbal tiram 80 mil euros, que é para ajudar os municípios que concorreram ao PAEL e ao FAM, mas os municípios que concorreram ao PAEL e ao FAM dizem que recebem zero e andam no Tribunal de Contas a pedir empréstimos, andam à espera de empréstimos não sei de onde. Então, para onde é que vai o dinheiro da solidariedade dos municípios? Fizemos disto uma portaria. Vamos criar o PAEL e o FAM. Onde é que está o dinheiro da solidariedade dos municípios? A nós tiram-nos dinheiro. Mas, porquê? Onde é que está o nosso dinheiro? Vão perguntar isso ao Governo.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**33. Deliberação n.º 315/18 – Proposta n.º 1/2018 – GAV PSD – Recomendação à APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, sobre o Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - A Câmara Municipal de Setúbal não tem capacidade, competência administrativa, para decidir o que fazer sobre as dragagens. Essa é uma decisão que não está dentro da Câmara Municipal de Setúbal, para não haver qualquer tipo de confusão sobre o que aqui será discutido.

Em segundo lugar, a discussão que agendar para esta ordem de trabalhos não tem, nem de perto, nem de longe, qualquer tipo de objetivo de pôr alguém a dizer: *“Eu sou contra o porto, eu sou a favor do porto, eu sou contra o ambiente, eu sou a favor do ambiente”*. Nem de perto, nem de longe, até porque, divergências à parte, eu reconheço em qualquer uma das pessoas que aqui está, nesta Câmara Municipal, nos vereadores, divergências à parte, reconheço preocupações, em toda a linha, no que diz respeito àquilo que é o rumo do património, da preservação e da proteção do nosso património ambiental, naturalmente, com as consequências positivas que isso traz para as atividades económicas que andam à volta do nosso património ambiental. Portanto, isso tem sido uma aposta do município, em sintonia de toda a gente.

Dito isto, início explicando, muito rapidamente, aquilo que é a proposta e em que consiste. Como sabem, no passado foi remetida aqui uma recomendação da minha parte, no que diz respeito às dragagens na APSS. O tema, do ponto de vista mediático, até se intensificou desde aí e eu creio que, atualmente, é crucial que nós consigamos fazer um pontapé de saída para uma discussão que seja esclarecedora para os setubalenses e os azeitonenses, mas, também, para uma discussão que, para ser também mais eficiente, mais eficaz, que possa fazer com que novos dados, que, na altura da discussão, da consulta prévia, não foram transmitidos ou tidos em conta e que, agora, estão em cima da mesa, possam ser analisados tecnicamente e calmamente, por quem os pode analisar.

Dito isto, eu não sou nenhum *“expert”* do ponto de vista ambiental e, portanto, só consigo ficar sensível a argumentos que, do ponto de vista ambiental, me parecem pertinentes.

Indo às questões concretas daquilo que está nos estudos e que levantam dúvidas, com as minhas limitações, repito e sublinho, do ponto de vista ambiental, a Câmara Municipal de Setúbal foi consultada neste processo e os técnicos da Câmara Municipal fizeram, creio eu, o melhor trabalho de todas as entidades consultadas. Isso refletido no TUA, no Título Único Ambiental, e os técnicos da Câmara Municipal de Setúbal a incluem, neste documento, que é um documento produzido pela APA, que compila diferentes pareceres de diferentes entidades. São a única entidade, os técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, que fazem referência àquilo que é a suspensão de partículas na coluna de água, que é, basicamente, a areia que fica na água, a água suja, e que isso afeta a comunidade biótica e a comunidade biótica é o alimento dos peixes, é a comida dos peixes.

Como isto afeta a comida dos peixes, referem, mais à frente, que *“poderá ter impactos ambientais negativos, com repercussões sociais na atividade da pesca profissional artesanal e costeira, com peso significativo no tecido económico da cidade de Setúbal”*, preocupações que foram expressas pela Câmara Municipal, pelos seus técnicos, e foram transmitidas à APA, à Agência Portuguesa para o Ambiente.

Portanto, a possibilidade de dano para o setor piscatório e a possibilidade de risco existe. A possibilidade de dano para o setor turístico, naturalmente, também existe, porque nós não sabemos. E, aqui, a falta informação em toda a linha, o que é que é condição de uma comunidade biótica que vai ser afetada, quando é que ela vai recuperar, ou não, porque, em nenhum lado isto é dito e explicado de forma clara.

É evidente que também em nenhum lado é dito e explicado quando é que a água deixa de ter partículas na coluna de água, ou seja, quando é que a água deixa de estar suja e onde é que

vai estar mais suja ou menos suja. Será que nós vamos chegar a ter barcos a fazer passeios marítimo-turísticos, como muitos há e cada vez mais e depois, de repente, as tais colunas de partículas suspensas na água, a tal água suja, se vai estar lá ou não vai estar, vai ser muito visível ou não vai ser visível.

Eu não estou a dizer isto confirmando que vai estar ou não. A questão é que isto levanta essa dúvida. Isto tem também repercussões, não só na pesca - como aqui está e muito bem expresso e explicado -, mas, também, no turismo.

Aliás, ainda voltando à questão dos operadores marítimo-turísticos, e são cada vez mais, como sabem, até é dito, no estudo de impacto ambiental, que *“é necessário compatibilizar e articular a programação das dragagens com entidades que habitualmente desenvolvem atividades de navegação no estuário, especificamente embarcações de passageiros, recreio, canoagem, vela e pesca”*. Ou seja, todas atividades, desde pesca ou vela e tudo o mais, que operam e que têm um rendimento, têm uma economia no rio Sado, estão condicionadas pelas dragas, que são aqueles barcos gigantes, que vão andar pelo Rio Sado. Em que medida e de que forma?

Aqui, é evidente, as dragas, quando passam, os outros barcos têm que se desviar. É evidente, isso está no estudo de impacto ambiental. Por isso é que coloquei aqui e enviei com tempo para poder ser confirmado. Agora, se o trânsito destes barcos vai ser muito intensivo, pouco intensivo, quantas vezes vai ser, vai prejudicar ou não vai prejudicar aquilo que são as atividades do Rio Sado, eu não sei. Fica a dúvida, é uma dúvida e não está esclarecida.

Eu creio que não, que até já falei com alguns operadores, ainda não há inteira certeza de como é que isto se processa. E, por isso, tem que haver preocupações, no que diz respeito àquilo que são duas atividades económicas cruciais no nosso concelho e que estão enraizadas na nossa cultura passada, no caso da pesca, e que nós vemos como atividade ainda presente e futura e que ela própria, também, ajuda a potenciar outra atividade que, cada vez mais, tem sido a aposta no Município de Setúbal e um dos grandes responsáveis pelos 5% de desemprego, quase emprego pleno, como falava, e muito bem, a Sra. Presidente, que é o turismo.

Agora, afirmar, com certeza, que vai prejudicar o turismo... Eu digo-vos, tenho muitas dúvidas se isto, se calhar, não vai prejudicar o turismo. Tenho muitas dúvidas e tenho-as lendo os documentos. Não é algo que eu esteja para aqui a inventar.

Mas, na mesma medida em que eu acho que me sinto mais confortável sendo esclarecido, com certeza que os todos operadores económicos se sentem mais confortáveis sendo esclarecidos. E é essa a razão que creio que deve levar a que este assunto seja discutido e abordado com a seriedade que merece. Nós não podemos ter o nome de Setúbal a circular na comunicação social, dizendo que vai deixar de haver peixe, que vai haver menos peixe, que não vai haver choco, que a água não vai estar em condições, que os golfinhos não poderão não estar cá.

Quantas mais vezes esta mensagem, ou esta dúvida, ficar instalada na comunicação social, mais nós estamos a prejudicar aquilo que, até aqui, várias vezes foi trazido a esta Câmara Municipal, que é a marca Setúbal. É o índice dessa marca, a força dessa marca, que traz cá isto. Portanto, nós temos que retirar isto do foco mediático o mais rapidamente possível e isso, atenção, não é a Câmara que decide. Mas é a Câmara que eu creio - e é isso que eu pretendo, com esta recomendação - que pode e deve fazer o pontapé de saída, para que as partes que têm divergência se sentem à mesa.

Por que é que eu acho que as partes se devem sentar à mesa e que partes são essas? As cooperativas de pesca, na fase de consulta pública, não foram consultadas. É verdade que a consulta pública existiu, durou 20 dias, mas foi um papel fixado na Câmara Municipal, esteve no site da APA, e, depois, esteve num site que é o Participa.pt. Não teve a divulgação que merecia, atendendo à importância desta obra. Até importância económica que ela própria anuncia. Só por isso já merecia ter tido mais divulgação.

Não se pode é dizer que as cooperativas de pesca e, até, mesmo algumas associações ambientais e alguns movimentos de participação cidadã, tiveram possibilidade de participar,



porque eles não tiveram. Teve a ZERO, teve a QUERCUS, que foram consultadas. Não sei bem o que é que eles disseram, porque não consegui perceber.

**Sra. Presidente da Câmara** – Disseram a ZERO, mas na televisão gostam de falar. A QUERCUS e a ZERO.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Pronto, ainda bem que complementa, porque esses foram consultados diretamente. Eles foram consultados diretamente, mas os principais interventores nesta matéria, que demonstraram preocupações, são aqueles que não foram consultados. Eu acho que, no mínimo dos mínimos, as pessoas, quando têm divergências, devem trocar informação, sentar-se à mesa e verificar os argumentos. No mínimo dos mínimos, a APSS deve sentar-se à mesa com estas pessoas e verificar os argumentos.

Eu creio que se essa discussão não for tida, em primeira linha, desta forma, e ela continuar a ser tida de forma pública, o esclarecimento não vai entrar e eu quero que esta recomendação atinja esse objetivo.

Atenção, aqui, a minha posição pessoal sobre isto, confesso-vos que... confesso não, digo claramente, se fosse hoje, neste momento, e se me dissessem: "O que é que acha que deve fazer? Não é o que está aqui recomendado, mas o que é que acha que deve fazer?" Para mim, é muito simples: para mim, é parar, ouvir e, depois ver se não está a fazer mais mal que bem. Para mim, hoje para mim Nuno Carvalho, a minha opinião é essa, porque a confusão é de tal ordem de informação que eu fico assustado. Claramente assustado, porque não percebo qual é o alcance do dano, porque o dano existe. Mas isso sou eu que estou a dizê-lo e não estou a propor que a Câmara Municipal diga. Creio que a Câmara Municipal aqui, uma vez que não decide, deve tentar ter o papel de sentar à mesa as partes que estão em conflito. Deve tentar fazer com que seja transmitido que o princípio da prevenção ambiental está e vai ser respeitado e permitir, a quem tem dúvidas e a quem está a levar estas dúvidas, legitimamente... Já falei com alguns destes cidadãos, são pessoas que têm legítimas preocupações. Não posso falar por todos, porque são muitos, como é evidente, mas já falei com algumas pessoas intervenientes principais e são pessoas que têm legítima preocupação. Portanto, creio que são pessoas com bom senso e, por isso, é que acho que isto é viável e quanto mais célere e rápido for, melhor. Para além disso, de sentar as partes à mesa, criar a entidade.

E agora, aqui vou entrar na parte das recomendações que são feitas e vou lê-las, mas antes de as ler, não quero deixar de dar uma ênfase muito forte à necessidade de fazer um estudo de impacte económico, para que, pelo menos, da mesma forma que os benefícios económicos positivos - as chamadas externalidades, como se costuma dizer em economia -, os efeitos económicos positivos que o porto traz, sejam medidos, também se meçam os efeitos económicos negativos que possam existir, ou então, confirmar que não existem. Mas, se não se estudar, não se pode dizer nada. Isso só se faz estudando e confirmando.

Nesse sentido, eu vou ler, se me permitem, para não me alongar mais, estas recomendações que aqui elenco:

*"1. Sejam solicitados, para enquadramento na execução do Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal, os contributos e preocupações de cooperativas de pesca, associações ambientais e operadores turísticos que não foram diretamente consultados sobre esta matéria.*

*2. Seja realizado um estudo de impacte económico da execução do Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal nos sectores da pesca e turismo do concelho de Setúbal, abrangendo eventuais externalidades económicas.*

*3. Seja criada uma entidade de acompanhamento para garantia do princípio de prevenção ambiental, da qual façam parte, para além dos técnicos de acompanhamento, entidades com interesse direto neste projeto, entre os quais a autarquia, os operadores económicos (tais como cooperativas de pesca, operadores turísticos) e associações de defesa do ambiente, bem como plataformas de participação cidadã."*

Quero terminar como comecei. Independentemente daquilo que seja a opinião sobre esta recomendação, eu não vou entender nunca como uma opinião que se é contra o turismo, a favor do turismo, contra a pesca, a favor da pesca, contra a APSS, a favor da APSS. Esse não é o objetivo que eu trago aqui, senão não estaríamos a ser sérios. Portanto, quero terminar com esta afirmação da mesma forma que comecei.

Temos liberdade para discutir a recomendação, mas isso não me vai fazer interpretar, nem eu quero, que qualquer opinião sobre esta matéria dê azo de interpretação de que qualquer pessoa, aqui, nesta reunião da Câmara, por discordar, esteja contra ou a favor. Aquilo que se pretende é que as partes se sentem à mesa.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Em primeiro lugar, dizer que eu também não sou técnico da área nem me interessa discutir a questão técnica. Não tenho meios para poder fazer essa discussão. Interessa, naturalmente, a discussão política.

E, na discussão política, quero começar por realçar a visão integrada do projeto. É que só estamos a falar de dragagens, mas o que está aqui em causa é muito mais do que o aprofundamento do canal norte, do canal da barra e da bacia de rotação e o alargamento. Estão aqui em causa melhorias da acessibilidade marítima, mas também, a reformulação da rede ferroviária nos terminais, passando de diesel para a eletrificação, está aqui em causa a implementação de uma central de tráfego marítimo, o chamado VTS, a implementação da janela única logística, ou seja, o que está aqui em causa não é uma medida casuística.

O que está aqui em causa é uma medida com uma visão estratégica global, que tem um objetivo, que é dotar o porto de Setúbal de todas as condições para enfrentar o futuro e esse futuro é importantíssimo para aquilo que nós consideramos ser este equipamento, a importância deste equipamento, na região e no concelho, naturalmente.

Portanto, eu penso que a cidade de Setúbal também tem de decidir se quer ter um porto comercial ou não quer ter, porque, se quiser ter um porto comercial, tem que assumir que tem que fazer este tipo de investimento. Se não quer ter um porto comercial tem que ter outra coisa qualquer. É que, se não tiver este tipo de investimento, o porto a médio prazo, morre e vai passar para segundo plano ou terceiro plano.

Portanto, o Partido Socialista de forma muito clara, assume, aqui, que é claramente a favor deste investimento que está a ser agora alvo desta discussão. Claramente a favor deste investimento, que não fiquem dúvidas.

Também não fiquem dúvidas que este projeto não nasceu agora. Este projeto vem de trás. Este projeto vem do anterior Governo, até de um plano que penso que era o PETI3, que era o Plano Estratégico dos Transportes, e que o atual Governo aproveitou e bem. Ainda bem que aproveitou, no sentido de pegar neste projeto e dotar o porto de Setúbal daquilo que são competências para enfrentar o futuro.

Ainda há uns tempos atrás, tivemos aqui uma discussão. Na altura, lembra-me que até quase que foi arrancado a ferros, estava-se a discutir muito o terminal, o novo terminal de contentores do Barreiro, e foi arrancada a ferros uma declaração da Sra. Presidente, porque, na altura, houve uma declaração do Presidente da Câmara do Barreiro, que achava que aquele terminal era de uma importância extrema e que era o futuro do terminal de Lisboa. Aqui, sempre se assumiu que Setúbal é que poderia ser o futuro do terminal de Lisboa, numa perspetiva da península como toda uma plataforma logística integrada. Várias decisões, ou pelo menos, moções, que foram aqui faladas, encontros promovidos pela Comunidade Portuária, foram nesse sentido, de assumirmos nós aqui em Setúbal, que a parte do porto comercial seria essa porta, essa entrada e essa mais-valia que o concelho e a região teriam.

Isto é um projeto que vem de trás. E atenção, este projeto que está agora em causa, de alguma forma, é um projeto muito inferior àquilo que estava previsto anteriormente, porque o que estava previsto anteriormente era assim uma coisa, uma base tremenda de cais com os canais a terem uma profundidade muito superior à atual, em termos de dragagem. Fui repescar informação de 2015 em que, em vez dos treze e meio no canal Norte, falava-se em quinze e meio. Portanto, a dragagem ainda era maior, o impacto seria maior.

4

Portanto nós - e eu quero reforçar isto - estamos claramente a favor deste investimento no porto de Setúbal. Agora, como é óbvio as questões ambientais são muito importantes, cada vez mais, e eu não acredito que não haja ninguém, aqui nesta sala, não são só os autarcas, mas todos os que estão a assistir, que não tenha preocupações que não sejam preocupações legítimas. Mas também temos que confiar, especialmente por que não somos técnicos. Não sei se há aqui algum técnico da área, imagino que sim. Mas quando não se é técnico, tem que se confiar nas instituições e a comissão de avaliação não foi assim um indivíduo A, B ou C, é constituída por várias direções-gerais, vários institutos que têm competência específica para se pronunciar sobre a matéria e nós confiamos nestas instituições que deram o parecer favorável.

Agora, sem populismos e sem fundamentalismos, o que é que eu acho que falhou redondamente neste processo? (E eu aqui, apelava, seja sob que forma for, a que o Vereador Nuno Carvalho assumia esta nossa proposta, que seja a Câmara Municipal o veículo transmissor para a APSS). Acho que falhou aqui, redondamente, a questão das ações de esclarecimento que nós aqui Câmara Municipal, muitas vezes exigimos à maioria, quando é para discutir planos estratégicos. Ainda há pouco falámos no plano de transportes e que foi feito, mais do que uma vez, quando foi o Plano Estratégico para Setúbal do professor Augusto Mateus, também se fizeram sessões de esclarecimento em que se discutiu tudo e mais alguma coisa.

Aqui, falhou redondamente essa parte, e portanto, houve um dado adquirido, o processo avançou e houve um movimento que se auto-organizou. Ainda bem que esse movimento se auto-organizou, porque também demonstra uma certa vitalidade, em termos de cidadania e em termos de participação ativa, vigilante. Muitas vezes é preciso ter, e por isso surgiu aqui um problema que eu acho que tem que começar por ser resolvido, e eu aqui faço esse apelo.

E não podendo alterar nenhuma das propostas, faço um apelo via comunicação social ou via Sra. Presidente do Conselho de Administração da APSS, que promova ações de esclarecimento sobre esta matéria, com as entidades que se pronunciaram sobre a avaliação, o estudo de impacto ambiental, credíveis. Não vamos pôr obviamente, possíveis organizações que vão ganhar com isto diretamente. Não vamos pôr os técnicos a falar para os munícipes e vamos fazer essas ações de esclarecimento. Esta é a minha primeira proposta. A segunda proposta, que é um pouco dentro da linha da terceira recomendação que veio aqui nesta proposta, eu achava que nós deveríamos votar ponto a ponto esta proposta de recomendação. O enquadramento, cada um terá o seu e poderíamos acrescentar mais ou menos, mas as deliberações, as recomendações, deveríamos votar. Foi-me dito que tal não seria possível. Lamento isso, mas enfim, acho que deveria ser e faço aqui também, essa referência, se podíamos votar as recomendações uma a uma.

Mas, não sendo possível, aquilo a que eu também apelo é que a Câmara Municipal como representante dos setubalenses, possa criar, seja na Câmara, seja na Assembleia Municipal, uma comissão de acompanhamento - que, ao fim e ao cabo, é aquilo que está escrito, de outra forma, no terceiro ponto - uma comissão de acompanhamento de todo este processo, como garante de que as medidas mitigadoras, que estão previstas no estudo de impacto ambiental, estão a ser executadas, que faça o acompanhamento com os técnicos da APA e da APSS. Que receba essa informação e depois traduza para nós munícipes, para nós políticos, autarcas, se aquilo está a ser feito de acordo com as regras que foram, em termos do estudo de impacto ambiente, do relatório de avaliação do estudo de impacte ambiental.

Criámos uma comissão para avaliação da introdução das limitações ao trânsito nas praias. Criámos uma comissão, para acompanhar, para ver os impactos positivos e negativos. Então, numa coisa destas não merece também, a Câmara como representante dos setubalenses, criar essa comissão? Eu acho que sim. Portanto, ficam estas duas propostas no ar.

Eu discordo em absoluto que se deva parar, ouvir, mas acho que nós temos que ser claros e perceber se queremos que o projeto ande e se o projeto é estratégico e se queremos este projeto a andar. Se queremos, temos que dar os passos. Se, depois das sessões de esclarecimento surgirem dúvidas e surgirem ainda mais dúvidas, especialmente até, na classe política, então aí acho efetivamente, que deveríamos pedir mais estudos.

4

Acho que, nesta fase, temos é que primeiro esclarecer a população, esclarecer os decisores políticos, para que não haja dúvidas, porque há muita demagogia quando eu oiço que é o porto de Sines é que tem que receber esta carga. Não tem nada a ver, por aquilo que já me explicaram.

Chego a ouvir, a alguns responsáveis, que o porto de Setúbal não traz mais-valias para o concelho. Então, mas não há uma Autoeuropa, com mais 2 mil trabalhadores aqui? Fora as outras empresas todas? Então, mas desde quando é que um porto não é uma mais-valia? Desde quando? Quer dizer, já estamos a esse nível?

É que vejo muita gente no "hashtag" não-sei-quê Bolsonaro e demagogia e Trump e não-sei-quê. Então, agora já criamos algum desdém sobre a importância de um porto comercial numa cidade como Setúbal, num concelho como Setúbal? O turismo é muito importante, sem dúvida alguma, mas vai ser assim tão afetado? E mesmo se for, a cidade de Setúbal vai-se dedicar só ao turismo? Nós queixamo-nos que os nossos licenciados não têm empresas aqui para se fixarem. O turismo, o emprego que cria a maior parte, não é bastante qualificado nem tem grande mais-valia salarial e é muito precário.

Portanto, acho que é preciso também, assentar bem um bocadinho os pés no chão, não entrar nas rondas das redes sociais. Às vezes, é preciso dizer: "Calma, não é assim". Se tivermos que perder votos, perdemos, mas acho que as pessoas na sua maioria, são sensatas. Não estou a dizer que as pessoas que se estão a manifestar que não são sensatas. Aliás, ainda bem que elas se manifestaram. Ainda bem, é um sinal que do ponto de vista da cidadania e da vigilância em Setúbal, existe este espírito. Agora, podemos discordar dele. Democráticamente, ainda bem que este espírito existe. Esta é para já, a posição do Partido Socialista. Lançou estas duas propostas para o ar, não sei qual vai ser a posição da CDU, mas acho que era muito importante que a APSS fizesse chegar estas recomendações. Pelo menos, estas duas e através da Câmara, porque acho que não faz sentido ser a APSS a fazer a Comissão de Acompanhamento.

Aliás, eles terão uma comissão técnica seguramente, mas ser aqui a Câmara, como representante dos setubalenses, a constituir uma Comissão de acompanhamento do trabalho técnico que terá de ser realizado, é o garante. A Câmara seria quase o fiel da balança, o garante que aquilo que irá ser feito, irá respeitar integralmente as tais medidas mitigadoras, propostas para atenuar o impacto que tem, que é assumido que tem. Um impacto, nalguns casos, pouco significativo, noutros significativo, mas todos eles reversíveis. É uma das questões que está lá a dizer, todos eles reversíveis.

Vamos ser também, um pouco honestos no debate, que é dizer: Dragagens? Sempre se fez. A última fez-se há quatro anos e meio, não houve grande impacto. Penso que a última grande dragagem foi há cerca de 20 anos atrás. Foi quando se encheu a praia de Albarquel com areia. Dá-me ideia que foi a última grande dragagem, foi em 90 e tal. Daquilo que eu tive memória e fui pesquisar, houve também alguma contestação, que é normal nestas coisas, mas a situação rapidamente normalizou e não houve nenhum problema.

Curiosamente, acho que o PCP, na altura estava muito contra as dragagens. Nessa altura, mas depois rapidamente, deixou de ser, passou a ser um não assunto.

**Sr. Vice-Presidente** - Está aqui um problema muito sério. Sinto-me tentado a concordar com quase tudo. Não bate nos 100%, mas bate metade nos 99% de tudo o que disse o Vereador Nuno Carvalho e o que disse o Vereador Paulo Lopes. Há bom senso na apreciação disto, completamente. Até mesmo olhando para o texto escrito do Vereador Nuno Carvalho, em termos de debate, ele é praticamente inócuo. Não há aqui nada que se possa contrariar.

Estamos todos com esta preocupação, com estes cuidados, se bem que tenha uma curiosidade na sua proposta, não é? É que, até agora estava eu convencido que a principal preocupação dos setubalenses e das pessoas que levantavam dúvidas, eram quais seriam os efeitos ambientais. Curiosamente, o Dr. Nuno Carvalho não está muito virado para aí, ele quer é estudos económicos. Ele quer é recomendações económicas. Ele quer é que o acompanhamento, mesmo no único ponto da parte decisória da proposta, em que fala em prevenção ambiental, a quem é que propõe que acompanhe os técnicos, para a prevenção

4

ambiental? Autarquia, operadores económicos, tais como as cooperativas de pesca, operadores turísticos e associações de defesa ambiental.

Não vejo aqui uma preocupação expressa. Ou seja, enquanto exige mais estudos e mais estudos económicos, não o vem dizer, mas o estudo ambiental é insuficiente para a gente perceber os efeitos nocivos que podem vir desta intervenção. Então, aprofunde-se o estudo ambiental e os efeitos, em termos biológicos, da fauna e da flora, no rio.

Não é uma preocupação económica. Ora, face a uma questão destas, é se o económico e curiosamente, já ouvi acusar o parecer da APA, o estudo de impacto ambiental, de ser mais económico do que a ambiental, ou seja, por considerar que os riscos são coisas que podem correr mal, que podem acontecer. Riscos não são efeitos garantidos, efeitos negativos garantidos. É o que pode acontecer e o que pode acontecer pode sempre. Tudo pode acontecer. Amanhã pode chover ou fazer sol. Tudo pode acontecer, mas, fazer do pode acontecer a razão do bloqueio de todas as atividades é que é demais, e aí já cai no 1% da minha discordância.

O Sr. Vereador, não está aqui escrito, mas acaba por dizer: "É preciso é estudar, comissões e parar. É preciso é parar". Quer parar e eu fiquei então a perceber. O Sr. Vereador quer parar, ponto. Mas, quer parar ponto, ao contrário do que todo o grupo parlamentar do seu partido que, em setembro de 2017, exigiu, na Assembleia da República, o arranque imediato das obras da dragagem do porto de Setúbal. Olhe, não foi há muito tempo, foi em setembro. Portanto, acho que o Sr. Vereador, qualquer dia, ou desalinha de vez, ou então, toma a iniciativa de desalinhar do PSD, porque tem vindo aqui, sucessivamente com posições que são ao revés daquilo que são as posições do PSD sobre os mesmos assuntos. Veja lá se ainda tem algum dissabor com isso, ou então, passo a considerá-lo como um verdadeiramente independente, até em termos de sigla partidária, e nós assim, já sabemos como é que estamos a tratar as coisas. Isso evita este incómodo de eu estar, constantemente, a invocar as posições do PSD.

Mas percebi, da sua intervenção, que afinal não é tão inócuo assim, porque depois na intervenção diz: "*E, então se há dúvidas, pare-se e pronto*". Dúvidas há sempre, qualquer pessoa pode pôr dúvida. Agora, há a dúvida razoável e há a dúvida informada, com conhecimento de causa. E as dúvidas que os técnicos, que para os dirigentes desta casa, os dirigentes em termos de executivo municipal, credibilizam como capazes de produzir um parecer, que o fizeram em abril de 2017, produziram um parecer do município, com fundamentação técnica que nos pareceu boa e foi subscrita e enviada, na altura em que estava em discussão pública este projeto de intervenção no rio. E o projeto do Município vai muito além dessas dúvidas que tem e aqui coloca. Portanto, são prevenções. É preciso que a atividade decorra, mas salvaguardando uma série de consequências que podem ocorrer. E pareceu-nos que, no estudo de impacte ambiental da APA, corresponde a essas prevenções que o parecer do Município assumiu, no âmbito ambiental, sobretudo mais dissonante do seu ponto de vista, porque a nossa foi mais do âmbito ambiental, no pressuposto que, se as questões ambientais estiverem preservadas, da vida marinha e da condição de natalidade e de reprodução dos peixes. Se não for afetado o eco ambiente marítimo, também não afeta a atividade piscatória e a atividade turística, ou seja, a atividade turística que também passa um bocado pela visitação aos golfinhos, que é andar em barcos a observá-los. E a draga, aquele monstro que o senhor estava a falar, também não é assim tão monstro, por aquilo que já percebi.

Sou um leigo, falo do que oiço os técnicos falarem e do que está nos documentos. Até estavam previstas três, mas afinal, é uma. É uma operação que é feita por sucção, não é feita por arrastamento. O arrastamento, como diz alguém da pesca, gente que trabalha, que é o que está a acontecer agora, nos barcos que passam no rio. Andam a arrastar, já batem no fundo. Os barcos que transitam para o porto vêm carregados e que vão para a Lisnave, andam a fazer arrastamento no fundo do rio e, dizem-me por exemplo, os da pesca, isso é que faz mal. Isso é que é mau.

Portanto, isto tem que se fazer o que sempre se fez. Foi, quando é necessário fazer dragagens no rio. A praia da Figueirinha e a praia da Albarquel não foram feitas com

5

deposição de areia? Foram. O que é que ainda há bem pouco tempo os mesmos, muitas das mesmas pessoas que tomaram esta iniciativa agora de levantar esta dúvida enorme de crime ambiental, aquilo que eu tenho ouvido dizer são acusações de dedo em riste de que alguém está a fazer um crime ambiental. Mata os peixes todos, acaba a pesca em Setúbal, acabam as praias.

Eu tenho lido isto por aí, mas acho que isso é um exagero. A gente diz que todas as opiniões valem. Qualquer um tem direito à sua opinião, por mais correta ou menos incorreta, e servem para levantar alertas sim senhor, mas é preciso que sejam razoáveis. Não acaba a pesca em Setúbal por isso.

Estou a falar mais para si, assumindo praticamente, tudo aquilo que disse o Vereador Paulo Lopes, porque o senhor é o autor da proposta, assumindo, concordo. Não estou em desacordo consigo, aliás, nem esperava tanto da sua posição, sinceramente. Esperava ter que lhe dizer, esperava ter que o lembrar quem é que está no Governo, quem é que é o Ministro do Mar, quem é que está na Secretaria de Estado do Mar, quem é que está na Administração do Porto.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Eu podia estar em desacordo, até porque há uns que têm rios e eu sou Lopes.

**Sr. Vice-Presidente** - Portanto, mas vamos lá “casar” as coisas. O Vereador Paulo Lopes assumiu a “paternidade” do projeto deste investimento que o PSD pediu, em setembro de 2017. O PSD pediu. O PSD é o “pai” e o PS é a “mãe” e geraram este projeto, a bem do porto e dos setubalenses. E o “filho”, aqui tem que ser a melhoria das acessibilidades do porto, garantindo que não há prejuízo para a fauna, para a pesca e para o turismo. Todos queremos isso.

Agora, o Sr. Vereador Nuno Carvalho vem propor, como é seu timbre para se fazer o que já foi feito. Isto é numa canção, “fazer o que já foi feito”. Aquilo que a APSS anda a fazer é o que o senhor vem propor que se faça, ouvir as associações. Acho que a esta hora, já reuniu com todas, já reuniu com todas as associações de pescadores. Aquilo que propõe depois aqui, em termos de entidade de acompanhamento, aí já preenche o resto, o 1% da minha discordância. Eu não estou a ver que nós aceitássemos, eu e o senhor, com certeza, uma recomendação aprovada numa deliberação da Administração do Porto de Setúbal, para dizer à Câmara como é que deve fazer as coisas que são da sua competência. A Administração do Porto de Setúbal não iria recomendar à Câmara que adote este ou aquele procedimento, naquilo que é da sua competência.

Já agora, para o sossegar, acho que é inevitável que esta proposta vá ser rejeitada, porque nós não nos queremos imiscuir nem fazer sobreposições, atropelos institucionais. Nós temos as competências municipais, que são vastas e dizem respeito, genericamente a todos os interesses do Município, dos cidadãos do Município, sem dúvida. Não estamos alheios àquilo que a APSS, com a sua autonomia administrativa e capacidade técnica, tem que fazer.

Por isso, estamos sempre ligados à APSS. Vocês estão cansados de ouvir dizer que temos um grupo de trabalho de ligação permanente com a APSS, e acham que isto não foi tratado? Claro que foi tratado. Acha que as reuniões que estão a ser feitas, não foram já feitas com as associações? Foram. Não conhece a última posição das três associações de pesca? Quais são? A Bivalmar, a Sesibal...

Lendo aquilo, o que é que lê? Resumem-se a uma preocupação, que é também minha, que nós também colocámos, que é, se a deposição for feita aqui muito próximo, que é na base do delta, se calhar, o retorno das areias é muito rápido e, se houver lamas elas levantam. Mas, a APSS observa isso tudo e não quer saber disso? Claro que quer e já informou a Câmara: “Pois, com certeza, vamos ponderar isso. Se não é aqui, tem que ser mais longe, noutra local”. Esse local de deposição nem sequer foi a primeira alternativa, que eu saiba, mas nem sequer é uma questão essencial em relação à operação.

A mim, preocupava-me mais era se, de facto as maternidades de peixes ou dos bivalves, se isso viesse a ser afetado. Agora, dizem-me: “Naquela zona há flora? Há pradaria marinha?”

4

*Há maternidades de peixes?*” Naquela zona, onde há dragagens, nem há fauna nem flora, as areias são limpas e não poluentes, dizem os técnicos.

Os riscos das dragagens, já percebemos que são muito minorados. Agora, ninguém pode dizer que haja uma intervenção na natureza e que dela não possa ocorrer um azar qualquer, no momento, em função de prospeções. Agora como é que a câmara, a não ser que se metam lá alargamentos da Comissão Técnica... Eu ou Sr. Vereador ou o Vereador que tiver a área das Atividades Económicas ou a área do Ambiente vai integrar uma comissão e acompanhar? Como é que estas entidades que o senhor aqui propõe, associações de defesa do ambiente, não disseram nada? Essas tiveram oportunidade e nunca nos acompanham nos momentos de auscultação pública sobre os projetos e estudos de impacto ambiental. Ainda não se pronunciaram.

Se nos recordarmos, a iniciativa das dúvidas levantadas, não partiu das associações ambientalistas. Agora, com os meios de comunicação mais facilitados que há, das redes sociais, começam a levantar questões as associações ambientalistas, no mínimo, por via das dúvidas, não podem deixar de acompanhar, porque claro se alguma coisa correr mal, sempre se pode dizer: *“Nós bem dissemos”*. Se as coisas correrem sem problemas nenhuns, sempre se pode dizer: *“Mas foi porque nós prevenimos”*.

É assim que nós estamos a funcionar em termos de alarido social e há alarido social que nós não devemos alimentar. Não podemos ir atrás disso, temos que ir atrás das realidades. Não é o alarido social que vai tornar a prevenção mais eficaz. É que de facto, se a APSS, que conduz o processo, se o Ministério do Mar e a Secretaria de Estado do Mar, que conduzem o processo, tomarem as medidas de assegurem de facto, que não haja, não ocorram os riscos de dano para o Ambiente, e conseqüentemente – é a minha perspetiva - que possam prejudicar as pescas e que possam prejudicar o turismo. Acho que isso ninguém quer.

Agora o que não é legítimo – e com isto me fico - penso eu, é o meu ponto de vista, é que uma entidade administrativa, a Câmara ainda que tenha que ver com tudo, não tem nenhuma função de tutela sobre um organismo que é paralelo, tem também funções de administração territorial, tem a competência técnica para o fazer.

Portanto, quer seja votada a favor ou contra, esta proposta tal como foi na sua recomendação, será falada, será dada a conhecer à APSS, saberá que esta é uma preocupação que foi manifestada e que nós também a temos estado a tratar.

Agora coisas de fazer reuniões, podemos também sugerir, naturalmente, que haja uma apresentação pública mais alargada, que se debata a coisa publicamente mais a sério. Agora daí até dizer *“pare-se”*, já que há dúvidas pare-se, então isso era um facilitismo tremendo.

Se a dúvida tivesse direito a parar tudo, basta uma pessoa a dizer: *“Olhe, eu tenho dúvidas sobre isso”* - e não se faz nada, parou. Não pode ser. A dúvida tem que ser razoável para justificar uma correção de rumo ou de iniciativas que previnam algum mal ou males maiores de daí decorram.

Portanto, acho que isto não deve ser aprovado assim. Não deve ser aprovada a proposta, porque estamos a imiscuir-nos nas competências de uma outra entidade que é paralela à Câmara. Não é de respeito, não é bem isso, mas não é uma competência da Câmara.

A Câmara tem que intervir noutro patamar, como tem feito – e agora repito - de uma forma que, historicamente neste município não acontecia, de boa relação com a APSS. Isso mesmo ouvi há pouco tempo, a Administração da APSS reconhecer essa realidade, como nós já temos reconhecido, anteriormente. A história das relações da APSS era de costas viradas para a cidade, de costas viradas ao município. Isso há dois mandatos, duas administrações para cá, deixou de acontecer e nós temos tirado proveito disso, com um diálogo que é, mais ou menos, permanente e que é fácil fazer.

Hoje, não temos nenhum problema em falar com a administração da APSS e dizer: *“Há esta preocupação”*. A APSS também sabe das dúvidas que se têm levantado publicamente e, portanto, vamos não desconfiar por sistema. Temos que confiar por sistema, sem ser inocentes, prevenindo, chamar a atenção, fazer alertas. Vamos tomar cuidados e vamos fazer tomar cuidados quem tem a obrigação de gerir este processo. Portanto, é isso que faremos com a APSS.



Parece-me que não se justifica a aprovação formal de uma deliberação sobre a ação, a atividade de uma outra entidade.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Deixem-me só dar uma nota sobre nesta matéria, que é muito rápida, e depois sim, resumo tudo quanto ao resto. Tem a ver com a posição do PSD, até porque isso, depois ajuda o vosso debate.

Eu não viria cá propor uma coisa destas sem passar pelo grupo parlamentar, pelo Dr. Fernando Negrão e pelos deputados do meu círculo, porque isto é sério de mais. Portanto, não se preocupe que nós estamos coordenados, está bem?

**Sra. Presidente** – Essa, agora, ainda é mais grave. Era melhor não ter dito essa. Isso é bom saber. É que essa é bom saber... (Continua)

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Já agora explique-me o que é que este documento tem de mal? Qual é a gravidade? Explique-me que é para sabermos o fundamento.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Vou tentar ser rápido, porque o Manuel Pisco praticamente esgotou o tema.

Primeira questão, quando há riscos, eles podem acontecer e podem não acontecer. E olhar para os riscos que podem ou não acontecer é o mesmo que olhar para o copo meio cheio ou meio vazio. A postura de quem olha para o que pode acontecer ou não pode acontecer, deve ter uma razão qualquer para ter uma postura de negar, parar, face ao que pode acontecer ou prosseguir, apesar de poder acontecer.

A segunda questão, é que os riscos são para se evitar, portanto, quando há um risco real à volta de qualquer atividade humana, o objetivo é encontrar mecanismos para evitar que esses riscos aconteçam e que tudo decorra normalmente. Não há atividades humanas sem riscos, desde que nos levantamos até que nos deitamos que corremos riscos todos os dias, a toda a hora, a todos os minutos e a todos os segundos, e no entanto vivemos e andamos.

O que quero dizer é o seguinte, dando um exemplo prático, no Convento de Jesus houve uma altura em que quando olhámos para a estrutura do coro alto, concluímos que ia cair, mas que não podia cair e tomámos todas as medidas para que não caísse e não caiu. Esteve três anos escurado para não cair até termos tempo e dinheiro para fazer a obra no coro alto. O coro alto está feito, não caiu e nem irá cair, a não ser que haja um terramoto pior que o último grande terramoto, mas está melhor do que estava antes em termos sísmicos, porque teve tratamento sísmico.

Depois tivemos uma abóbada muito estranha que ao olharmos para ela, pensamos que se mexermos cai. Fizemos peritagens, não mexemos, escuramos e afinal não caía, mas fomos ver se caía ou não caía e tomámos as medidas para que não caísse e lá está a abóbada e vai-se manter.

Só para dizer que a atitude face ao “pode acontecer ou não pode acontecer”, neste caso concreto, tem um fundo político claro.

Vou dizer mais duas coisas, primeira, a CDU, o PCP e o PS olham para o “pode e não pode acontecer” e dizem que pode acontecer, mas vão evitar e vão caminhar para a frente. O PSD diz “pode acontecer ou não pode acontecer, mas é melhor parar para refletir”, o PSD quer parar, a CDU, o PCP e o PS não querem parar, querem assumir que tem riscos, mas querem redimir esses riscos para que a coisa se concretize. São atitudes completamente diferentes e são atitudes claras, são evidentes e que esta proposta tende a tentar apagar. Não há aqui nada de partidário. Há sim, senhor. Há uma clivagem claramente partidária, depois há pessoas que não estão nesta base partidária, e têm as suas dúvidas, como aqui foi dito, legítimas e é natural que as tenham. Mas há aqui uma base partidária clara, segredo polichinelo, articulada com o grupo parlamentar, com a Direção do PSD que faz com que traga aqui a posição que é a visão do PSD em relação a esse filme, que não é a mesma visão que tinha há uns anos atrás. Agora estar na oposição aqui interessa esse filme.



Dizer que há aqui, não que tenhamos ambiguidades, no documento delíco doce do nosso vereador, uma forma de tentar passar como se não, mas é sim, uma visão partidária da questão que está por detrás da atitude que o nosso vereador Nuno Carvalho aqui trouxe.

Há aqui outra questão, que não podemos alinhar, que é no arrastamento da câmara para mais do que aquilo em que a câmara se pode envolver. Porquê? Porque se a câmara se responsabiliza mais do que deve, havendo problemas dos riscos identificados de alguma coisa correr mal, a câmara é responsável integralmente por isso. E isso é inaceitável, porque é uma atividade de uma instituição concreta sobre a qual a câmara deu parecer e que, como foi dito pelo vereador Manuel Pisco e muito bem, está a acompanhar e não é através de uma declaração de acompanhamento, são todos os dias através da Sra. Presidente. O que quer dizer que, todos os dias esta matéria vai sendo equacionada e conversada.

Depois em relação a todos os esclarecimentos, já foi dito tudo. Há muitos a falar com a APSS, a conversar e a corrigir. Houve aqui uma informação de que foi corrigido o depósito das areias na zona do choco, que se for mais para o lado não afeta o choco, porque no sítio pensado afetava. Todas essas situações estão a ser conversadas e estão a ser corrigidas, são os riscos que estão a ser corrigidos num processo em andamento.

Portanto, quero deixar claro a postura em relação aos riscos, a questão partidária real e evidente que está em cima da mesa e a questão da tentativa inaceitável de responsabilizar a câmara de uma situação que a câmara jamais será responsável, por muito que acompanhe e deve acompanhar.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Se me permite, quero só adicionar aqui uma informação. Isto é de 17 outubro, às 17h08, *“Verdes alertam para riscos das dragagens no rio Sado e advogam ponderação. A líder parlamentar de Os Verdes, Heloísa Apolónia, avisou hoje para os perigos das dragagens previstos no rio Sado, defendendo a sua devida ponderação e declaração política no Parlamento.”*

A questão não é que o outro não é a favor, é ter atenção aos riscos e isto não é diferente daquilo que o PSD defende. É estranho e é só para avisar.

**Sr. Vice-Presidente** – Vem atrasado, porque essa prevenção já fizemos há algum tempo.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Leia, leia, posso-lhe enviar o Artigo por e-mail.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Também para informar que três partidos, o Bloco de Esquerda, o PAN e o PSD, solicitaram a presença do Sr. Ministro do Ambiente e foi aceite, houve um requerimento que foi aceite na Comissão de Ambiente e a situação está a ser discutida, debatida, avaliada, que é o procedimento normal e correto, antes de se pedir mais coisas adicionais, acho eu.

**Sra. Presidente** – Ó camarada, hoje estamos os dois muito de acordo, a geringonça. Hoje estamos mesmo camaradas.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – A Sra. Presidente votou contra a baixar o IMI, não estamos nada assim tão alinhados, desculpe lá.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Contrariamente àquilo que a Sra. Presidente está a dizer, nós divergimos algumas vezes sobre algumas matérias que também achamos que são importantes, mas esta é uma questão que a todos diz respeito e não concordo com a intervenção do vereador Carlos Rabaçal quando ele diz que a Câmara Municipal não se deve imiscuir naquilo que é a competência da APSS.

Nós entendemos que é precisamente o contrário, a Câmara Municipal deve ter um papel de intervenção muito efetivo nesta questão como representante de todos os setubalenses e deve fazer parte da comissão, deve apelar à APSS, as duas entidades devem promover estas sessões de esclarecimentos que achamos importantíssimas. Até porque conseguimos resistir,

4

como um partido responsável que somos, à tentação de ir atrás da opinião pública e daquilo que são as redes sociais, que também acompanho, mas sabemos separar o que é importante do que é acessório e dos interesses que estão instalados em alguns grupos. Embora, como já disse o vereador Paulo Lopes e disse tudo o que tinha que ser dito e bem, esse mérito é totalmente dele na intervenção que teve, foi muito esclarecedor e a posição do Partido Socialista julgo que ficou clara.

Entendemos que todas as vozes devem ser ouvidas, as dos cientistas, as dos técnicos que estão habilitados para falar sobre este assunto e até a voz daqueles que tiram o seu sustento do rio, que são os pescadores, devemos ouvir todas as pessoas. A Câmara Municipal aqui tem um papel importantíssimo nessa auscultação e na promoção destas sessões de esclarecimento, porque o que achamos que tem faltado a esta questão é o esclarecimento.

A determinada altura tentaram baralhar um pouco aquilo que é a opinião, as verdadeiras razões e o interesse económico desta questão do Porto de Setúbal. Setúbal não pode viver sem o Porto, aliás, Setúbal cresceu com o Porto. As empresas que se instalaram em Setúbal só estão cá porque existe um porto comercial e cada vez o porto tem que ser mais competitivo.

Para ser competitivo têm que ser feitas obras como as que foram propostas pelo Governo PSD e que, como já foi referido, este Governo até minimizou um pouco o que seria a dragagem dos canais nalguns meios, portanto, não foi tão além do que era o projeto inicial. Agora que tem que ser feito, tem, queremos um porto competitivo, queremos uma região competitiva do ponto de vista económico e é importante que esta obra seja feita.

Temos problemas ambientais, temos, efetivamente problemas, aliás, o estudo de impacto ambiental é muito claro. Nós lemos e ficamos também com dúvidas, por isso é que é importante haver esclarecimento.

Temos dúvidas sim, aliás, isto é como a bula do medicamento, o medicamento é tomado para combater uma determinada doença, mas tem contraindicações. Estão lá e nós podemos saber quais, podemos ler, essas contraindicações podem acontecer ou não e na maioria das vezes não acontecem.

Esta questão deve ser acompanhada muito seriamente e não podemos ir atrás de populismos fáceis, temos que ser sérios nesta discussão e continuamos a dizer que a Câmara Municipal deve ser promotora destas sessões de esclarecimento juntamente com a APSS, porque existe desinformação, sim, e existe falta de esclarecimento. Li os pareceres e fiquei com sérias dúvidas relativamente a algumas questões e gostava de ser esclarecido e a opinião pública setubalense, certamente, que gostava de ser esclarecida, até os pescadores têm esse direito, porque vivem daquilo que o rio lhes dá. Por isso é importante que sejam feitas estas sessões de esclarecimento. A nossa posição é clara, não havendo alteração daquilo que é proposta do PS, se calhar teremos que votar contra.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Mal comparado, estamos perante uma intervenção cirúrgica que, por mais simples que pudesse ser, teria sempre efeitos que têm que ser considerados. Se formos fazer uma simples intervenção, os médicos dizem-nos sempre que há riscos, mas muitas vezes os benefícios que temos em relação às operações, são superiores.

Aqui o que está em causa são as acessibilidades do porto, mas são as questões ambientais que são muito importantes, porque sem as questões ambientais tratadas não é possível que a nossa cidade seja a nossa cidade e julgo que isso está claro para todos.

Quando se faz um estudo de impacto ambiental, quando se anunciam as medidas e quando se conversa com as pessoas, que é o que tem estado a acontecer, percebe-se que há problemas que são isolados e que podem ser resolvidos. Por exemplo, no caso das associações de pesca, o problema está identificado e as próprias associações de pesca e cooperativas, como a Setúbal Pesca que é uma associação, a Bivalmar e a Sesibal, que são duas cooperativas, dão a solução e fazem aqui um pedido à DGRM que considera essa solução. Julgo que quem está a tutelar esta obra vai muito a tempo de tomar estas medidas, porque senão não tinha conversado com as pessoas como conversou.

Também quero dizer algo que ainda não foi falado, relativamente à comunidade de golfinhos. Ela é acompanhada pelo Conselho Estratégico da Reserva do Estuário do Sado, existe um projeto que é o PROJETO MARE, que vai acompanhar muito de perto estas questões e que acho que deve descansar todas as pessoas. Os técnicos que estão envolvidos nesta monitorização são técnicos que já acompanham esta comunidade há mais de 20 anos, que é o caso do professor Manuel Eduardo dos Santos, que é quem está incumbido de fazer esta monitorização.

Temos outros problemas relativamente à comunidade de golfinhos que não têm a ver com as questões diretas das dragagens e que muito nos devem preocupar também e que vão para além daquilo que são as dragagens, e que têm a ver com as observações, às vezes com ausência de fiscalização e que são reais. Ninguém consegue dizer se perturbam neste momento ou que podem vir a perturbar caso se continue dando as licenças, parece-me que são renovadas todos os anos, e que não seja observado o código de conduta que existe ou que não seja reforçado esse código de conduta relativamente à observação de golfinhos.

São matérias muito importantes e que não podem estar postas de lado, só porque agora as dragagens são o tema mais importante no mundo, não são. Temos realmente problemas e também temos coisas que são muito animadoras como, por exemplo, vimos na última reunião do Conselho Estratégico da Reserva, um dos indicadores que não era monitorizado há muito tempo e que tinha a ver com a qualidade da água. Neste momento a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) vai desenvolver monitorizações, julgo que trimestrais, e que vão-nos ajudar também aqui, não só no aspeto das dragagens, mas no aspeto da qualidade do nosso rio.

Depois também quero dizer, por exemplo, em relação à qualidade das nossas águas que temos a questão das ostras e o Projeto CRASSOSADO. Não era preciso o Projeto CRASSOSADO, nós sabemos, hoje temos muito mais explorações de ostrácios no nosso município, mas isso é um excelente indicador da qualidade ambiental. Estou certa que todos nós no caminho que fazemos, todas estas entidades no caminho que fazem é no caminho da proteção de todos estes valores naturais e não na sua anulação, porque sabemos que foi graças a esta Câmara Municipal que temos hoje o desenvolvimento, especialmente na área do turismo, como se calhar, nunca tivemos neste município.

Partilho das preocupações das pessoas, porque é uma operação grande, mas penso que com todas estas medidas de mitigação poderemos estar confiantes de que isto vai-se traduzir num desenvolvimento para o nosso município. Até a nível ambiental é de realçar que vamos poder acolher barcos que possam, em termos de funcionamento, serem menos poluentes para o nosso rio e vamos poder ter sistemas depois de transferência de materiais dentro do nosso Porto que são muito menos prejudiciais em termos de ambiente.

**Sra. Presidente** – Pedia que fossem cortando, porque já se vão repetindo, a intervenção da vereadora Carla não teve quase nada de repetição, mas há outras coisas que já foram ditas e pedia que fossem cortando.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Nem que fosse só para valorizar a intervenção da vereadora Carla, tinha a obrigação de o fazer e de destacar a seriedade e a forma abrangente como a vereadora aqui referiu.

Quero também só referir mais duas questões, acho que ninguém pode colocar em causa o empenho que a CDU tem vindo a desenvolver e a dinamizar aqui em Setúbal no Projeto de Desenvolvimento Integrado do Concelho nas suas várias vertentes, impedindo que o nosso concelho fique confinado a uma única cultura, a um único setor para poder resistir melhor às vicissitudes da vida que é um fator fundamental para o aumento da qualidade de vida.

Essas várias vertentes, que é desde o desenvolvimento da agricultura, e uma agricultura com todos os cuidados e com todas as preocupações ambientais, as questões da produção industrial e havendo uma preocupação muito séria de que essa produção industrial respeite todas as regras e todos os condicionantes que não prejudiquem o nosso meio ambiente e os ecossistemas no desenvolvimento dos serviços e no desenvolvimento do turismo.

Quero recordar o empenho político que este executivo tem tido, e digo assim porque estou há pouco tempo neste executivo, é um papel e um esforço que vem do passado e que está hoje presente e que é a importância da valorização do nosso estuário, do nosso rio e da nossa costa, nomeadamente com a importância da candidatura e o papel de destaque que tivemos e temos no Clube das Mais Belas Baías do Mundo.

Este executivo da câmara, que tem estas responsabilidades todas e que tem este empenho, que fez toda a monitorização que a vereadora Carla aqui referiu.

Há aqui uma questão que é importante, quem deve fiscalizar de facto. Acho que é importante que todas as organizações e a população estejam presentes no acompanhamento e o lugar certo para o fazer, sem haver qualquer demissão da parte da Câmara Municipal, é estarmos presentes tanto no Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Sado, como no relacionamento muito íntimo e muito próximo com a APSS, mas de facto é a Assembleia da República que acompanha este tipo de projetos e tem competência sobre eles. Tem competências, de facto, sobre as entidades que estão aí a intervir e isso não invalida que haja a demonstração das vontades e das preocupações de todos.

Também temos que ser sérios, até porque há forças políticas que não estão aqui presentes, e que hoje vêm fazer um discurso, mas que têm de ser chamadas à responsabilidade e à razão. No dia 21 de setembro de 2017 foi votado o Projeto de Resolução 1051/XIII da 2.ª Sessão Legislativa apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o título é “*Recomendação ao Governo relativamente ao Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3)*”, como aqui o vereador Paulo Lopes já referiu.

O ponto 2. *“Tome as medidas necessárias para assegurar a continuidade dos investimentos previstos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+IEVA através da mobilização das fontes de financiamento públicas, privadas e comunitárias previstas, concretamente: b) Iniciando os projetos de investimento: IX. Modo Marítimo | Setúbal - Barra e canais Norte e Sul - navios Panamax.”*, o projeto que se vai desenvolver não é este, são os underpanamax.

Vou dizer quem é que votou este ponto, porque acho que é importante, votos contra do PS, BE, PCP e PEV, estávamos num período em que ainda não era possível dar início imediato ao projeto. É importante dizer quem é que se absteve, ou seja, é nos indiferente que comecem já ou não, o PAN absteve-se neste ponto e votou a favor do PSD e o CDS.

Com esta votação do PSD e do CDS é natural que o projeto que estavam a desenvolver no Governo, e registo, curiosamente, a abstenção, era nesse sentido que ia também esta minha intervenção.

**Sra. Presidente** – Primeiro começo por agradecer ao vereador Nuno Carvalho a honestidade que teve em dizer que não é responsável por isto, porque, às vezes, há pessoas que baralham tudo e metem tudo no mesmo saco.

E obrigada também por elogiar o parecer da Câmara Municipal e dizer que é dos melhores que está neste estudo e que faz parte do estudo da AIA (Avaliação do Impacto Ambiental). Foi de facto, feito por técnicos e o principal responsável está aqui nesta sala que foi o nosso Eng.º Vasco Raminhas, que é outro excelente técnico. Temos lá muito bons e ele é um deles, mas já agora acho que também é justo dizer que ele propôs, mas que os eleitos também tiveram de acordo ou não. Já agora convinha dizer que os eleitos tiveram de acordo, votaram favoravelmente e deliberaram favoravelmente o estudo que os técnicos fizeram.

Fui sempre dizendo os técnicos, parece que nós não contámos para nada. Nós decidimos. Tínhamos que decidir ou não? Podíamos não estar de acordo, mas tivemos completamente de acordo, nem uma vírgula tiramos e, portanto, convém também dizer isto, até no parecer está lá, também parecer do executivo na nossa reunião. Convém dizer isso, porque se não parece que estão de acordo, têm preocupações, mas quem tem são os técnicos, os eleitos também tiveram preocupações e está lá escrito.

Outra coisa que convém ficar dita, é que é um contrassenso dizer que é urgente tirar isto do panorama do falatório, é urgente. Quando é o vereador Nuno Carvalho que personifica isto, que é um dos, há mais para as redes sociais e que vai para os jornais e que faz o tal alarido...

É o senhor vereador que faz, o senhor começou a dizer que era preciso tirar este foco daqui do nosso concelho, mas é o senhor que é um dos promotores do foco e do alarido. Vá lá ver aquilo que escreveu. Então não está aí nos jornais e na rede social? Fez ou não?

Mas já agora quero dizer que não é o único, há mais, e há uma muito interessante, há aqui uma senhora engenheira que em trabalho para a FBO, que foi a entidade que começou a fazer o Plano de Ordenamento de Expansão do Porto de Setúbal, esta engenheira fez aqui um estudo, que tenho aqui comigo, a dizer até com valores mais altos de dragagem de profundidade, e é ela que agora aparece aí também nas redes sociais muito empenhada no combate contra as dragagens. É fantástico. Isto é fantástico, isto dá para tudo, este contrassenso, isto dá para tudo, para a visibilidade, para tirarem partido disto e não sei mais quê. Quero também dizer que não é a Câmara Municipal que vai, tal como disse o vereador Manuel Pisco, dizer que neste assunto tem três ou quatro técnicos e se calhar são especializados em determinada matéria e não no âmbito tão lato. Quem é a Câmara Municipal para ir agora fiscalizar, que competência é que nós temos? Só competência política. Vamos agora fiscalizar uma entidade que é governamental? Então, mas o que é isto, mas que confiança, que relação institucional é esta? Então as entidades que integram ou integraram a Comissão de Avaliação, a APA, em várias divisões da APA, a ARH do Alentejo, o ICNF, DGRM, DGPC, CCDRLVT, LENEG, CEANBS, ISA, estas são as da Comissão de Avaliação que têm técnicos altamente especializados para este tipo de questões. Quem somos nós agora, do ponto de vista político, dizer se estes têm ou não competência, vamos nós verificar?

Foram solicitados pareceres à Câmara Municipal de Setúbal, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, Infraestruturas de Portugal, Ministério da Defesa, Autoridade Marítima, Capitania do Porto de Setúbal, Direção Regional de Agricultura e Pescas, Turismo de Portugal, Instituto de Mobilidade de Transportes e Direção-geral de Território. Pediram ainda e eles ouviram esta gente toda, os pareceres estão lá nos estudos, está lá na AIA, e depois pediram aqui a algumas entidades entre elas a ZERO e a QUERCUS, mas depois diz-se para pararmos com isto. Não, vamos ser sérios. Ser sérios no debate.

Tenho aqui uma carta, porque estou praticamente todos os dias a saber com quem é que a APSS já falou, quem é lhe pediu reunião, se ouvem as pessoas e se já ouviram as pessoas. Aquilo que estava a propor para falar com os pescadores, não sei se nesta altura já falaram com todas as associações, mas todos os que têm estado a pedir ou já estão marcados ou já está feito. Até hoje sei que já falaram com três grandes grupos.

Tenho a informação da APSS de como é que correram as reuniões e que houve situações extremamente importantes que os pescadores colocaram e que a APSS disse que as ia pôr na AIA, porque eles é que estão no mar e é que sabem.

Isto foi a abertura da APSS e sou eu que vou lá dar lições à APSS? Tenho que dizer à APSS que estou preocupada, como todos dizem, mas com calma e responsabilidade.

Já ouviram algumas entidades, que não vou aqui revelar os nomes, essas entidades já colocaram problemas, alguns faziam sentido outros não, mas os que faziam sentido vão ser alterados, garantia da APSS. Vão ser alterados no sentido da pertinência da questão colocada e, portanto, isto é que é responsabilidade.

Quero só relembrar o vereador Nuno Carvalho, que com certeza sabe, que tudo isto começou com o Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, que se foi embora. Toda esta preocupação das obras que hoje estão quase concretizadas, começou em 2004, com o Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, passou o Governo de José Sócrates, passou o Governo de Pedro Passos Coelho e nós não vimos nenhum alarido destes e já estavam as dragagens a serem preparadas, já estava toda esta obra a ser preparada. Mais, já no princípio deste ano andava o PSD a perguntar quando é que começávamos, porque de facto, o aspeto económico já começa a contar, já começa muita gente a dizer que senão houver porto o que é que fazem aqui, porque têm que ir para junto do Porto.

Há linhas, há empresas com linhas de escoamento dos produtos das exportações e importações, que eles chamam linhas, que se não tiverem junto do porto não tem interesse e vão para junto de outro porto, como por exemplo Leixões.

Esta cidade deve ter orgulho pelo seu porto por ser o terceiro porto mais importante de Portugal. Subscrovo o que disse o vereador Paulo Lopes, mas quem é que disse que não estamos preocupados? Estamos preocupados como toda a gente está preocupada, mas com calma, com responsabilidade.

Uma carta da APSS, que veio ontem, dia 16, diz que todos os que queiram falar com a APSS e que queiram sessões de esclarecimento, embora já o tivessem feito, estão disponíveis. A Dra. Lídia está disponível para fazer todas essas sessões de esclarecimento necessárias e úteis. Portanto, não percebo. As Associações de Pescadores foram pedir sessões de esclarecimento e já foram recebidas. Outras entidades foram, marítimo-turística, e algumas já foram recebidas. Então expliquem-me lá o que é isto? O que é que vai acontecer, o que é que não vai acontecer? Algo que o PSD nunca fez, o PSD andou caladinho, atrasou-se no processo e agora empurrou o Governo e perguntou quando é que começava, depois aqui vem dizer que são o rosto da defesa disto tudo. Não pode ser, há qualquer coisa que não bate bem, isto é um contrassenso e depois dizer-se que têm que parar com o foco aqui, isto é notícia nacional.

Mas quando é o senhor vereador a cara desse foco... É o senhor vereador a cara desse foco! Não estamos aqui a falar de fins político-partidários, esta proposta não é séria, não é. Não é séria, não é senhor vereador, não é séria. Temos aqui os documentos todos do PSD.

Vocês gostam tanto de Setúbal que até disseram assim, no dia 13 de dezembro de 2017, os vereadores do PSD, Lisboa, "*Contentores para Setúbal, contentores para Setúbal, limpem a nossa zona ribeirinha. Contentores para Setúbal.*" Está a ver?

Então, o que é que veio dizer para os jornais em relação a isto? Pois esse é que é o problema, é que vocês querem um estudo económico, etc.. É preciso seriedade nisto, senhor vereador. De resto, subscrovo a excelente intervenção dos meus camaradas, do vereador Paulo Lopes e das questões ambientais que a Vereadora do Ambiente tem tido sempre de uma forma muito diligente e muito responsável com todas as entidades que estão ligadas à área dela, ao mar e agora, neste caso em concreto, a conversa que ela tem tido com as pessoas para saber que tipo de ajudas, o que é que se está a fazer, e daí o conhecimento extremamente interessante, empenhado e responsável da vereadora, por isso também os meus parabéns à intervenção da vereadora que disse o que faltava, porque acho que quase todos nós já dissemos e já nos estamos a repetir.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Em primeiro lugar, isso de facto, é por Setúbal e acho interessante estarem tão preocupados com o PSD e depositarem tanta informação como se não tivesse essa informação já sido pública, debatida, vista e mais que revista e não nos concentrássemos no crucial aqui, e não me vou afastar desse foco, que tem precisamente a ver com reconhecer se há ou não fundamento nas preocupações que são transmitidas por quem estudou isto, porque eu não estudei do ponto de vista ambiental. Aqui parece que de repente ganhámos o maior número de ambientalistas por metro quadrado ou técnicos por metro quadrado, foi uma coisa fenomenal.

Continuo a dizer que não percebo e a razão pela qual, respondendo ao vereador Manuel Pisco, não aprofundo a questão ambiental é que não tenho que falar de uma coisa para a qual não tenho capacidade técnica, mas por aquilo que o senhor transmite-me preocupação suficiente para querer ser esclarecido. E o ponto aqui do esclarecimento é o mais importante efetivamente.

Ainda bem que a APSS, ontem, enviou um documento a dizer que quer receber pessoas, ainda bem. Ainda bem que a APSS há uns dias atrás, e não quando foi lançada a consulta pública, que é quando deveria ter sido realizado, mas ainda bem que o fez agora, porque não é tarde para o fazer, mérito para a APSS. Já sabia que estavam a reunir, isso foi público, foi falado que as cooperativas estavam a reunir com a APSS. Ainda bem que o fez. Mas quem é que está a dizer que é mau? Ainda bem.

Agora associar-me ao rosto do que é que seja, essa não cola. Tentaram, tentaram, tentaram, mas não cola, não fui eu. Não há mérito da minha parte em trazer este assunto, do ponto de vista mediático, não há.

h

Há uma preocupação, enquanto responsável político, de querer que haja esclarecimentos que tranquilizem a opinião pública. E tranquilizar a opinião pública é ela estar suficientemente esclarecida de que não há qualquer tipo de risco ou que qualquer correção que seja necessário fazer. A APSS está em cima do assunto e está a fazê-la e vai prever.

É isto que nós queremos, é que as duas coisas possam coexistir, a evolução do porto, o turismo, a pesca e acima de tudo, como é óbvio, a proteção do meio ambiente.

Mas agora se me disserem que este processo começou sempre assim desde o início, quando foi lançado, não! Daí a necessidade do esclarecimento. Tudo o resto, esta confusão, este ruído que de repente se gerou aqui por uma proposta que de tão inócua que tinha aparentemente, até suscitou tanta opinião e devo-vos dizer que não era preciso tanto, bastava dizer que não concordavam, era suficiente.

Registei, mas essa do rosto da contestação ou o que quer que seja, não cola, lá porque tive, isso tenho e espero conseguir sempre vir a ter, a capacidade ou a frontalidade, independentemente de estar aqui o documento, de assumir a minha posição, porque devemos ser frontais nas posições que assumimos, só assim é que outros podem estar contra ou a favor.

O documento pretende que as pessoas sejam esclarecidas, eu, independentemente disso, face ao esclarecimento que atualmente existe manifesto as minhas dúvidas, mas não tenho que aprofundar isso. Não tenho, porque eu não decido, nem esta câmara decide e nem eu estou a dizer que aqui, de repente, quem quer que seja está conivente ou deixa de estar conivente ao contrário da preocupação de querer dizer que isto tem a ver com o PSD ou tem a ver com o PS.

Vários partidos tomam várias posições, diferentes partidos tomam diferentes posições a nível local e nacional, e já se percebeu que está aqui uma grande miscelânea, tudo bem. O tema é um tema consensual? Não, não é!

Isso revesse também nos partidos. Mas é em todos, não é só no PSD, é em todos. Era isso que estava ali a explicar há bocado, porque isso é um ponto de seriedade. Qualquer tipo de problema que possa existir ou deixar de existir no futuro, não é responsabilidade de ninguém que aqui está e espero que o movimento não ocorra, mas não é isso que está aqui a tentar fazer, e quero sublinhar isso de uma forma bastante clara, que fique lido, escrito e dito, porque isso seria da pior demagogia que podia haver.

Agora como órgão político, nós emitimos opinião sobre tanta coisa, discute-se aqui tanta coisa e sobre esta matéria não se ia discutir? Olhe ainda bem que agendei, porque a APSS veio e a Sra. Presidente da Câmara Municipal, através da APSS, veio dar novos dados e estão disponíveis para serem recibos e já reuniram com os pescadores. Ainda bem que este tema está aqui a dizer o que é que a APSS está a fazer, acha que é mau? Acho que não seja mau. E se vir o que são as minhas intervenções, já agora, para sublinhar essa questão, a nível do *facebook* ou das entrevistas que dei, esse é o mote, é o esclarecimento e que efetivamente a APSS tenha essa disponibilidade.

Se está a ter, ótimo, é isso mesmo. Não estou a criar nenhum facto político à volta disso, não vale a pena complicar, porque, efetivamente, isso não estou a fazê-lo. Sobre essa matéria, como é evidente, o Parlamento e a Assembleia da República são locais privilegiados e devem ser nesses locais que as dúvidas que existam ou que persistam sobre esta matéria sejam esclarecidas.

É isso que espero que o Ministro do Ambiente faça, por isso é que foi o PSD que solicitou a sua audiência depois secundado por outros partidos. É isso que espero e se me perguntarem se tive alguma coisa a ver com isso, claro que sim, então estou lá a fazer o quê? Claro que tive, quero que haja esclarecimentos, quero que respondam às perguntas no Parlamento. Não estou aqui a pedir audições a ninguém e muito menos à APSS. A APSS tem a sua autonomia e a Câmara Municipal tem outra. Vamos continuar a insistir.

No Parlamento, vamos dar músculo institucional às dúvidas que existem para que sejam esclarecidas. O que vem desse esclarecimento é que, efetivamente, vai deixar uma posição clara sobre o que vamos ter aqui no futuro, porque não me sinto esclarecido, nem de perto, nem de longe. E não é a mim que a Sra. Presidente da APSS tem que esclarecer, como é

evidente, não é a mim. Se quero alguma coisa, pergunto à Sra. Presidente e a Sra. Presidente fala com a Presidente da APSS. Aqui existe uma hierarquia, portanto, não é a mim que tem que esclarecer.

Dito isto, a recomendação da parte da CDU já tem uma posição clara e evidente, mas da parte do PS não percebi qual era a proposta em concreto a nível da alteração do texto. Só quero perceber se o PS quer ou não alterar, porque poderá mudar a sua posição de voto em função disso, e só quero perceber o que é que eles querem alterar.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Basicamente não concordamos com os dois primeiros pontos da recomendação, concordamos com o terceiro. Primeiro, porque pelos vistos já estão a ser ouvidos, portanto, está ultrapassado. A questão do estudo de impacto económico entendemos que nesta fase ou já devia ter sido feito há anos ou então, se houver problema, que se façam os estudos.

Nesta fase não me parece que parar para se fazer este estudo seja viável, daí nós termos solicitado ou falado se podíamos votar separadamente, porque entendemos que estas duas primeiras não acompanhamos e a terceira claramente que sim, que seria a tal Comissão de Acompanhamento e fariamos uma quarta que seria solicitar à APSS que faça efetivamente as sessões de esclarecimento.

Insisto nesta pedra por achar que a câmara não tem intromissão nenhuma, nem ingerência nenhuma na APSS. Nós somos eleitos, a APSS são quadros nomeados, temos uma responsabilidade diferente, somos eleitos e, portanto, temos toda a legitimidade para solicitar isto à APSS e não encaro isso como uma ingerência e muito menos estar a assumir responsabilidades extra.

A responsabilidade já cá está toda, na minha opinião, aconteça o que acontecer, todos já nos pronunciámos sobre a matéria, portanto, a responsabilidade está cá toda sobre as nossas intervenções.

Insistia nestes dois pontos por achar que seria positivo se todos votássemos esta questão da criação da Comissão de Acompanhamento e das sessões de esclarecimento públicas, não só para os vereadores, mas públicas que é o que temos estado a falar.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Sobre a primeira, concordo, porque torna-se supérfluo face ao que a APSS acabou de dizer. Sobre a segunda, manifesto dúvidas, porque acho que o estudo de impacto económico é importante, por exemplo, o Grupo Pestana vem assumir uma posição com preocupações. E não é um grupo qualquer, é um grupo que se consegue secundar e consegue ter um alcance do porque é que deve ter preocupações ou não e manifestou-se até, inclusive, contra as dragagens. O estudo de impacto económico aqui não é inteiramente supérfluo.

**Sr. Vice-Presidente** – Não é contra as dragagens, é contra o local da reposição. São coisas diferentes.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Obrigado. É contra o local da reposição.

Aqui o alcance ou o estudo de impacto económico, creio que é importante até por uma simples razão, se existe o risco, e é isso que isto mede, e o risco existe e ninguém quer que ele se concretize, mas qualquer risco para se concretizar, em regra, num estudo de impacto ambiental ou em qualquer situação, sabemos pelo menos qual é o alcance do dano e o dano se não for só ambiental e for económico, temos que saber qual é o dano económico.

Creio que a questão económica é extremamente relevante nesta matéria e o estudo de impacto económico não ofende ninguém.

Não sei se esclareci ou não e se pretendem aceitar manter ou não esta recomendação do ponto dois.

**Sra. Presidente** – Só quero perguntar se o PS quer pôr à votação esses dois pontos.

4

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Senhora Presidente, acho que não faz sentido agora estarmos a retalhar, a partir do momento em que o promotor da proposta a quer defender, acho bem e é legítimo, mas acho que isto depois fica uma manta de retalhos.

O que propunha e estou disponível para fazer isso com o PSD, com o PCP, com o PS na próxima reunião de câmara, é trazer-se uma mais consensual no sentido destas duas vertentes, porque enquanto eleitos temos essa responsabilidade de solicitar à APSS que o faça.

Se até à próxima reunião eles marcarem, então essa situação deixa de ser atendível, mas a terceira de se criar uma Comissão de Acompanhamento, não creio que seja aligeirar nenhuma competência. A Câmara, no âmbito da Assembleia Municipal, pode criar uma Comissão de Acompanhamento de todo este processo.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Peço desculpa, mas isto não prejudica de eu defender mais tarde em qualquer outra circunstância e acho que o mais importante é avançarmos com o que é crucial. Em relação à sessão de esclarecimento está falado, se vão fazê-lo é supérfluo.

Quanto ao ponto dois posso sempre defendê-lo noutra matéria e para que isto tenha força, aceito modificar neste sentido, a proposta mantém-se exatamente igual retirando o ponto um e o ponto dois e mantém-se o ponto três.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Sim, mas não faz sentido, no enquadramento da proposta, retirar a parte do estudo económico, isso fica uma manta de retalhos, porque toda a proposta aponta para a execução do estudo económico, portanto, se retiramos depois essa recomendação não faz sentido.

O que propunha era se o PSD quiser retirar a proposta, retira, e vem na próxima reunião uma proposta que pode ser falada entre os vários partidos aqui presentes no sentido destas duas questões. É aquilo que o Partido Socialista, neste momento, está disponível e apela até ao entendimento, porque acho que isto é, numa altura em que a desconfiança que os munícipes têm de tudo, dos partidos, das instituições, de tudo, acho que era uma forma clara até de dar uma resposta de transparência no sentido de que vamos dar voz a quem quer ser esclarecido e, enquanto eleitos e representantes dos eleitores, vamos ter que criar uma Comissão de Acompanhamento desta matéria.

**Sra. Presidente** – É para retirar ou é para manter?

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Retirar a proposta por completo, para mim, é algo que neste momento, como é óbvio, não faz sentido. Adaptá-la, eu aceito, se tirar os pontos um e dois e para vocês merecer essa aceitação, é que o resto da proposta é um resumo do estudo de impacto ambiental e do TUA.

Desculpem lá, mas aqui fico um bocado confuso. Há bocado a proposta era inócua, agora estou a aceitar alterar e a parte que é inócua é para manter.

Percebo a vossa questão, mas acho que é mais simples perguntar o seguinte, e não me levem a mal, a CDU se for retirado o ponto um e o ponto dois ou for alterado mantém a sua posição, não mantém?

**Sra. Presidente** – Claro!

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Então se é para ser chumbada, ponho a proposta a apreciação.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 10 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PS e 1 voto a favor do Sr. Vereador do PSD.

**34. Deliberação n.º 316/18 – Proposta n.º 2/2018 – GAV PSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**Sra. Presidente** - Esta informação é muito importante, saiu no Anuário Financeiro do ano de 2017, 31 de dezembro. Dizia assim: "O 6.º município dos 308 - o 6.º município - com maior redução do IMI cobrado efetivamente foi Setúbal". É só para conhecimento.

**C) Período destinado à intervenção do público**

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – Venho em representação dos comerciantes da Praceta Afonso Paiva, dos prédios cujas traseiras dão para a Avenida Álvaro Cunhal.

Na passada segunda-feira, quando me dirigia para o meu estabelecimento comercial, que fica nas traseiras desse prédio, virado para a Avenida Álvaro Cunhal, encontrei serralheiros a taparem aquela abertura que existe, porque a frente dos prédios é enorme, como conhecem, e existe uma passagem intermédia entre a frente dos prédios e as traseiras.

Telefonei para a Câmara Municipal e ligaram para um departamento onde tive que contar o que se estava a passar e a pessoa que me atendeu disse que ia enviar lá alguém da fiscalização para verificar o que é que se estava a passar.

Entretanto, também liguei para a Proteção Civil, e falei com um senhor que me disse que conhecia perfeitamente aquele espaço e que ele próprio iria telefonar para a Polícia, porque aquela situação era um caso de Polícia.

Existem aí três estabelecimentos comerciais, em que a entrada desses estabelecimentos é por essa abertura.

Veio a Polícia com quem estive a falar e falei também com os elementos, que julgo serem da fiscalização, e uma das senhoras disse-me que isto não podia ser, que era ilegal, porque pode parecer que é um local privado, mas é do domínio público, onde há estabelecimentos comerciais incluídos naquele espaço. Essa senhora mandou chamar alguém da administração do prédio que apresentou um documento em como tinha ordens da Câmara Municipal de Setúbal para fechar aquilo.

Quero lembrar que os comerciantes que têm as lojas nas traseiras desse prédio estão a dinamizar aquele espaço e abriu há pouco tempo um Salão de Chá, em que a pessoa ao fim de dois dias está a perder clientela. Para fazer o meu serviço, e estou numa loja muito perto dessa abertura, por onde fiz sempre aquela passagem, e já tenho aquele estabelecimento há 20 anos, portanto, quando o comprei escolhi a loja que tivesse mais perto dessa passagem, porque é a única onde posso pôr a minha viatura e transportar os materiais que tenho para o meu estabelecimento. Tudo o resto é muito complicado, não há passagem de automóveis, a alternativa fica virada para o Pingo Doce, em que existe uma rampa e uma escadaria onde dificilmente se consegue transportar qualquer coisa que seja mais pesada.

Julgo que não é do meu conhecimento, a minha área não é esta, mas aquela abertura que existe lá e que não é a única, porque no Monte Belo Sul existe precisamente a mesma coisa junto aos bancos que ali estão, o BCP e o BPI, portanto, tanto quanto sei e pelas informações que me foram dadas pela senhora que julgo ser da parte da fiscalização e pelo elemento da Proteção Civil Municipal aquilo é um caso que é ilegal.

Pergunto, como é que a câmara dá um parecer para fechar? A traseira está fechada com uma grade, tenho aqui fotografias. Essa grade está fechada à chave e não dão a chave a ninguém, portanto, aquela chave é só para os comerciantes que pertencem àquele prédio. A Administração a única coisa que me conta é que os cãesinhos vão fazer xixi e cocó e sujam

4

aquele espaço, mas não se preocupam com o comércio que lá está e que está a ser prejudicado.

Julgo que é uma situação ilegal, foi a informação que tive da funcionária da câmara e da Proteção Civil.

**Sra. Presidente** – Senhor Rui só tem 5 minutos e já os passou, mas vou-lhe dizer que o senhor vereador vai lá ter consigo amanhã.

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – Não sei se o senhor vereador tem conhecimento desta situação.

**Sra. Presidente** – Mas tem que lá ir ver a obra. É uma obra particular do condomínio, pensava que era uma obra nossa.

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – Não, não. É uma obra do condomínio, mas com o parecer da Câmara Municipal e têm um documento a autorizar.

A vossa obra está excecional, cortaram os pinheiros, as pearnadas, temos uma vista excecional. Agora, com uma grade a tapar aquilo, em termos arquitetónicos, já é horroroso. Aquilo está a ficar muito bonito e, agora, mete-se ali uma grade.

**Sra. Presidente** – Aquilo não é para tapar, porque vai ter um jardim à frente.

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – Tem um parecer da Câmara Municipal.

Por outro lado - e aí já posso dar o meu parecer, porque sou engenheiro eletrotécnico com graduação e pré-graduação em segurança - se fosse hoje a explosão que houve naquele prédio havia vítimas mortais. Eu assisti a essa situação. A maioria das pessoas, o local mais perto para evacuar, era por aquele sítio e vinha tudo de lá.

As portas estão trancadas à chave. As pessoas daquelas lojas comerciais que estão dentro daquele espaço nunca mais conseguem vender aquele estabelecimento. Há um imigrante que tem lá duas lojas que tem à venda, acabou.

Portanto, em relação à parte da segurança e só para terminar, inclusivamente, as bocas de incêndio daqueles prédios todos, está tudo nas traseiras. Os bombeiros não têm acesso àquilo. É a única parte em que os bombeiros podem estacionar as suas viaturas, porque as outras entradas são longas, são espaçadas e é a única entrada onde tem logo as bocas de incêndio. Posso mostrar aqui.

**Sra. Presidente** – Não, não. Vou lá ter consigo amanhã, está bem?

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – A única entrada que tem, agora, é por uma rampa e uma escadaria, em que não consigo transportar para a minha área. Portanto, agradecia...

Aquilo já está feito. Eu, antes de estarem a colocar, chamei a atenção e disse aos senhores que aquilo era ilegal. Eles têm um documento da Câmara, não sou eu que tenho.

**Sra. Presidente** – Eu não sei se têm. É o que eu vou ver, se têm.

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – É porque as senhoras que foram lá, da Câmara, quando me disseram a mim que aquilo era um espaço público, também quando viram os documentos, a reação delas foi encolherem os ombros, como quem diz *“não posso fazer nada, está aqui um documento da Câmara. Foi autorizado”*.

**Sra. Presidente** – Tenho aqui duas reuniões. Por volta da hora do almoço, telefone-me, para ir lá ter consigo, está bem?

**Sr. Rui Manuel Marques Lima** – Sim, senhora. Obrigado.

**Sr. Miguel Ângelo Lopes Canelas** – Estou aqui como cidadão. Quero ler, primeiro que tudo, um "mail" que mandei para a Presidente da Câmara, através do Gabinete da Participação Cidadã, apenas para fazer como breve introdução. Trata-se das dragagens do Sado, no âmbito da melhoria das acessibilidades marítimas do porto de Setúbal:

*"Exma. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal,*

*No espírito da democracia participativa, sugiro que a Câmara Municipal de Setúbal promova e exerça pressão sobre o debate da temática em assunto. É uma obra de grande impacto para Setúbal que pode trazer consequências irreversíveis a esta cidade e região, no que toca ao património natural que nos identifica a todos e que nos traz qualidade de vida.*

*As sessões públicas de esclarecimento são obrigatórias. A APA deu luz verde ao projeto, mas com muitos mas, mas que não surgem, sequer, a público, se estão a ser cumpridos. A população necessita de esclarecimento.*

*Empresas, pescadores, eu próprio, como a grande maioria dos cidadãos da cidade de Setúbal, desconhecíamos a dimensão deste projeto. Existem diversas irregularidades na execução deste projeto, nomeadamente no esclarecimento à população e outros que deverão ser discutidos.*

*Esta sugestão surge por considerar que a Câmara Municipal de Setúbal é por excelência a entidade da qual deveria partir uma posição oficial, no exercício da sua influência à APSS, que é a entidade promotora do projeto, para que o direito ao esclarecimento e ao debate, no mínimo, seja cumprido.*

*Gostaria, mesmo, que este pedido não caísse no esquecimento e que tivesse uma resposta, porque a dimensão do problema urge no tempo.*

*Antecipadamente grato pela atenção e "feedback" e disponibilizando-me para esclarecimentos posteriores que possam surgir na sequência deste pedido, me despeço com os melhores cumprimentos".*

Como cidadão, é claro que tenho uma ligação muito emotiva a esta cidade e ao rio. Algumas coisas que fui vendo e fui-me interessando, fui lendo, sem qualquer pretensão política, ou seja, o que for, para que fique bem claro.

Existem diversas dúvidas que eu próprio, como cidadão, como mais alguns grupos, que foram surgindo. Passo a apresentar isto, pelo menos, porque acho que não sou só eu que, estou mal esclarecido.

Peço desculpa por estar a dizer as coisas assim, porque eu, também já desde novo, sempre liguei às questões ambientais. Não estou numa associação ambientalista, mas sempre liguei a questões ambientais e ao desenvolvimento da cidade.

Eu próprio não acabei o curso, mas fui estudante de gestão de distribuição logística. Portanto, sei o que é que um porto significa para uma cidade, mas também sei o que é que o ambiente significa e o que é que eu, ao olhar para o rio, o que é que significa. E há coisas que, até historicamente, e num projeto parecido, muito pior até, há cerca de 20 anos atrás, tinha eu entre os 16/18 anos, não sei agora precisar bem, foi da plataforma multimodal de contentores em Setúbal.

O que eu lhe sei dizer é que, entre outras, como houve a coíncineração, como houve qualquer coisa, eu nunca vi um estudo que, a nível de esclarecimento público, fosse tão sonegado e é mesmo esta a palavra, não lhe sei dizer outra.

Falando no estudo. Existiu um estudo. O estudo, inclusivamente, vai mais longe, eu posso-lhe mostrar. Se não me engano, página 97 do parecer da comissão de avaliação. Eu não sou nenhum técnico, sou operador de hipermercado, e isto foi o que eu pude fazer.

O estudo até vai mais longe no esclarecimento ao público. Inclusivamente, se não me engano, é no ponto 12, também. Bastará o ponto 11, em relação ao esclarecimento, às sessões de esclarecimento públicas. O ponto 12 diz, inclusivamente, que a entidade deveria de criar um gabinete de atendimento ao público, para esclarecimento. Isto faz parte do estudo, independentemente de tudo.

4

Eu não tenho competência, não tenho aqui forma de estar a... Porque, se me perguntarem, enterram-me aqui, que é mesmo assim, a nível ambiental. Sei o que é o ambiente, fui criado com essas situações, a própria região propicia isso. Graças a Deus, nasci aqui e estou habituado à natureza e não quero que desapareça.

É claro que, depois no enquadramento e no que tenho visto a crescer em Setúbal, nos últimos anos, tenho visto muito mais pessoas com orgulho em Setúbal. Quero deixar isso bem claro e acho que tudo tem sido virado para o rio: O turismo, uma parede pintada.

Acho que tem tudo a ver. Também, através deste “*brainstorming*”, porque acaba por existir a contestação. Não são apenas pessoas que querem eriçar bandeiras e é tudo um pouco por aí.

Há pouco, peço imensa desculpa, não me lembro do seu nome...

**Sra. Presidente** – Paulo Lopes.

**Sr. Miguel Ângelo Lopes Canelas** – Sr. Vereador Paulo, presumo que estava a dizer que o porto também deu prazo MOR. Não é verdade. No estudo também diz que não há MOR. Até, inclusivamente, as previsões que existem até 2040, com o estudo e sem o estudo. O estudo é muito extenso. Ao início, eu demorava tipo uma hora para ler duas páginas, porque apareciam coisas técnicas, pelo menos, que é para eu saber. Alguma coisa que tivesse a dizer, lia-se. Há alturas que era, realmente, isto que existia.

Houve um movimento que se criou e eu fiz parte desse movimento e há pessoas que me identificam como sendo desse movimento do qual, até mesmo dentro do movimento, existem formas diferentes de ver toda esta situação. A verdade é que todos temos a mesma preocupação, é para o rio. É para o Rio Sado, que trouxe poetas, que, até, nos nossos momentos, às vezes, de reflexão, é para ali que nos viramos e essa componente emotiva também tem que contar. Porque essa componente emotiva também traz muito turismo a esta cidade, também traz crescimento a esta cidade e traz muito o que eu considero qualidade de vida. Pode não ser dinheiro, mas é qualidade de vida.

Não queria fazer um discurso emotivo, queria...

**Sra. Presidente** – Mas o senhor fez um discurso muito bonito, para quem dizia que tinha problema de falar, que não se sentia à vontade. Está tudo dito.

Você já viu esta nossa discussão e eu garanto-lhe que nós vamos pedir à APSS para fazer um debate.

Está de facto, como você leu e bem, na análise de impacto ambiental, diz lá que tem que haver um ponto de comunicação, mas houve. Houve, fraco. Falhou, se calhar, mas houve.

De qualquer modo, a APSS já está a ouvir os pescadores. Não sei se já ouviu todos. Todas as entidades que estão a pedir reuniões, a APSS está a fazer e já mandou um “*mail*” a dizer que está disponível para sessões públicas.

Portanto, nós vamos pedir à APSS uma sessão pública. Uma ou duas ou três, aquelas que forem necessárias. Estou em querer que eles farão com todo o gosto, está bem?

**Sr. Miguel Ângelo Lopes Canelas** – Espero bem que sim, porque, é claro, tudo o que surgiu... E que seja mesmo bem feito, com pessoas que, realmente possam responder às questões, independentemente das posições que cada um possa ter.

**Sra. Presidente** – Claro, claro. Vai ser um debate técnico, não é político. Vamos chamar pessoas da APA, pessoas da APSS, técnicos responsáveis que percebem disto.

**Sr. Miguel Ângelo Lopes Canelas** – Acho bem, portanto, mesmo apelar à Câmara, ao seu executivo. Inclusivamente, até, como foi falado, aqui, todos, um pouco, às vezes, divergentes, mas que, independentemente da posição que cada grupo possa adotar, é no parlamento, também, que se deve discutir algumas coisas e que sejam a nossa voz, porque, ao fim e ao



cabo, acho que é para isso que foram eleitos. A nossa voz, como setubalenses, independentemente da posição que cada um tenha.

Queria, agora apenas dizer algumas coisas em relação ao estudo, apenas dizer que há estudos que a própria APA diz que têm que ser feitos, mas não a partir daqui e têm de ser feitos para estabelecer uma relação causa-efeito. Esses estudos não aparecem em cima da mesa para se saber se já estão a ser feitos a nível de sedimentação, a nível de hidrodinâmica, principalmente naquilo que vai afetar a nível de correntes e as pradarias marinhas. Esse estudo não existe e depois não se pode estabelecer uma causa-efeito quando na realidade só iremos ver o efeito.

**Sra. Presidente da Câmara** – Vamos pedir à APSS, no âmbito da sua disponibilidade, para marcar no Fórum Municipal ou onde eles melhor entenderem, um sitio para se fazer essa discussão.

**Sr. Júlio André** – Na última vez que cá vim foi em 2012 para falar sobre as esplanadas de Setúbal. Normalmente não acredito na política, a única pessoa que me fez votar está à minha frente, a nossa Presidente, eu era grande fã, mas ultimamente tenho ficado um pouco mais descrede-lo. Gosto muito do trabalho que tem feito por Setúbal, no caminho que tem escolhido em especial na área do turismo. Falou-se aqui numa taxa de percentagem de desemprego em Setúbal de 5%, que julgo que se deva ao turismo. Sou operador turístico, também estou ligado à restauração e às pescas, significa que estou em três setores críticos que vão ser altamente influenciados pelas dragagens. Não tenho conhecimentos técnicos para falar muito sobre tudo o que vai acontecer, mas tenho falado diretamente com os diversos setores sobre aquilo que vai acontecer. Os seis meses de dragagens vão afetar diretamente a comunidade piscatória, porque as redes vão aparecer sujas e isso é um facto consumado para com os pescadores. Neste momento as associações de pesca falam só da zona onde os dragados vão ser depositados, é uma realidade, é uma zona intensa de pesca e não é a zona mais bem escolhida, mas pelo que li no extenso processo, essa zona foi escolhida para haver uma reposição de areias no fluxo de rio, para que não haja um desassoreamento tão intenso das praias.

Ao alterar-se essa zona de deposição já não vai haver essa restituição das areias, mas isso já são questões técnicas para quem estuda hidrodinâmica. Da parte piscatória sei que durante seis meses a comunidade piscatória vai ser muito afetada, consequentemente a restauração também vai ser afetada. Porque a Presidente da Câmara criou uma marca “Setúbal é Terra de Peixe” e nós dependemos do peixe não só de Setúbal, mas também do peixe nacional, no entanto o peixe de Setúbal é o que dá boa marca e o bom nome à nossa comunidade. De acordo com o estudo da APA irá haver menos abundância de comida, as larvas e os ovos vão ser sugados e haverá uma redução de pescado, assim como uma diminuição na qualidade do pescado por causa da cadeia alimentar, uma vez que as partículas em suspensão vão ser tantas que irá dificultar a alimentação do pescado. Significa que, não só reduz a quantidade como baixa a qualidade. Diretamente quem é que vai ser influenciado? Os pescadores, a Docapesca, os restaurantes e os nossos turistas que vão encontrar o peixe desidratado e com falta de qualidade. Pessoalmente como operador turístico já não vou ter o mesmo orgulho em falar da minha alimentação, que é uma coisa que falo com o coração, sempre que falo da minha região. Nasci em Setúbal e alguns dias na comunicação social chamaram-me arruaceiro vindo de Lisboa, mas não sou. Também disseram que falei das praias, mas nunca falei. Eu apenas frequento a praia na vertente do mar, porque ando o dia inteiro num barco. Não sou nada disso que escreveram de mim e fiquei muito magoado com a senhora Presidente em concreto quando li essa notícia, foi uma coisa que me feriu muito, porque considerava a Presidente uma amiga de Setúbal. Ela não nasceu cá, nasceu em Lisboa, mas abraçou a nossa região como se fosse setubalense e criou algo bom para Setúbal que foi o turismo, uma marca, a limpeza da cidade que não existia e que só começou a existir com a senhora Presidente. Criou uma coisa boa que foi o turismo e a hipótese dos jovens arranjarem novas oportunidades de trabalho que não fosse só a indústria, porque a indústria é

4

boa até certo ponto é uma coisa muito limitada, são salários precários, são condições de trabalho precárias, assim como o trabalho no porto de Setúbal. Tenho 70% dos meus amigos a trabalhar no porto de Setúbal em condições precárias, têm que estar disponíveis 24 horas por dia, com salários muito baixos e não têm vida pessoal. Onde é que eles arranjam complemento salarial? No nosso rio, o rio que a sua própria empresa está a querer danificar. Não tenho conhecimentos técnicos para dizer que tudo aquilo irá destruir, mas no estudo de impacto ambiental está escrito em várias alíneas, aquilo que se prevê que possa acontecer. Se acontece qual é a salvaguarda da população de Setúbal quando o mal estiver feito? Não está nada previsto! Como é que vamos compensar o pescador que vai ficar sem dinheiro para pagar a casa? Como é que vamos compensar os restaurantes se uma poluição tremenda vier dos fundos e que destrua o peixe de Setúbal, estragando a marca "Setúbal é Terra de Peixe"? Como é que vamos compensar os operadores turísticos se a intensidade de corrente do rio for de tal forma grande que impossibilite as nossas embarcações de navegar? Em Setúbal temos muitas embarcações tradicionais típicas, quer de pesca quer de turismo, que têm velocidades moderadas entre os 5/6 nós, se a velocidade da corrente do rio aumentar mais 2/3 nós, vai ser muito grave para nós, porque não temos condições de segurança para navegar. Quem é que vai melhorar as nossas embarcações? Quem é que nos vai dar o dinheiro que precisamos para fazer esse melhoramento? Quais são os turistas que querem tomar banho em águas perigosas com correntes imensas? Atualmente, nas chamadas marés cheias, já temos intensidades de corrente na casa dos 3 nós, isso para um banhista é uma velocidade vertiginosa. Chego a ter os meus clientes agarrados a um cabo quase a fazer surf nas ondas. De certeza que a velocidade do rio vai aumentar, porque vão afundar e alargar o tubo de entrada, que irá ficar maior, a seguir o porto avança para o rio e irá provocar um estreitamento, ou seja, entra mais quantidade de água e ganha mais velocidade. As culturas agrícolas nas margens dos Sado também vão mudar, porque essas estruturas agrícolas dependem do teor de salinidade e certamente que toda a salinidade vai mudar ao longo do rio, porque a água salgada vai chegar mais longe. Temos também o problema de desassoreamento não só nas praias, mas também nas aquaculturas que vão sofrer com isso. Há uma semana atrás, na sessão de abertura da semana do mar a senhora Presidente fez muito bem a abertura, gostei muito da intervenção, mas achei curiosas as "palmadas nas costas", dizendo que acreditava muito na APSS. Não estou esclarecido o suficiente para dizer que acredito ou que não acredito, mas fiquei até ao final dessa apresentação e surgiu uma senhora Dra. Isabel, que pertencia ao Ministério do Mar que dizia, "*O futuro de Portugal passa pela aquacultura e que Setúbal já representa 10% da aquacultura e tem potencial para muito mais, porque há muitas explorações de aquacultura abandonadas*". Até que ponto a erosão das margens do rio é coerente com o desenvolvimento da aquacultura? Se se vai desassorear praias também desassoreia os tanques. Os tanques perdem as paredes e o peixe liberta-se e isso já aconteceu no passado em Setúbal, já houve explorações de "douradas" que rebentaram com os tanques devido à intensidade das chuvas e à força das correntes do rio. Até que ponto é que essas pessoas que estão a investir neste momento, ou que estão a pensar investir na aquacultura estão salvaguardadas? Temos explorações de ostras em Setúbal, de pessoas que se dedicaram durante muitos anos e se a qualidade da água ficar imprópria os primeiros filtrantes são os bivalves. Onde é que essas explorações de ostras vão parar se a água ficar poluída?

**Sra. Presidente da Câmara** – André, tens que dizer tudo isso à APSS.

**Sr. Júlio André** – Não consigo. Como operador turístico já tentei falar com eles, já marquei reuniões, mas não me deixaram falar.

**Sra. Presidente da Câmara** – Não te deixaram falar?



**Sr. Júlio André** – Já não é a primeira vez, já falei por outros assuntos, várias vezes tentei ter reuniões e fica sempre no esquecimento e tenho cartas da APSS em casa que podem confirmar. O mesmo se passa aqui na câmara, tenho uma reunião agendada com a senhora Presidente há três anos atrás e nunca fui chamado. Já falei com a senhora Presidente pessoalmente numa reunião, mas nunca fui chamado. Tem que haver um entendimento, porque vocês dizem não ou sim, mas quando se sentem apertados já podemos falar, mas podemos falar com discurso condicionado depois de analisar em tudo o que há para dizer, para conseguirem contrapor da forma como vos dá jeito. Venham ter connosco, venham ter com os pescadores, com os mariscadores, com os operadores turísticos. Dá trabalho? Dá sim senhora. Falar com as associações também não resulta, porque depois as associações têm interesses políticos.

**Sra. Presidente da Câmara** – André, de ti não recebemos lições, porque como tu sabes nós andamos sempre no terreno!

**Sr. Júlio André** – Ultimamente não!

**Sra. Presidente da Câmara** – Isso dizes tu!

**Sr. Júlio André** – Que eu a veja não!

**Sra. Presidente da Câmara** – Isso dizes tu, porque ainda recentemente me viste, também é quando te dá jeito! Eu disse ao Miguel que vai ser feita com a APSS uma sessão de esclarecimento, porque está escrito naquilo que veio do gabinete da senhora Presidente da APSS, que ela irá fazer essa reunião. Tu vais estar atento ao site da APSS e ao site da Câmara, porque nós também iremos publicitar a sessão de esclarecimento, poderás estar presente e contrapões tudo isso que acabaste de dizer aos técnicos, porque nós não somos técnicos.

**Sr. Júlio André** – Claro que vou ser esmagado!

**Sra. Presidente da Câmara** – André, há de haver essa reunião, tenho a certeza.

**Sr. Júlio André** – Da mesma forma que nós vimos o que estava no processo em que houve consulta pública e teve tudo escondido. Na realidade ninguém viu, ninguém soube nada!

**Sra. Presidente da Câmara** – Isso não é verdade, toda a gente pôde falar.

**Sr. Júlio André** – Fomos consultados? Não! Não está aí nenhuma associação marítimo-turísticas, nenhuma associação de pescas, nenhuns mariscadores, nenhuma pessoas dos viveiros piscícolas. Nesses estudos não constam nenhum dos exemplos que acabei de dar.

**Sra. Presidente da Câmara** – Todos eles estão a pedir reuniões e todos eles estão a ser atendidos.

**Sr. Júlio André** – Mas as coisas já estão a decorrer, do que é que isso serve? Já começaram as obras!

**Sra. Presidente da Câmara** – Se não serve de nada, porque é que estás a colocar estas questões?

h

**Sr. Júlio André** – Porque não estamos a entender, nós setubalenses a sua postura face a nós!

**Sra. Presidente da Câmara** – Qual é a minha postura face a vocês? Qual é a nossa posição relativamente a vocês? Queres que vá obrigar a APSS? Não posso!

**Sr. Júlio André** – Pode, pode ser a nossa representante. Quantos habitantes é que somos em Setúbal?

**Sra. Presidente da Câmara** – Não posso obrigar. No entanto a APSS pediu-nos um parecer.

**Sr. Júlio André** – O seu parecer foi o melhor do que eu já li até agora. Foi o único que diz ser viável e que contentam algumas preocupações. Não todas, mas algumas!

**Sra. Presidente da Câmara** – O que é que querias que dissesse mais?

**Sr. Júlio André** – Quando falta alíneas. Porque quando diz consulta pública, são consultadas cinco entidades ou seis e depois esquece-se as outras que são diretamente interessadas.

**Sra. Presidente da Câmara** – Não é verdade! Está aqui o molhe delas que não deram resposta e posso-te fornecer agora fotocópias. Mas esses que não deram resposta agora foram para a televisão e isso é hipocrisia! Foi-lhes pedido diretamente para dessem parecer, e poderiam ter respondido que não estavam de acordo ou podiam por as preocupações.

**Sr. Júlio André** – Sabe porquê, porque toda a gente tem medo do monstro que é a APSS. É um monstro de interesses políticos e é um jogo político muito forte. Nós temos cuidado com o que fazemos, porque depois somos retaliados.

**Sra. Presidente da Câmara** – Quando há pouco dizias que “depois não haveria peixe”. Como tu sabes a maior parte do peixe não vem exatamente do rio.

**Sr. Júlio André** – Concordo, no entanto, a marca que foi criada pode ficar estragada.

**Sra. Presidente da Câmara** – Sabes disso! Vamos lá ser sérios.

**Sr. Júlio André** – Estou a ser sério.

**Sra. Presidente da Câmara** – Então altera um bocadinho o discurso. Acabaste de dizer que sabes que a maior parte do peixe não vem do rio. Quando nos candidatámos “às sete maravilhas do peixe”, ganhámos com a sardinha e quando veio a televisão disseram-nos, “*parabéns, Setúbal tem a melhor sardinha de Portugal*”. Sabes qual foi a resposta de um assador? “*Por acaso as nossas sardinhas que utilizamos até vêm de Espinho*”. Percebeste?

**Sr. Júlio André** – Esse assador tem desconhecimento de causa.

**Sra. Presidente da Câmara** – Não! Olha que esse assador tu conheces muito bem, toda a gente o conhece. Não estejas a fazer esse discurso tão catastrófico. Pode ter impactos negativos, temos que ter calma e temos que conversar com os técnicos, tens que dizer aquilo que acabaste de nos dizer. Nessa sessão tens oportunidade de esclarecer nos olhos dos técnicos que estão a fazer este estudo, ou de quem vai fazer as dragagens, de expor as tuas questões, porque eu não te sei responder, não sou técnica nessa área.

4

**Sr. Júlio André** – Mas isso deveria ter acontecido há anos atrás quando começaram a discutir o projeto, perguntar o que é que os setubalenses pretendiam. Vocês querem o porto ou não querem o porto? Não deram essa opção de escolha a Setúbal. Está certo que precisamos das duas coisas, eles têm que coexistir, tenho amigos no turismo, mas também tenho amigos no porto.

**Sra. Presidente da Câmara** – Mas os teus amigos que estão no porto não são funcionários do porto, aqueles precários não são funcionários do porto, como tu sabes, as centenas de precários que trabalham no porto são dos operadores, no entanto, sei que a administração do porto já tem interferido junto desses operadores, uma vez que aquela situação dos precários não pode continuar.

Porque estás a fazer essa conversa tão catastrófica?

**Sr. Júlio André** – Porque estou extremamente preocupado.

**Sra. Presidente da Câmara** – Toda a gente está preocupada! Tu disseste e bem, que nós temos trabalhado muito, para a marca Setúbal vingar e para termos 5% de desemprego foi preciso trabalhar muito e muito, parte dessa taxa de empregados estão hoje na restauração, no comércio, no turismo, como operadores marítimos e na pesca. Sabes quantos alojamentos locais foram registados legalmente? Cerca de 400 e estão previstos a criação de mais hotéis, mas como deves calcular tudo isto deu muito trabalho. Se as pessoas não acreditassem não vinham para cá, foi preciso trabalhar muito para fazer isto. Foi preciso também vocês trabalharem muito para que tudo isto fosse possível, porque eles vão à sua casa e comem bem, porque as coisas são boas, mas é preciso ter calma.

**Sr. Júlio André** – Senhora Presidente eu respeito-a muito, respeito muito o seu trabalho, mas também quero que o meu seja respeitado.

**Sra. Presidente da Câmara** – O teu trabalho também é respeitado, estás é a fazer uma coisa catastrófica.

**Sr. Júlio André** – Espero estar enganado, para que o meu trabalho não esteja a ser posto em risco.

**Sra. Presidente da Câmara** – Não vai ser nada posto em risco, temos que ter calma. Tu vais à sessão da APSS e vais colocar essas questões. Eu coloquei as questões que nos preocupam a todos, que estão relacionadas com a fauna, a flora e dos golfinhos. Os pescadores estão a colocar questões que a própria APA já disse e que a APSS está a pedir para que sejam retificadas e eles estão a retificar. Pedes uma reunião com eles se queres falar diretamente, porque eu não te sei responder às questões, porque não sou técnica. É preciso ter calma, porque estão ali uma série de entidades e eu tenho que confiar nestas entidades. Vai haver a reunião, a APSS mandou uma carta a dizer que está disponível para fazer reuniões públicas necessárias. Em relação a esta reunião da APSS vamos pedir para ele ser pública e tu vens e colocas as questões.

**Sr. Júlio André** – Faço muita questão, porque sou setubalense e adoro a minha região.

**Sra. Presidente da Câmara** – Eu também sou setubalense, não nasci aqui, mas sou daqui. Ninguém defende tanto esta terra como eu, assim como muitos outros. Sabes que alguns anos atrás havia pessoas que tinham vergonha de dizer que eram de Setúbal? Hoje toda a gente é de Setúbal e eu fico muito contente com isso e foi para isso que nós trabalhamos, para ouvir muito gente a bater no peito e dizer que são de Setúbal e não tenham vergonha de o dizer. Há muita gente que vem ao fim de semana, porque gostam de estar cá e nós também temos que contar com essas pessoas, gostam da terra e não podem ser excluídas.

4

**Sr. Júlio André** – Junto da APSS vou esclarecer com quem de direito, mas aqui há uma coisa que preciso de si. Como o vereador Nuno de Carvalho falou e aqueles senhores também concordaram, relativamente à Comissão de Supervisão da obra, peço encarecidamente que seja uma entidade idónea a controlar a qualidade dos substratos extraídos, para ver se realmente não existem nível 3. Tem que ser uma entidade externa, porque se forem eles irão dizer que sim, nós precisamos que o município tenha forma de arranjar alguém que não seja do município nem da APSS, para controlar a qualidade do que está a ser extraído. Para que nós população possamos estar descansados.

**Sra. Presidente da Câmara** – Mas estão aqui tantas entidades, incluído o ICNF, como é que vai a câmara desconfiar de todas aquelas entidades? Mas que conversa é essa?

**Sr. Júlio André** – No projeto está a dizer que rente às muralhas estão presentes metais pesados. Do 2 ao 6 estão presentes dragados de nível 3, a senhora da APSS em esclarecimento público disse que não havia dragados nível 3. Em que é que ficamos?

**Sra. Presidente da Câmara** – Na sessão pública pergunta-lhes isso.

**Sr. Júlio André** – Mas eu como cidadão gostava que a minha autarquia supervisionasse essa tiragem.

**Sra. Presidente da Câmara** – Não é fácil André, não temos técnicos para isso e para isso teríamos que os contratar.

**Sr. Júlio André** – Não estão a contratar 170 novos trabalhadores? Era só mais um ou dois e controlam a qualidade do que estão a fazer

**Sra. Presidente da Câmara** – Não vamos fazer isso.

**Sr. Júlio André** – Mas para a população ficar descansada era necessário que se fizesse, porque nós não sabemos o que é que está a ser feito. Foi tudo feito tão calado, que neste momento a nossa confiança de Setúbal na APSS é quase nula, porque foi tudo muito caladinho, só agora é que se soube e depois rebenta uma bomba que ninguém nos sabe dar respostas.

**Sra. Presidente da Câmara** – Estão-te a dar respostas, vão te dar respostas, depois irei novamente falar contigo.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

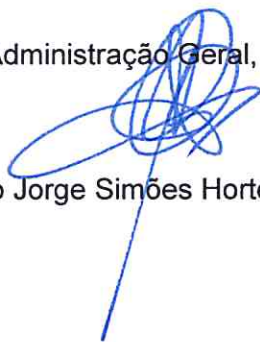
A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 14 de novembro de 2018, por unanimidade, contém 91 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:

Carlos Mendes  
Helena Rosa  
Manuel Cordeiro  
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Cristina Claro